

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/348603256>

Livro de resumos_ CeNTER

Conference Paper · January 2021

CITATIONS

0

READS

304

12 authors, including:



[Ana Thais vasconcelos Santos](#)

UNINTA

24 PUBLICATIONS 63 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



[Cláudia Figueiredo](#)

University of Aveiro

45 PUBLICATIONS 260 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



[Daniel Carvalho](#)

University of Aveiro

11 PUBLICATIONS 11 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



[Filipe Teles](#)

University of Aveiro

86 PUBLICATIONS 518 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



DECIDE: Decentralized Territorial Governance: coordination, capacity and accountability in local governance arrangements in complex regional settings [View project](#)



Doctoral thesis project about Chinese global health governance [View project](#)

Conferência de Encerramento do Programa CeNER
Integrated Program CeNER Final Conference

V Conferência de Planeamento Regional e Urbano
5th Conference on Regional and Urban Planning

23-25 NOV 2020 • ONLINE



Comunidades e Redes
para a **Inovação Territorial**
Communities and Networks for Territorial Innovation

Livro de Resumos

Book of Abstracts

Organização



MESTRADO EM
PLANEAMENTO
REGIONAL E
URBANO

universidade de aveiro



theoria poiesis praxis

TÍTULO | TITLE

Conferência Internacional “Comunidades e Redes para a Inovação Territorial” – Livro de Resumos

COORDENAÇÃO | COORDINATION

Comissão Executiva da Conferência Internacional “Comunidades e Redes para a Inovação Territorial (Ana Santos, Cláudia Figueiredo, Daniel Carvalho, Filipe Teles, Pedro Chamusca, Pedro Silva, Oksana Tymoshchuk, Teresa Meira, Sara Moreno Pires)

EDIÇÃO | PUBLISHER

UA Editora, Universidade de Aveiro, Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia
1.ª edição – novembro 2020

ISBN

978-972-789-655-4

DOI

10.34624/rk1t-t230

FINANCIAMENTO | FUNDING INFORMATION

A Conferência e este e-book são desenvolvidos no âmbito do Programa Integrado de IC&DT “CeNTER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial”, (CENTRO-01-0145-FEDER-000002), financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO2020), no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.



Promotor:



Cofinanciado por:



CENTRO-01-0145-FEDER-000002



ÍNDICE | CONTENTS

APRESENTAÇÃO FOREWARD.....	4
COMISSÕES COMMITTEES.....	5
PROGRAMA PROGRAM.....	6
RESUMOS ABSTRACTS.....	12
COMUNICAÇÕES ORAIS PRESENTATIONS.....	12
Modelos de desempenho de inovação regional na Europa: implicações políticas para as regiões.....	13
Pedro Silva, Sara Moreno Pires, Filipe Teles	
Coesão territorial: analisando o conceito, as dimensões e as escalas.....	15
Pedro Chamusca, João Marques, Sara Moreno Pires, Filipe Teles	
Estudo qualitativo sobre o impacto dos fundos europeus para o desenvolvimento de Portugal.....	17
Adriana Z. F. C. Nishimura, Manuel Au-Yong-Oliveira	
Brave New World: Diversity, intensity, commitment, and capacity to mobilize knowledge in local governance arrangements.....	19
Raúl Carneiro, Patrícia Silva, Raquel Valentim, Luís F. Mota, Patrícia Romeiro, Filipe Teles.....	19
Coesão territorial na Região Centro: do discurso às práticas.....	20
Pedro Chamusca, João Marques, Sara Moreno Pires, Filipe Teles	
Processos bottom-up e top-down em inovação de base territorial: análise de quatro estudos de caso na Região Centro.....	22
Sara Moreno Pires, Pedro Silva, Alexandra Polido, Carlos Rodrigues, Filipe Teles	
De indústrias tradicionais e conhecimento empírico para um modelo de mediação pelo design – primeiras conclusões do projeto Anti-Amnésia para esta recuperação contextual.....	24
Jorge Brandão Pereira, Heitor Alvelos, Susana Barreto, Abhishek Chatterjee	
Revitalizar a economia local com dinâmicas de inovação social assente na mobilidade ativa - Inovação Social e Empreendedorismo Social.....	25
Ana Rita Pereira, Bernadete Bittencourt e José Carlos Mota	
Turismo de experiência em Sergipe: o caso da agência Vento Leve Turismo de Experiência.....	27
Gabriela Nicolau dos Santos	
The local economic resilience of Portuguese municipalities.....	29
João Almeida, Ana Dias Daniel, Anabela Botelho	
Regional labour market and digital transformation: impacts and issues.....	31
Angélica Souza, Marta Ferreira Dias, Marlene Amorim	
A inovação nos modelos de gestão do território e as tendências do trabalho.....	32
Luís Mota Figueira, Graciete Honrado	
Análise da regulamentação de cidades inteligentes no Brasil.....	33
Maíra da Mota Moutinho, Clarissa Stefani Teixeira, Celson Pantoja Lima	
Atores e Processos Relacionais no domínio do Desenvolvimento Económico Local e a Importância de Estruturas Intermunicipais: estudo de caso do município de Aveiro.....	35
Luís F. Mota, Sara Moreno Pires, Filipe Teles	
Inovar de forma colaborativa e participativa através da bicicleta: o projeto ‘Pedalada’ em Marvila, Lisboa.....	37
Henrique Chaves, Inês Vieira	
De regresso ao futuro: exercícios de visioning e backcasting em contextos de governança local climática – o caso de Torres Vedras.....	38
Fronika de Wit, João Mourato	
Estratégia de especialização inteligente na região do Centro de Portugal: identificar prioridades através de uma abordagem Delphi.....	39
Pedro Silva, Sara Moreno Pires, Filipe Teles, Alexandra Polido, Carlos Rodrigues	
(Re)integrating nature within built environments: the role of placemaking.....	41
Maria Elena Zingoni	
Redes de cooperação intermunicipal voluntárias em Portugal.....	43
Paulo Afonso, Alexandre Rosa, Patrícia Silva	
Design as lever towards a participatory model for territory.....	44
Jorge Brandão Pereira, Heitor Alvelos	
Anjos Digitais: A tecnologia solidária no espaço agrícola brasileiro.....	45
Rossana Coely de Oliveira Moura, Maria João Antunes	
Acessibilidade e impedância: a facilidade de acesso como um indicador de desigualdade social.....	46
Fillipe Oliveira Feitosa, João Lourenço Marques	
Entrepreneurship and innovation ecosystem(s) of the Centro region.....	47
João Almeida, Ana Dias Daniel, Anabela Botelho	
Boas práticas e sugestões para o desenvolvimento de ecossistemas regionais de inovação.....	49
Guilherme Paraol de Matos, Rayse Kiane de Souza, Josep Miquel Piqué, Clarissa Stefani Teixeira	
Percepção pública dos impactos da Covid-19 sobre o sistema de saúde em uma região brasileira.....	51

Rayara Mozer Dias, Marcela de Abreu Moniz, Vera Maria Sabóia, Donizete Vago Daher, Lídia dos Santos Soares, Yasmim Campos dos Santos Maia, Beatriz Cristina de Oliveira Rocha	
A prática de Living Labs no desenvolvimento de cidades inteligentes	53
Rayse Kiane de Souza, Guilherme Paraol de Matos, Josep Miquel Piqué, Clarissa Stefani Teixeira	
Sustainable generation of innovative enterprises in territories: a proposal of an ecosystem management model	55
Laércio de Matos Ferreira, Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Eveline Russo Sacramento	
Desafios para superação do efeito ‘teto de vidro’ na atuação de mulheres mentoras em ecossistemas de negócios	56
Lylían Toledo, Eliane Davila, Marta Gucciard, Ana Paula Benício, Eveline Sacramento	
Transferência de Tecnologia no Contexto Regional: reflexão com base na atuação das Universidades do Nordeste Brasileiro	58
Diana Beatriz de Almeida, Helano Diógenes Pinheiro	
Multiple aspects of cluster policy	60
Teresa Meira; Celeste Amorim; Ana Daniel; Anabela Botelho	
Exploring the role of technological infrastructures in low-density territories	61
João Almeida, Ana Dias Daniel, Anabela Botelho	
GIS Knowledge Governance: the value of georeferenced data	63
Isabel Pinho, Eduardo Moresi e Jorge Pinho	
Inovação territorial e mediação digital: um estudo da hashtag #paisagemcultural no Instagram	64
Lilian Cristina Monteiro França	
Conceptual design of a digital platform for promoting territorial based innovation in the Centro region of Portugal	66
Eliza Oliveira, Oksana Tymoshchuk, Daniel Carvalho, André Branco, Maria João Antunes, Luís Pedro, Margarida Almeida, Fernando Ramos	
Using dashboard and open data to improve citizens engagement in a smart city	68
André Castello Branco, Oscar Mealha, João Marques	
Prototyping and evaluating a mobile app to promote territorial innovation	70
André Castello Branco, Daniel Carvalho, Oksana Tymoshchuk, Eliza Oliveira, Fernando Ramos, Maria João Antunes, Luís Pedro	
Uso de tecnologias da comunicação para informações sobre COVID-19 em uma região brasileira	71
Anna Keylla da Silva dos Santos, Marcela de Abreu Moniz, Thiago Quinellato Louro, Yonara Cristiane Ribeiro, Rayara Mozer Dias, Carolina de Alcantara Campos, Núria Suiane dos Santos Soares	
As tecnologias digitais auxiliando no empoderamento feminino: um caso real de combate à violência na área rural do nordeste do Brasil	72
Impacto do uso de TICs na promoção da inovação territorial: o caso de Chocontá, Colômbia	74
Heliodoro Arguello Arias	
The role of stakeholders’ engagement in environmental assessment in promoting sustainable regions	75
Alexandra Polido	
Assessing the sharing and exchange characteristics of fairbnb.coop	76
Marina A. Petruzzi, Catarina Marques and Valerie Sheppard	
A Consciencialização Pública da Economia Circular: O Caso da Resíduos do Nordeste, EIM	78
Ana Rita Pinto, Cláudia S. Costa	
Rural images and meanings: how is the promotion of traditional local foods in gourmet specialty stores conveying rural culture and territories?	79
Teresa Forte and Elisabete Figueiredo	
Emergência de redes alimentares alternativas na Área Metropolitana de Lisboa (AML): práticas, barreiras e oportunidades	81
Sofia Bizarro, Maria de Fátima Ferreira, Isabel Salavisa	
Estratégias de especialização inteligente e políticas públicas para o mar: contributos para a governança regional	82
Carla Santos, Carlos Rodrigues, Sara Moreno Pires	
Valorização das Praias da Albufeira do Azibo: Aplicação de um Modelo Hedónico	83
Mário Almendra, Cláudia S. Costa, Eduardo Pinheiro	
Social learning and innovation in sustainability transitions – seven Portuguese initiatives compared	85
Margarida B. Monteiro, Maria Partidário, Joana Dias, Isabel Loupa Ramos, Teresa Fidélis, Teresa Pinto-Correia, Catarina Madeira, Maria Rivera Méndez and José da Veiga	
Bem-estar e qualidade de vida como medida de inovação: dados de um estudo com colaboradores de empresas da região Centro de Portugal	87
Cláudia Figueiredo, Ana Daniel, Carlos F. Silva & Sandra C. Soares	
Is it really so strange? Active ageing in the eyes of local stakeholders	88
Alexandre Fernandes, Teresa Forte, Sara Diogo, Fernando Alves and Gonçalo Santinha	
Segurança ciclável e vida humana	89
Zuleide O. Feitosa, José Carlos Mota	
Comunicação pública sobre a COVID-19 na região sudeste do Brasil	91
Rayssa Bravo de Oliveira Vollmer, Marcela de Abreu Moniz, Anna Keylla da Silva dos Santos, Cleber Nascimento do Carmo, Rayara Mozer Dias, Thiago Quinellato Louro, Yonara Cristiane Ribeiro	
Porque é que os cidadãos não participam mais?	92
Fernando Nogueira, Isabella Rusconi, Catarina Isidoro, Desirée Seixas, Gil Moreira, Ana Pedrosa	
Participação no projecto urbano: partilha de um processo inclusivo e de proximidade	94
Vitório Leite, Fernanda Curi, Gonçalo Canto Moniz	
Reinventing participation in spatial planning – citizen involvement and experimentation in the Maia Land Use Plan »	95

José Carlos Mota, Catarina Isidoro, Janaina Teles, Isabella Rusconni, Gil Moreira	
Os movimentos cívicos como impulsionadores da democracia de proximidade	97
Lucinda Caetano, José Luís Crespo, Rodrigo Cury Paraizo	
Perspetivas sobre a construção participativa de memórias coletivas: estudo empírico a partir de entrevistas a especialistas	99
Ana Velhinho, Pedro Almeida	
Barreiras do Orçamento Participativo: uma Perspetiva da Administração Pública Local	100
Lucas R. Maciel, Cláudia S. Costa, Anderson Catapan	
Uso do QFD combinado ao método World Café para fortalecimento de comunidades	102
Jair Gustavo de Mello Torres, Pedro Luiz de Oliveira Costa Neto	
Quando os Cidadãos controlam o Jogo do Planeamento	103
Micael Sousa	
Índice de Transparência para as Freguesias: Uma Proposta Exploratória	105
Inês D. Carvalheira, Cláudia S. Costa	
Gestão compartilhada na prática – inspirações a partir de casos de cooperação entre Administração Pública Local e cidadãos.....	106
Laura Sobral, Paolo Colosso	
Coordination, capacity and accountability on local governance networks: impacts of Higher Education institutions ..	108
Raúl Carneiro, Patrícia Silva	
As políticas educativas resultantes da atuação dos Governos face à pandemia por COVID-19: análise crítica do caso português.....	110
Gabriela Morena Chaves, Anabela Santiago	
Fostering territorial cohesion through education policies: a systematic literature review.....	111
Ana Grifo, João Lourenço Marques	
A construção de um Observatório da Coesão Territorial na região Centro: diário de bordo.....	112
Pedro Chamusca, João Marques, Sara Moreno Pires, Filipe Teles	
PÓSTERES POSTERS	114
Cosmos: uma construção humboldtiana de uma metafamília de modelos de ecossistemas de inovação	115
Silvio Bitencourt da Silva	
As várias faces de um sistema de inovação no Centro de Portugal.....	117
Alexandre Sampaio Rosa, Bernadete de Lourdes Bittencourt	
Comida no Pé: Lazer e reflexão no Assentamento Rural Ipanema em Iperó, SP, Brasil	118
Isabella Roveri, Cassiana Gabrielli	
Indicadores para cidades sustentáveis - o caso de Viseu.....	119
Mariana Madeira	
Saúde, saneamento ambiental e território: práticas de ensino e pesquisa participativa com graduandos de Enfermagem.....	120
Lourdes Maria N. Almeida, Sarah G. Naslausky, Ariadne G. C. Magalhães, Ingrid S. Souza, Isabelle V. S. Souza, Sthéfany S. D. Silveira, Marcela A. Moniz	

APRESENTAÇÃO | FOREWARD

A inovação de base territorial pode ser entendida como um processo transformador de interação entre agentes onde a criação de valor social e/ou económico se baseia na existência de recursos endógenos. Há uma panóplia de processos de comunicação, colaboração e partilha de recursos específicos que podem fomentar tais mecanismos de inovação. No entanto, o seu pressuposto mais básico baseia-se na relevância destes recursos como ativos territoriais, e na convicção de que estes podem ter um impacto significativo no desenvolvimento local e regional.

Há uma crença de que grandes projetos que agregam pessoas e criam redes, muitas vezes baseadas na transferência de conhecimento, numa proximidade aos territórios e assentes numa forte coesão entre atores, terão resultados e impacto positivos, nomeadamente na economia, no emprego, no bem-estar, e na qualidade de vida.

A Conferência Internacional “Comunidades e Redes para a Inovação Territorial”, organizada pelo Programa Integrado CeNTER e pelo Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, realizada em formato digital e acesso livre, entre os dias 23 e 25 de novembro de 2020, à qual se associa a V Conferência de Planeamento Regional e Urbano constitui-se como um espaço de discussão com a comunidade académica e científica, e com os atores e decisores regionais.

O desafio é muito claro: importa contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas entre os diversos atores promotores de desenvolvimento regional, bem como das melhores práticas e políticas que tornam as regiões mais sustentáveis e justas.

Estou certo do contributo importante da conferência para este debate, dada a qualidade das comunicações, cujos resumos se apresentam nesta publicação. Os painéis, mesas redondas, workshops e keynotes fornecem múltiplas janelas através das quais os interessados nestes tópicos podem identificar mais possibilidades de investigação e de qualificação das políticas públicas.

Filipe Teles, Coordenador do Programa CeNTER

COMISSÕES | COMMITTEES

COMISSÃO CIENTÍFICA | SCIENTIFIC COMMITTEE

Alexandra Aragão, Universidade de Coimbra
Alexandra Polido, Universidade de Aveiro
Ana Daniel, Universidade de Aveiro
A. Margarida Pisco Almeida, Universidade de Aveiro
Artur Rosa Pires, Universidade de Aveiro
Aurora Teixeira, Universidade Porto
Bernadete Bittencourt, Universidade de Aveiro
Carlos F. Silva, Universidade de Aveiro
Carlos Gonçalves, Universidade de Aveiro
Carlos Santos, Universidade de Aveiro
Cláudia Costa, Instituto Politécnico de Bragança
Cristina Fernandes, Universidade da Beira Interior
Dulce Lopes, Universidade de Coimbra
Elisabete Figueiredo, Universidade de Aveiro
Fernanda Paula Oliveira, Universidade de Coimbra
Fernando Nogueira, Universidade de Aveiro
Fernando Ramos, Universidade de Aveiro
Gonçalo Santinha, Universidade de Aveiro
Isabel Albuquerque, Universidade de Coimbra
João José Ferreira, Universidade da Beira Interior
João Marques, Universidade de Aveiro
José Carlos Mota, Universidade de Aveiro
José Manuel Martins, Universidade de Aveiro
Leonor Pais, Universidade de Coimbra
Luís Borges Gouveia, Universidade Fernando Pessoa
Luís Farinha, Instituto Politécnico de Castelo Branco
Luís Pedro, Universidade de Aveiro
Maria João Antunes, Universidade de Aveiro
Miguel Torres Preto, Universidade de Lisboa
Nuno Rebelo dos Santos, Universidade de Évora
Óscar Mealha, Universidade de Aveiro
Paulo Silva, Universidade de Aveiro
Pedro Beça, Universidade de Aveiro
Telmo Silva, Universidade de Aveiro

COMISSÃO ORGANIZADORA | ORGANISING COMMITTEE

Ana Daniel, DEGEIT
Ana Santos, CeNTER–DCSPT
Artur Rosa Pires, DCSPT
Bernadete Bittencourt, DCSPT
Carlos Gonçalves, DCSPT
Carlos Rodrigues, DCSPT
Cláudia Figueiredo, CeNTER–DEGEIT
Daniel Carvalho, CeNTER–DECA
Eduardo Castro, DCSPT
Elisabete Figueiredo, DCSPT
Eliza Oliveira, CeNTER–DECA
Fernando Nogueira, DCSPT
Filipe Teles, CeNTER–DCSPT
Frederico Sá, DCSPT
Gonçalo Santinha, DCSPT
João Almeida, CeNTER–DEGEIT
João Marques, DCSPT
José Carlos Mota, DCSPT
José Manuel Martins, DCSPT
Oksana Tymoshchuk, CeNTER–DECA
Paulo Batista, DCSPT
Paulo Silva, DCSPT
Pedro Chamusca, CeNTER–DCSPT
Pedro Silva, DCSPT
Sara Moreno Pires, CeNTER–DCSPT
Teresa Meira, CeNTER–DEGEIT

COMISSÃO EXECUTIVA | EXECUTIVE COMMITTEE

Ana Santos, CeNTER–DCSPT
Cláudia Figueiredo, CeNTER–DEGEIT
Daniel Carvalho, CeNTER–DECA
Filipe Teles, CeNTER–DCSPT
Pedro Silva, DCSPT
Oksana Tymoshchuk, CeNTER–DECA
Sara Moreno Pires, CeNTER–DCSPT
Teresa Meira, CeNTER–DEGEIT

PROGRAMA | PROGRAM

Segunda-feira, 23 de novembro

- 10:00-12:30 **Formação "Inovar (n)o espaço público"**
Coordenação: João Marques | Universidade de Aveiro
Paulo Silva | Universidade de Aveiro
Formador: **Jorge Carvalho** | Universidade de Aveiro
- 12:30-14:30 Pausa
- 14:30-17:30 **Sessões "Zoom-in ao Território: Planeamento no pós-COVID"**
14:30-16:00 **Zoom-in A: Desafios ao planeamento: agenda, métodos e resultados**
Coordenação e Animação **Fernando Nogueira** | Universidade de Aveiro
- 16:00-17:30 **Zoom-in B: Práticas Participativas: desafios da 'nova' normalidade**
Coordenação e Animação: **José Carlos Mota** | Universidade de Aveiro
- 17:30-18:00 Pausa
- 18:00-19:30 **Conversas com o Território: "As transformações aceleradas dos territórios e os desafios para o ensino do planeamento"** | Sessão com a organização da Associação Portuguesa de Urbanistas (APU)
Moderação: **Celso Braz** | Associação Portuguesa de Urbanistas (APU)
Carlos Gonçalves | Universidade de Aveiro
Fernando Nogueira | Universidade de Aveiro
- Escolas de Urbanismo:
Universidade de Aveiro | Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território
Universidade de Lisboa | Centro de Sistemas Urbanos e Regionais, Instituto Superior Técnico
Universidade de Lisboa | Faculdade de Arquitetura
Universidade de Lisboa | Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias | Departamento de Planeamento Urbano
Universidade do Porto | Faculdade de Arquitetura
Universidade do Porto | Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Secção de Planeamento do Território e Ambiente
Instituto Politécnico de Coimbra | Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital

Terça-feira, 24 de novembro

- 09:00-09:15 **Sessão de Abertura**
Paulo Jorge Ferreira | Reitor da Universidade de Aveiro
Filipe Teles | Coordenador do Programa CeNTER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial
- 09:15-10:30 **Sessões Simultâneas A**
Sala 1: Universidade, território e estratégias de inovação
Moderação: **Artur Rosa Pires**
- Coordination, capacity and accountability on local governance networks: impacts of Higher Education institutions**
Raúl Carneiro, Patrícia Silva
- As políticas educativas resultantes da atuação dos Governos face à pandemia por COVID-19: análise crítica do caso português**
Gabriela Morena Chaves, Anabela Santiago
- Fostering territorial cohesion through education policies: a systematic literature review**
Ana Grifo, João Lourenço Marques
- A construção de um Observatório da Coesão Territorial na região Centro: diário de bordo**
Pedro Chamusca, João Marques, Sara Moreno Pires, Filipe Teles

Sala 2: Estratégias e políticas de competitividade

Moderação: **Ana Daniel**

The local economic resilience of Portuguese municipalities

João Almeida, Ana Dias Daniel, Anabela Botelho

Regional labour market and digital transformation: impacts and issues

Angélica Souza, Marta Ferreira Dias, Marlene Amorim

A inovação nos modelos de gestão do território e as tendências do trabalho

Luís Mota Figueira, Graciete Honrado

Análise da regulamentação de cidades inteligentes no Brasil

Maíra da Mota Moutinho, Clarissa Stefani Teixeira, Celson Pantoja Lima

10:30-10:45 Pausa

10:45-12:00 **Sessões Simultâneas B**

Sala 3: (In)sustentabilidade dos territórios

Moderação: **Sara Moreno Pires**

The role of stakeholders' engagement in environmental assessment in promoting sustainable regions

Alexandra Polido

Assessing the sharing and exchange characteristics of fairbnb.coop

Marina A. Petruzzi, Catarina Marques and Valerie Sheppard

A Consciencialização Pública da Economia Circular: O Caso da Resíduos do Nordeste, EIM

Ana Rita Pinto, Cláudia S. Costa

Rural images and meanings: how is the promotion of traditional local foods in gourmet specialty stores conveying rural culture and territories?

Teresa Forte and Elisabete Figueiredo

Sala 4: Gestão do conhecimento e inovação empresarial

Moderação: **Ana Daniel**

Entrepreneurship and innovation ecosystem(s) of the Centro region

João Almeida, Ana Dias Daniel, Anabela Botelho

Boas práticas e sugestões para o desenvolvimento de ecossistemas regionais de inovação

Guilherme Paraol de Matos, Rayse Kiane de Souza, Josep Miquel Piqué, Clarissa Stefani Teixeira

Percepção pública dos impactos da Covid-19 sobre o sistema de saúde em uma região brasileira

Rayara Mozer Dias, Marcela de Abreu Moniz, Vera Maria Sabóia, Donizete Vago Daher, Lídia dos Santos Soares, Yasmim Campos dos Santos Maia, Beatriz Cristina de Oliveira Rocha.

A prática de Living Labs no desenvolvimento de cidades inteligentes.

Rayse Kiane de Souza, Guilherme Paraol de Matos, Josep Miquel Piqué, Clarissa Stefani Teixeira

Sala 5: Coesão territorial e políticas públicas

Moderação: **Gonçalo Santinha**

Modelos de desempenho de inovação regional na Europa: implicações políticas para as regiões

Pedro Silva, Sara Moreno Pires, Filipe Teles

Coesão territorial: analisando o conceito, as dimensões e as escalas

Pedro Chamusca, João Marques, Sara Moreno Pires, Filipe Teles

Estudo qualitativo sobre o impacto dos fundos europeus para o desenvolvimento de Portugal

Adriana Z. F. C. Nishimura, Manuel Au-Yong-Oliveira

Brave New World: Diversity, intensity, commitment, and capacity to mobilize knowledge in local governance arrangements

Raúl Carneiro, Patrícia Silva, Raquel Valentim, Luís F. Mota, Patrícia Romeiro, Filipe Teles

12:00-12:15 Pausa

12:15-13:30 **Sala 6: Inovar no território com Redes e Comunidades**

Moderação: **Pedro Chamusca**

Atores e Processos Relacionais no domínio do Desenvolvimento Economico Local e a Importância de Estruturas Intermunicipais: estudo de caso do município de Aveiro

Luís F. Mota, Sara Moreno Pires, Filipe Teles

Inovar de forma colaborativa e participativa através da bicicleta: o projeto 'Pedalada' em Marvila, Lisboa

Henrique Chaves, Inês Vieira

De regresso ao futuro: exercícios de visioning e backcasting em contextos de governança local climática – o caso de Torres Vedras

Fronika de Wit, João Mourato

Estratégia de especialização inteligente na região do Centro de Portugal: identificar prioridades através de uma abordagem Delphi

Pedro Silva, Sara Moreno Pires, Filipe Teles, Alexandra Polido, Carlos Rodrigues

(Re)integrating nature within built environments: the role of placemaking

Maria Elena Zingoni

Sala 7: (In)sustentabilidade dos territórios

Moderação: **Alexandra Polido**

Emergência de redes alimentares alternativas na Área Metropolitana de Lisboa (AML): práticas, barreiras e oportunidades

Sofia Bizarro, Maria de Fátima Ferreiro, Isabel Salavisa

Estratégias de especialização inteligente e políticas públicas para o mar: contributos para a governança regional

Carla Santos, Carlos Rodrigues, Sara Moreno Pires

Valorização das Praias da Albufeira do Azibo: Aplicação de um Modelo Hedónico

Mário Almendra, Cláudia S. Costa, Eduardo Pinheiro

Social learning and innovation in sustainability transitions – seven Portuguese initiatives compared

Margarida B. Monteiro, Maria Partidário, Joana Dias, Isabel Loupa Ramos, Teresa Fidélis, Teresa Pinto-Correia, Catarina Madeira, Maria Rivera Méndez and José da Veiga9

Sala 8: Bem-estar, qualidade de vida e capital humano

Moderação: **Sandra Soares**

Bem-estar e qualidade de vida como medida de inovação: dados de um estudo com colaboradores de empresas da região Centro de Portugal

Cláudia Figueiredo, Ana Daniel, Carlos F. Silva & Sandra C. Soares

Is it really so strange? Active ageing in the eyes of local stakeholders

Alexandre Fernandes, Teresa Forte, Sara Diogo, Fernando Alves and Gonçalo Santinha

Segurança ciclável e vida humana

Zuleide O. Feitosa, José Carlos Mota

Comunicação pública sobre a COVID-19 na região sudeste do Brasil

Rayssa Bravo de Oliveira Vollmer, Marcela de Abreu Moniz, Anna Keylla da Silva dos Santos, Cleber Nascimento do Carmo, Rayara Mozer Dias, Thiago Quinellato Louro, Yonara Cristiane Ribeiro

13:30-14:30 Pausa

14:30-15:45 **Sessões Simultâneas D**

Sala 9: Cidades e democracia de proximidade

Moderação: **Sara Moreno Pires**

Porque é que os cidadãos não participam mais?

Fernando Nogueira, Isabella Rusconi, Catarina Isidoro, Desirée Seixas, Gil Moreira, AnaPedrosa

Participação no projecto urbano: partilha de um processo inclusivo e de proximidade

Vitório Leite, Fernanda Curi, Gonçalo Canto Moniz

Reinventing participation in spatial planning – citizen involvement and experimentation in the Maia Land Use Plan»

José Carlos Mota, Catarina Isidoro, Janaina Teles, Isabella Rusconi, Gil Moreira

Os movimentos cívicos como impulsionadores da democracia de proximidade

Lucinda Caetano, José Luís Crespo, Rodrigo Cury Paraizo

Perspetivas sobre a construção participativa de memórias coletivas: estudo empírico a partir de entrevistas a especialistas

Ana Velhinho, Pedro Almeida

Sala 10: Avaliação do impacto do uso das tecnologias digitais na promoção da inovação de base territorial

Moderação: **Maria João Antunes**

Prototyping and evaluating a mobile app to promote territorial innovation

André Castello Branco, Daniel Carvalho, Oksana Tymoshchuk, Eliza Oliveira, Fernando Ramos, Maria João Antunes, Luís Pedro

Uso de tecnologias da comunicação para informações sobre COVID-19 em uma região brasileira

Anna Keylla da Silva dos Santos, Marcela de Abreu Moniz, Thiago Quinellato Louro, Yonara Cristiane Ribeiro, Rayara Mozer Dias, Carolina de Alcantara Campos, Núria Suiane dos Santos Soares

As tecnologias digitais auxiliando no empoderamento feminino: um caso real de combate à violência na área rural do nordeste do Brasil

Rossana Coely de Oliveira Moura, Luma Rodrigues de Oliveira Ana Paula Benício, Eveline Russo Sacramento Ferreira

Impacto do uso de TICs na promoção da inovação territorial: o caso de Chocontá, Colômbia

Heliodoro Arguello Arias

Sala 11: Inovar no território com Redes e Comunidades

Moderação: **Carlos Gonçalves***

Redes de cooperação intermunicipal voluntárias em Portugal

Paulo Afonso, Alexandre Rosa, Patrícia Silva

Design as lever towards a participatory model for territory

Jorge Brandão Pereira, Heitor Alvelos

Anjos Digitais: A tecnologia solidária no espaço agrário brasileiro

Rossana Coely de Oliveira Moura, Maria João Antunes

Acessibilidade e impedância: a facilidade de acesso como um indicador de desigualdade social

Fillipe Oliveira Feitosa, João Lourenço Marques

15:45-16:00 Pausa

16:00-17:15 **Sessões Simultâneas E**

Sala 12: Mediação Digital no contexto de inovação de base territorial

Moderação: **Fernando Ramos**

Exploring the role of technological infrastructures in low-density territories

João Almeida, Ana Dias Daniel, Anabela Botelho

GIS Knowledge Governance: the value of georeferenced data

Isabel Pinho, Eduardo Moresi e Jorge Pinho

Inovação territorial e mediação digital: um estudo da hashtag #paisagemcultural no Instagram

Lilian Cristina Monteiro França

Conceptual design of a digital platform for promoting territorial based innovation in the Centro region of Portugal

Eliza Oliveira, Oksana Tymoshchuk, Daniel Carvalho, André Branco, Maria João Antunes, Luís Pedro, Margarida Almeida, Fernando Ramos

Using dashboard and open data to improve citizens engagement in a smart city

André Castello Branco, Oscar Mealha, João Marques

Sala 13: Cidades e democracia de proximidade

Moderação: **José Carlos Mota**

Barreiras do Orçamento Participativo: uma Perspetiva da Administração Pública Local

Lucas R. Maciel, Cláudia S. Costa, Anderson Catapan

Uso do QFD combinado ao método World Café para fortalecimento de comunidades

Jair Gustavo de Mello Torres, Pedro Luiz de Oliveira Costa Neto

Quando os Cidadãos controlam o Jogo do Planeamento

Micael Sousa

Índice de Transparência para as Freguesias: Uma Proposta Exploratória

Inês D. Carvalheira, Cláudia S. Costa

Gestão compartilhada na prática – inspirações a partir de casos de cooperação entre Administração Pública Local e cidadãos

Laura Sobral, Paolo Colosso

Sala 14: Inovar no território com Redes e Comunidades

Moderação: **Carlos Gonçalves***

Coesão territorial na Região Centro: do discurso às práticas

Pedro Chamusca, João Marques, Sara Moreno Pires, Filipe Teles

Processos bottom-up e top-down em inovação de base territorial: análise de quatro estudos de caso na Região Centro

Sara Moreno Pires, Pedro Silva, Alexandra Polido, Carlos Rodrigues, Filipe Teles

De indústrias tradicionais e conhecimento empírico para um modelo de mediação pelo design – primeiras conclusões do projeto Anti-Amnésia para esta recuperação contextual

Jorge Brandão Pereira, Heitor Alvelos, Susana Barreto, Abhishek Chatterjee

Revitalizar a economia local com dinâmicas de inovação social assente na mobilidade ativa - Inovação Social e Empreendedorismo Social

Ana Rita Pereira, Bernadete Bittencourt e José Carlos Mota

Turismo de experiência em Sergipe: o caso da agência Vento Leve Turismo de Experiência

Gabriela Nicolau dos Santos

17:15-17:30 Pausa

17:30-18:45 **Sessões Simultâneas F**

Sala 15: Gestão do conhecimento e inovação empresarial

Moderação: **Anabela Botelho***

Sustainable generation of innovative enterprises in territories: a proposal of an ecosystem management model

Laércio de Matos Ferreira, Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Eveline Russo Sacramento

Desafios para superação do efeito 'teto de vidro' na atuação de mulheres mentoras em ecossistemas de negócios

Lylia Toledo, Eliane Davila, Marta Gucciard, Ana Paula Benício, Eveline Sacramento

Transferência de Tecnologia no Contexto Regional: reflexão com base na atuação das Universidades do Nordeste Brasileiro

Diana Beatriz de Almeida, Helano Diógenes Pinheiro

Multiple aspects of cluster policy

Teresa Meira; Celeste Amorim; Ana Daniel; Anabela Botelho

Quarta-feira-feira, 25 de novembro

09:00-13:00 **A inovação territorial e a Região Centro**

09:00-10:30 Estratégia Regional de Especialização Inteligente e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Moderação: **Carlos Rodrigues** | Programa CeNTER, DCSPT, Universidade de Aveiro

Apresentação: **Alexandra Polido** | GOVCOPP, Universidade de Aveiro

Discussão: **Vanda Pacheco** | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Sérgio Nunes | Instituto Politécnico de Tomar

10:30-11:30 Uso das ferramentas digitais na promoção de iniciativas de base comunitária na Região Centro

Apresentação e Moderação: **Fernando Ramos** | Programa CeNTER, DeCA, Universidade de Aveiro

Discussão: **Carlos Goulão** | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Pedro Alves | Câmara Municipal de Águeda

12:00-13:00 All aboard! Inovação e as (persistentes) assimetrias em Portugal

Moderação: **Celeste Amorim Varum** | DEGEIT, Universidade de Aveiro

Apresentação: **Ana Daniel** | GOVCOPP, Universidade de Aveiro

Discussão: **Teresa Jorge** | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

António Bob Santos | Agência Nacional de Inovação

13:00-14:30 Pausa

14:30-16:45 **Comunidades, Redes e Inovação no Território: resposta aos grandes desafios sociais**

14:30-15:30 **Digital Agenda and Territorial Innovation in the EU**

Julie Pellegrin e Louis Colnot | Unidade de Desenvolvimento e Avaliação do CSIL - Centro de Estudos Industriais, Milão

Moderação: **Fernando Ramos** | Universidade de Aveiro

15:30-15:45 Pausa

15:45-16:45 **Reinventar a democracia a partir das cidades**

Erminia Maricato | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Moderação: **José Carlos Mota** | Universidade de Aveiro

16:45-17:00 **Encerramento**

Filipe Teles | Coordenador do Programa CeNTER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial
Fernando Nogueira e Sara Moreno Pires | Direção do curso de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, DCSPT, UA

* a confirmar

RESUMOS | ABSTRACTS

COMUNICAÇÕES ORAIS | PRESENTATIONS

Modelos de desempenho de inovação regional na Europa: implicações políticas para as regiões

Pedro Silva¹, Sara Moreno Pires², Filipe Teles³

¹ Universidade de Aveiro (UA) • silva.pedro@ua.pt

² Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • sarapires@ua.pt

³ Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • filipe.teles@ua.pt

RESUMO

As estratégias de especialização inteligente (S3) são consideradas um elemento chave da política de coesão da União Europeia (UE) para o período 2014-2020. As S3 representam uma abordagem inovadora que visa aumentar o crescimento e criar empregos na Europa, permitindo às regiões identificar e desenvolver as suas vantagens competitivas. Nos últimos anos, mais de 120 S3 foram desenvolvidas com o intuito de promover transformações económicas. Contudo, e apesar dos esforços feitos pela Comissão Europeia para apoiar as estratégias de especialização inteligente a nível regional (RIS3), muitas regiões não conseguiram corresponder às expectativas e alcançar os resultados esperados (Kroll, 2019). Continua ainda a existir uma grande diferença de desempenho entre as diversas regiões na Europa (Muscio, Reid, & Rivera Leon, 2015) e subsistem diversos desafios à análise dos impactos económicos destas políticas e à avaliação da eficácia destas estratégias (Sarkar, Bilau, & Basílio, 2020; Varga, Sebestyén, Szabó, & Szerb, 2020). Neste contexto, o objetivo deste estudo é explorar os diferentes modelos de desempenho que ajudam a explicar os principais fatores que impulsionam a inovação regional no contexto das RIS3. Existem vários fatores que são apontados na literatura como capazes de promover a inovação regional. Um deles é o capital humano e a consequente necessidade de investir nos recursos humanos, nas suas competências e no seu know-how (Pires, Polido, Teles, Silva, & Rodrigues, 2020). Outro desses fatores é o nível de investimento público e/ou gastos privados em atividades de investigação e desenvolvimento. Um terceiro fator chave é o nível de inovação, atividades e relações entre pequenas e médias empresas (PMEs) que têm um papel fundamental na produtividade de qualquer país e região (Alfonso-Gil, Saez-Cala, & Vinas-Apaolaza, 2003). Com base nos dados do painel de inovação regional da Comissão Europeia, foram efetuadas regressões e estimados dois modelos para identificar os fatores que explicam o impacto da inovação regional na criação de emprego em indústrias de alta tecnologia e de serviços intensivos em conhecimento, e também o impacto nas vendas de produtos novos e Inovadores. Os resultados revelam o papel muitas vezes contraditório que alguns fatores têm na inovação regional, destacando a dificuldade na gestão de trade-offs resultantes da aplicação de uma política de inovação muito direcionada. Em particular, os resultados revelam que um foco nas mesmas variáveis políticas de inovação (por exemplo colaboração entre PMEs) pode traduzir-se simultaneamente em efeitos positivos e negativos para a inovação regional. Este facto realça por um lado a importância das RIS3 terem em consideração as características estruturais das regiões, de contextualizarem devidamente as suas prioridades e de promoverem ações diferentes que possam complementar e mitigar os efeitos negativos de algumas políticas de inovação.

PALAVRAS-CHAVE

Inovação, Estratégias de especialização inteligente, Europa, Políticas públicas.

INFORMAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Este resumo foi elaborado no âmbito do Programa Integrado de IC&DT “CeNTER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial”, (CENTRO-01-0145-FEDER-000002), financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO2020), no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

- Alfonso-Gil, J., Saez-Cala, A., & Vinas-Apaolaza, A. I. (2003). Innovation processes in mature clusters of SMEs. A proposal for assessment indicators. *International Journal of Technology Management*, 26(2–4), 346–361.
- Kroll, H. (2019). Eye to eye with the innovation paradox: why smart specialization is no simple solution to policy design. *European Planning Studies*, 27(5), 932–951.
- Muscio, A., Reid, A., & Rivera Leon, L. (2015). An empirical test of the regional innovation paradox: can smart specialisation overcome the paradox in Central and Eastern Europe? *Journal of Economic Policy Reform*, 18(2), 153–171.
- Pires, S. M., Polido, A., Teles, F., Silva, P., & Rodrigues, C. (2020). Territorial innovation models in less developed regions in Europe: the quest for a new research agenda? *European Planning Studies*, 28(8), 1639–1666.

- Sarkar, S., Bilau, J. J., & Basílio, M. (2020). Do anchor infrastructures matter for regional Smart Specialisation Strategy? The case of Alentejo. *Regional Studies*, 1–12.
- Varga, A., Sebestyén, T., Szabó, N., & Szerb, L. (2020). Estimating the economic impacts of knowledge network and entrepreneurship development in smart specialization policy. *Regional Studies*. 54:1, 48-59, DOI: 10.1080/00343404.2018.1527026

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Pedro Silva. Professor Adjunto Convidado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro. Tem desenvolvido investigação na área dos negócios internacionais, estratégia e inovação, incluindo o tópico da inovação territorial. É autor de diversos capítulos de livro e artigos em revistas internacionais revistas por pares.

Sara Moreno Pires. Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e Investigadora da Unidade de Investigação GOVCOPP. É doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente, mestre em Desenvolvimento e Planeamento e licenciada em Economia. É atualmente diretora executiva da Organização Casa Comum da Humanidade e coordenadora científica do projeto “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”.

Filipe Teles. Pró-Reitor da Universidade de Aveiro para o desenvolvimento regional e política de cidades e Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da UA. É o coordenador do Programa Integrado de I&D “CeNTER - Redes e Comunidades para a Inovação Territorial” e do Projeto de IC&DT “DECIDE Governação Territorial Descentralizada” (FCT – POCI). É autor de inúmeras obras nacionais e internacionais nos domínios da governação local e cooperação intermunicipal.

Coesão territorial: analisando o conceito, as dimensões e as escalas

Pedro Chamusca¹, João Marques², Sara Moreno Pires³, Filipe Teles⁴

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • pedrochamusca@ua.pt

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • jjmarques@ua.pt

³ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • sarapires@ua.pt

⁴ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • filipe.teles@ua.pt

RESUMO

Os contextos económicos e sociais são bastante diferentes nas escalas global, nacional, intrarregional e local. Estas diferenças ancoram-se numa base territorial forte e manifestam-se em diferentes áreas de ação política, reclamando um maior foco das políticas públicas para estratégias de coesão. Nos últimos anos, o conceito de coesão territorial ganhou uma importância e relevância acrescida no discurso e ação política e académica. De facto, a incapacidade da Comissão Europeia em regular o planeamento e ordenamento do território a diferentes escalas (Luukkonen, 2015; Marques et al., 2018), associada ao crescimento de assimetrias nacionais, regionais e intrarregionais no contexto da União Europeia – uma vez que as políticas e programas tiveram efeitos territorialmente desequilibrados – vieram reforçar a necessidade de promover a coesão territorial definida conceptualmente em 2004 como um mecanismo essencial para promover o “desenvolvimento equilibrado e (...) reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das várias regiões e o atraso das mais desfavorecidas (EC, 2004, Article 220).

Neste trabalho, pretendemos debater a definição de coesão territorial, as suas principais dimensões e as especificidades da escala intrarregional. Para sustentar a análise realizada recorreremos à revisão da bibliografia existente, à análise dos documentos de política em vigor e à realização de entrevistas com agentes políticos da região Centro. Foram realizadas entrevistas aos oito secretários executivos das Comunidades Intermunicipais e a vinte e um Presidentes de Câmara Municipal, representativos das diferentes dinâmicas territoriais, sociais e económicas da região.

Argumentamos que é possível definir de forma clara o que é a coesão territorial, afirmando que é essencial assumir a coesão como um processo (contínuo e dinâmico) de promoção do equilíbrio, integração e governança territorial (incluindo aspetos de natureza geográfica, socioeconómica e de justiça social e espacial, associados às especificidades de cada espaço) e que este se estrutura em cinco dimensões principais – equidade, competitividade, conectividade, sustentabilidade ambiental e governação –, que concorrem de forma temporal e espacialmente diferenciada para a coesão territorial.

Através da investigação realizada constatamos que a construção conceptual da coesão territorial à escala regional e intrarregional na região Centro está alinhada com as principais preocupações veiculadas desde a União Europeia, mas que é percebida e operacionalizada muito mais como um resultado do que como um processo em que se deve centrar a ação política, frequentemente orientada para o curto prazo, em especial para a atração de investimento e novos habitantes. Apresentamos, ainda, resposta para três questões:

Porque precisamos de coesão territorial? Para superar problemas existentes no campo da articulação estratégica e gerir as assimetrias existentes.

Para que serve a coesão territorial? Para promover o desenvolvimento sustentável com base em princípios de equilíbrio, integração, organização e gestão territorial.

Como se promove a coesão territorial? Através da valorização da diversidade, complementaridade e articulação territorial, assumindo a justiça espacial e territorial como elementos estruturadores da tomada de decisão.

PALAVRAS-CHAVE

Coesão territorial, Territórios coesos, Equilíbrio territorial, Integração territorial, Governança territorial

INFORMAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Este resumo foi elaborado no âmbito do Programa Integrado de IC&DT “CeNER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial”, (CENTRO-01-0145-FEDER-000002), financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO2020), no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

- EC (2004) *Third Report on Economic and Social Cohesion, Convergence*. Competitiveness and cooperation. European Commission, Luxembourg
- Luukkonen, J. (2015) Planning in Europe for ‘EUrope: Spatial planning as a political technology of territory’. *Planning Theory* 14.2, 174–94.
- Marques, T., Saraiva, M., Santinha, G., Guerra, P. (2018). Re-thinking territorial cohesion in the European planning context. *International Journal of Urban and Regional Research*. DOI:10.1111/1468-2427.12608. 547-572

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Pedro Chamusca. Investigador no programa CENTER, Universidade de Aveiro. Doutor em Geografia pela FLUP; qualificado profissionalmente em Sistemas de Informação Geográfica (SIG); e formador acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. É membro da Direção da Associação Portuguesa de Geógrafos (APG).

João Marques. Professor auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, da Universidade de Aveiro, lecionando nas áreas de Planeamento Regional Urbano e Políticas Públicas (nos domínios dos métodos e técnicas de apoio à tomada de decisão). É doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro. Conclui pela mesma universidade o Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento Regional.

Sara Moreno Pires. É doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente (Universidade de Aveiro (UA)), Mestre em Desenvolvimento e Planeamento (University College London, Reino Unido) e Licenciada em Economia (Universidade de Coimbra). É Investigadora do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) da UA.

Filipe Teles. Docente na Universidade de Aveiro. Desempenha, atualmente, a função de Pró-reitor para o desenvolvimento regional e políticas de cidade. Doutorado em Ciências Políticas e membro da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), onde tem desenvolvido trabalho de investigação em governação e administração local e regional, reformas territoriais, liderança política e inovação.

Estudo qualitativo sobre o impacto dos fundos europeus para o desenvolvimento de Portugal

Adriana Z. F. C. Nishimura¹, Manuel Au-Yong-Oliveira²

¹ Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT), Universidade de Aveiro • adriana.nishimura@ua.pt

² Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT) e Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Universidade de Aveiro • mao@ua.pt

RESUMO

Portugal tem recebido Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), desde antes da sua adesão à União Europeia, em 1986. Ao longo dos quadros comunitários de apoio (QCA I, II, III, QREN até o atual Acordo de Parceria Portugal 2020), já foram atribuídos mais de 130 mil milhões de euros à economia portuguesa. A programação do Portugal 2020, alinhada à estratégia da Europa 2020 para a convergência dos Estados-Membros, organiza-se em quatro domínios temáticos: competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego; capital humano; sustentabilidade e eficiência no uso de recursos; e ainda os domínios transversais territorialização das intervenções e reforma da Administração Pública. Alguns resultados obtidos com o Portugal 2020 têm sido reconhecidos como positivos pela Comissão Europeia, que em 2018 retirou Portugal da categoria de “desequilíbrios excessivos”. Portugal também apresenta uma elevada taxa de execução orçamental dos fundos transferidos. No domínio competitividade e internacionalização, que concentra a maior parcela (40%) dos recursos e operações do Portugal 2020, mais de 6 mil empresas foram beneficiárias de apoio à internacionalização, e foram financiados mais de 4 mil projetos de I&D e transferência de conhecimento (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2020). Apesar dos resultados obtidos com o Acordo de Parceria, Portugal ainda atinge uma pontuação 21% abaixo da média da UE27 no índice PIB Per Capita em paridade de poder de compra (Eurostat, 2020). A eficácia dos fundos europeus tem sido avaliada maioritariamente por análises econométricas sobre crescimento e convergência entre regiões europeias (Oliveira e Leitão, 2020), e há alguns estudos académicos que debatem os benefícios e impactos dos fundos comunitários para o desenvolvimento de Portugal.

O estudo em questão, de abordagem qualitativa, pretende enriquecer este debate com a opinião de gestores públicos direta ou indiretamente ligados a projetos financiados com recursos europeus. Para a recolha de dados, optou-se pela realização de um focus group, em abril de 2019, em Espanha, com cinco participantes, que teve duas horas de duração; bem como a aplicação de nove entrevistas presenciais, no período de outubro a dezembro de 2019, com a duração média de uma hora. A amostra dos participantes do focus group e dos entrevistados foi escolhida de forma essencialmente proposital (purposive sample), devido à sua formação académica e/ou experiência profissional (Marshall, 1996). As sessões foram gravadas em áudio com a permissão dos participantes, e transcritas na sua totalidade, com recursos do software MAXQDA Analytics Pro18. Ao material transcrito foram aplicadas técnicas de análise de conteúdo, para identificação dos principais conceitos discutidos, e a contagem do número de ocorrências destes (Remenyi, 2014).

Houve um consenso no conjunto de entrevistados de que os fundos europeus têm sido fundamentais para o desenvolvimento de Portugal, nos diversos domínios (económico, territorial, social e cultural) de aplicação das políticas públicas, e foram citados exemplos de indicadores melhorados com os recursos europeus. Apesar disto, Portugal foi reportado como um país periférico e vulnerável no cenário europeu, pela generalidade dos entrevistados. Adicionalmente, foram relatadas falhas na atribuição dos fundos, bem como lacunas no planeamento e avaliação dos programas financiados).

PALAVRAS-CHAVE

FEEI, fundos europeus, Portugal 2020, Portugal, desenvolvimento

REFERÊNCIAS

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2020). *Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia*, no 21, 30/06/2020. [Consultado em 14/09/2020], disponível em https://www.portugal2020.pt/sites/default/files/boletim_30junho2020_vfinal.pdf
- Eurostat (2020). *PIB per capita em paridades de poder de compra*. [Consultado em 18/09/2020], disponível em https://europa.eu/european-union/documents-publications/statistics_pt
- Marshall, M. (1996), Sampling for qualitative research. *Family Practise*, 13(6), 522-525.
- Oliveira, F. G. e Leitão, A. (2020). Impactos Económicos do Norte 2020: Uma Análise Input-Output. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 55(2), 27-45.
- Remenyi, D. (2014). *Dictionary of research concepts and issues*. Reading: ACPI - Academic Conferences and Publishing International.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Adriana Z. F. C. Nishimura é aluna do Programa Doutoral em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Aveiro, e Analista em Ciência & Tecnologia Sénior no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil. Possui bacharelato e especialização em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo e mestrado em Administração (reconhecido pela Universidade de Aveiro). Tem 20 anos de experiência em gestão pública.

Manuel Au-Yong Oliveira é Professor Auxiliar no Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT – _Universidade de Aveiro), Diretor do Mestrado em Gestão, membro da Comissão Executiva do DEGEIT, e investigador no GOVCOPP. Possui mestrado em Gestão pela Cardiff Business School, doutoramento em Engenharia Industrial e Gestão pela Universidade do Porto (onde também lecionou), e Pós-doutoramento pela Universidade de Aveiro.

Brave New World: Diversity, intensity, commitment, and capacity to mobilize knowledge in local governance arrangements

Raúl Carneiro¹, Patrícia Silva², Raquel Valentim³, Luís F. Mota⁴, Patrícia Romeiro⁵, Filipe Teles⁶

¹ Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro • raul.cabeleira@ua.pt

² Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro • patriciasilva@ua.pt

³ Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro • raquelvalentim@ua.pt

⁴ Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies, University of Aveiro • luismota@ua.pt

⁵ Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro • patriciaromeiro@ua.pt

⁶ Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro • filipe.teles@ua.pt

ABSTRACT

Local governance arrangements entail the capacity to engage in strategic partnerships to address a wide range of activities and tasks, to target strategic and cross-cutting problems; or may revolve around precise goals within one single policy area without a multisectoral approach to deal with the region's development problems. Local governance arrangements can optimize the efficiency and effectiveness of service and program delivery at the local level. Regardless of their specific aims, local governance arrangements can embrace different formats – from more institutionalized to highly loose partnerships. This research seeks to map the wide spectrum of local governance arrangements across unitary European countries. In specific, borrowing concepts from scholarly literature within social network analysis, this article seeks to chart the diversity, intensity, commitment, and capacity to mobilize knowledge within Portuguese local governance arrangements.

Empirically, this article presents an in-depth analysis of the Portuguese case, where local government is kept tightly under the radar of central government. In order to scope all range of these arrangements, we will follow a stratified sampling procedure, so as to take into account the heterogeneity of municipalities, considering both their population density and territorial distribution, by region (NUTS II). Overall, 16 municipalities websites were content-analysed, with 167 networks (and 4450 actors) having been identified. Network's formal statutes and internal rules were fully scoped to gather information the diversity of participants (diversity); the frequency of formal interactions (intensity); the degree to which local networks were self-organized, as opposed to centrally driven (commitment); the presence of formal relationships with higher education institutions (capacity to mobilize knowledge).

KEYWORDS

Local governance networks, diversity, intensity, commitment, capacity to mobilize knowledge.

AUTHOR(S) NOTES

Raúl Carneiro is a Research Fellow at the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro (DCSPT-UA), currently attending the Doctoral Program in Political Science at the same institution. His main research interests are local governance, governance networks and regional development and innovation policies.

Patrícia Silva is an Assistant Professor at the Department of Social Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro, and is a member of the Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policy (GOVCOPP), where she has developed research work on political parties, the politicization of recruitment of appointed elites, public administration, and local governance.

Raquel Valentim is a Research Fellow at the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro (DCSPT-UA), where she is pursuing a master's degree in Political Science. She is currently working in the research project 'DECIDE: Decentralized Territorial Governance' and her main research interests are legislative studies, intra-party politics, local government, and governance networks.

Luís F. Mota is a Researcher at the Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policy, University of Aveiro (GOVCOPP-UA). He holds a PhD in Public Administration. His research interests are network governance, public policy-making, public sector reform and local governance. He is currently working in the research projects 'DECIDE: Decentralized Territorial Governance' and 'LSSR: Local State-Society Relations'.

Patrícia Romeiro (PhD) is a researcher at the Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies - University of Aveiro. She has a solid academic background in Geography, and Innovation and Development Policies, and extensive experience in the fields of action research, research and consultancy. Patrícia is particularly interested in understanding urban and regional dynamics, through the lens of collective organising capacity and public policies.

Filipe Teles is Assistant Professor in the Department of Social, Political and Territorial Sciences at the University of Aveiro, where he teaches courses in the fields of Public Policy and Political Science. Presently, he is acting as Pro-Rector for Regional Development and Urban Policies at the University of Aveiro. He is a member of the Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policy (GOVCOPP), where he has developed research work on governance and local administration, territorial reform, political leadership and innovation.

Coesão territorial na Região Centro: do discurso às práticas

Pedro Chamusca¹, João Marques², Sara Moreno Pires³, Filipe Teles⁴

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • pedrochamusca@ua.pt

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • jjmarques@ua.pt

³ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • sarapires@ua.pt

⁴ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • filipe.teles@ua.pt

RESUMO

A dimensão territorial foi oficialmente acrescentada como o terceiro pilar da coesão no Tratado de Lisboa (artigo 3.º - 2009), e, mais recentemente, a estratégia da UE (Europa 2020) reforçou a dimensão da coesão territorial (Avdikos & Chardas, 2016), assumindo que "os Fundos contribuirão para o desenvolvimento e prossecução das ações da União que conduzam ao reforço da sua coesão económica, social e territorial" (CE, 2010, 63).

No âmbito do projeto CENTER (em colaboração com a CCDR-C) tem vindo a ser desenvolvido um projeto de construção de um Observatório para a Coesão Territorial, que assume a coesão territorial como um processo: i) de construção de um território mais coeso e equilibrado, procurando superar os défices de articulação estratégica, constrangimentos administrativos e assimetrias de desenvolvimento existentes; ii) orientado para a promoção do desenvolvimento sustentável e para uma organização territorial mais equilibrada, integrada e ancorada em princípios de boa gestão territorial; iii) que valoriza a diversidade, a complementaridade e a articulação territorial, bem como a justiça social e espacial como elementos estruturantes da tomada de decisão; iv) que assume que as especificidades territoriais (diversidade natural e económica) devem ser valorizadas, permitindo aos cidadãos aproveitar ao máximo as características inerentes a estes territórios.

Esta construção foi discutida com os principais atores políticos da região – Presidentes Câmara e Secretários Executivos das CIM. Neste trabalho apresentamos as principais conclusões do trabalho desenvolvido com os decisores locais e intrarregionais (entrevistas), designadamente no que diz respeito a três domínios de ação: construção política, aplicação prática e medição da coesão territorial.

No geral, as construções políticas da coesão territorial apresentam algumas variações, nomeadamente entre uma que valoriza o conceito como um processo coletivo de promoção do desenvolvimento e outras que replicam ideias de políticas europeias associadas à convergência, à igualdade e à redução das assimetrias. No plano da construção política, a construção política ou a perceção da coesão territorial é essencialmente o resultado de uma visão política e da consideração dos valores/problemas que cada território apresenta, uma vez que não existe cooperação ou cultura de articulação dos decisores, apesar das recentes experiências nas Comunidades Intermunicipais. A coesão territorial não é uma área prioritária de intervenção ou investimento, o que resulta de uma incapacidade geral de compreender estrategicamente o território (municipal, mas essencialmente intrarregional) e de um foco excessivo no "desenvolvimento económico" e não numa estratégia territorial. Por conseguinte, não é de admirar que os atores locais tenham vários problemas na identificação de indicadores para avaliar e monitorizar a coesão territorial.

Globalmente, os decisores políticos locais e intrarregionais acordam em três ideias principais associadas à definição de coesão territorial: i) é muito importante reduzir as assimetrias entre territórios, garantindo a igualdade de oportunidades para todos; ii) as atuais tendências sociais/económicas e as dinâmicas territoriais exigem que as autoridades públicas trabalhem numa maior capacidade e oportunidades de articulação estratégica entre territórios; e iii) a coesão territorial só é possível com estratégias conjuntas para promover o crescimento económico/desenvolvimento à escala intrarregional, com benefícios para todos os territórios resultantes da articulação política.

PALAVRAS-CHAVE

Coesão territorial, Região centro, Atores políticos, Escala intrarregional

INFORMAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Este resumo foi elaborado no âmbito do Programa Integrado de IC&DT "CeNTER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial", (CENTRO-01-0145-FEDER-000002), financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO2020), no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

- Avdikos, V. & Chardas, A. (2016) European Union Cohesion Policy Post 2014: More (Place-Based and Conditional) Growth – Less Redistribution and Cohesion, *Territory, Politics, Governance*, 4:1, 97-117, DOI: 10.1080/21622671.2014.992460
- CE (2010) *EUROPE 2020: A Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth*, Luxembourg Office for Official Publications of the European Communities.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Pedro Chamusca. Investigador no programa CENTER, Universidade de Aveiro. Doutor em Geografia pela FLUP; qualificado profissionalmente em Sistemas de Informação Geográfica (SIG); e formador acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. É membro da Direção da Associação Portuguesa de Geógrafos (APG).

João Marques. Professor auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, da Universidade de Aveiro, lecionando nas áreas de Planeamento Regional Urbano e Políticas Públicas (nos domínios dos métodos e técnicas de apoio à tomada de decisão). É doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro. Conclui pela mesma universidade o Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento Regional.

Sara Moreno Pires. É doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente (Universidade de Aveiro (UA)), Mestre em Desenvolvimento e Planeamento (University College London, Reino Unido) e Licenciada em Economia (Universidade de Coimbra). É Investigadora do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) da UA.

Filipe Teles. Docente na Universidade de Aveiro. Desempenha, atualmente, a função de Pró-reitor para o desenvolvimento regional e políticas de cidade. Doutorado em Ciências Políticas e membro da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), onde tem desenvolvido trabalho de investigação em governação e administração local e regional, reformas territoriais, liderança política e inovação.

Processos bottom-up e top-down em inovação de base territorial: análise de quatro estudos de caso na Região Centro

Sara Moreno Pires¹, Pedro Silva², Alexandra Polido³, Carlos Rodrigues⁴, Filipe Teles⁵

¹ Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • sarapires@ua.pt

² Universidade de Aveiro (UA) • silva.pedro@ua.pt

³ Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • a.polido@ua.pt

⁴ Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • cjose@ua.pt

⁵ Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • filipe.teles@ua.pt

RESUMO

A procura por novos modelos de desenvolvimento regional tem atraído a atenção da academia ao longo dos últimos anos. Nos atuais modelos de inovação regional, as dinâmicas institucionais locais assumem um papel relevante. A literatura tem-se focado fundamentalmente na inovação em regiões mais bem-sucedidas, negligenciando a discussão sobre as regiões menos desenvolvidas. Isto deve-se ao pressuposto de que a proximidade geográfica, o crescimento económico e a competitividade são (pré)condições necessárias para a criação de ‘ecossistemas’ inovadores. Estudos recentes desafiam esta noção e oferecem exemplos de como as regiões menos desenvolvidas podem também elas levar a cabo atividades inovadoras. O foco tem sido direcionado para o desenvolvimento de modelos conceituais que expliquem como as regiões menos desenvolvidas podem inovar. No entanto, há ainda lacunas no conhecimento, nomeadamente, sobre os diferentes fatores promotores destas iniciativas de inovação de base territorial. Deste modo, o objetivo deste estudo é analisar processos de inovação de base territorial numa região menos desenvolvida, como é o caso da região do Centro de Portugal. Foram utilizados quatro estudos de casos exploratórios, dois com base numa abordagem à inovação top-down (Smart Rural Smart Hiese (Smart Rural Living Lab) e Parque de Ciência e Tecnologia TagusValley) e outros dois com base numa abordagem bottom-up (Festival Bons Sons e Aldeia de Cabrum). Foram realizadas entrevistas a diversos atores-chave destas iniciativas de inovação de base territorial e realizada uma análise cruzada (cross-case) para melhor identificar similaridades e diferenças em ambos as tipologias de processos. Esta análise foi confrontada com a literatura mais recente sobre inovação territorial em regiões menos desenvolvidas. Os resultados indicam que as iniciativas top-down resultaram fundamentalmente da interação de atores com uma elevada capacidade de intervenção na região como sejam instituições de ensino superior, câmaras municipais e empresas líder (nessa região). Por contraponto, as iniciativas bottom-up analisadas dependeram em grande medida da proatividade e capacidade de mobilização dos seus promotores. Já os principais fatores impulsionadores das iniciativas top-down foram as redes e relações existentes entre esses atores regionais, uma elevada capacidade financeira e de investimento, a existência de recursos humanos disponíveis e uma elevada proximidade interinstitucional. No caso dos fatores que impulsionaram as iniciativas bottom-up, estes foram sobretudo as ligações à comunidade local e a existência de recursos naturais e culturais passíveis de serem explorados. Assim, verificou-se que enquanto os objetivos dos processos top-down estão relacionados com a criação de uma maior capacitação empresarial da região e de crescimento económico, os objetivos das iniciativas bottom-up assentaram num objetivo mais holístico, como seja, o aumento da atratividade do território, a inclusão e a partilha social, a recuperação, preservação e reabilitação do património e a mudança de consciências. No geral, os resultados oferecem uma perspetiva de como as regiões menos desenvolvidas podem conduzir iniciativas inovadoras com recurso a dois processos bastante distintos em relação aos atores envolvidos e fatores impulsionadores, objetivos e impactos.

PALAVRAS-CHAVE

Inovação territorial, Regiões menos desenvolvidas, Casos de estudo, Bottom-up, Top-down.

INFORMAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Este resumo foi elaborado no âmbito do Programa Integrado de IC&DT “CeNTER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial”, (CENTRO-01-0145-FEDER-000002), financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO2020), no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Sara Moreno Pires. Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e Investigadora da Unidade de Investigação GOVCOPP. É doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente, mestre em Desenvolvimento e Planeamento e licenciada em

Economia. É atualmente diretora executiva da Organização Casa Comum da Humanidade e coordenadora científica do projeto “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”.

Pedro Silva. Professor Adjunto Convidado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro. Tem desenvolvido investigação na área dos negócios internacionais, estratégia e inovação, incluindo o tópico da inovação territorial. É autor de diversos capítulos de livro e artigos em revistas internacionais revistas por pares.

Alexandra Polido. Investigadora da Unidade de Investigação GOVCOPP e docente convidada do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território na Universidade de Aveiro. Desenvolve investigação na área da avaliação de impactos ambientais e de sustentabilidade de políticas públicas, planos e programas. É coordenadora do projeto intitulado “Poder nas relações institucionais da Avaliação Ambiental” financiado pela FCT – CEECInd.

Carlos Rodrigues. Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais (DCSPT) da Universidade de Aveiro. Doutor em Ciências Sociais, desenvolve a sua atividade de investigação na Unidade de Investigação GOVCOPP sobre sistemas de inovação territorial, teoria e prática do planeamento e estudos asiáticos. É atualmente Diretor do DCSPT e coordenador do Centro de Estudos Asiáticos e do Mestrado em Estudos Chineses da UA.

Filipe Teles. Pró-Reitor da Universidade de Aveiro para o desenvolvimento regional e política de cidades e Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da UA. É o coordenador do Programa Integrado de I&D “CeNTER - Redes e Comunidades para a Inovação Territorial” e do Projeto de IC&DT “DECIDE Governação Territorial Descentralizada” (FCT – POCI). É autor de inúmeras obras nacionais e internacionais nos domínios da governação local e cooperação intermunicipal.

De indústrias tradicionais e conhecimento empírico para um modelo de mediação pelo design – primeiras conclusões do projeto Anti-Amnésia para esta recuperação contextual

Jorge Brandão Pereira¹, Heitor Alvelos², Susana Barreto³, Abhishek Chatterjee⁴

¹ Escola Superior de Design, IPCA Instituto Politécnico do Cávado e do Ave / ID+ • jmpereira@ipca.pt

² Universidade do Porto / ID+ • halvelos@fba.up.pt

³ Universidade do Porto / ID+ • sbarreto@fba.up.pt

⁴ Universidade do Porto / ID+ • achatterjee@fba.up.pt

RESUMO

Os processos culturais da contemporaneidade apresentam dimensões reveladoras que colocam no centro da discussão entre comunidades, redes e inovação conceitos como criatividade, desenvolvimento ou sustentabilidade. Na sua relação com o design – nas vertentes económica e cultural – esta abordagem coloca desafios significativos, nomeadamente um trabalho de mediação que aporta características que contribuem para uma reconstrução dos seus próprios conceitos.

A presente comunicação propõe um primeiro modelo de conclusões para o projeto “Anti- Amnésia: Investigação em Design como agente para a regeneração e reinvenção, narrativas e materiais, de culturas e técnicas de manufatura portuguesas em desaparecimento” (POCI- 01-0145-FEDER-029022), em desenvolvimento, que elabora um processo de mediação e recuperação contextual que responde a evidências crescentes de desaparecimento de práticas industriais tradicionais de pequena escala, no Norte e Centro de Portugal. Estas culturas industriais tradicionais enfrentam desafios de várias ordens à sua viabilidade e sustentabilidade, como consequência de realidades comerciais e industriais globais emergentes, em grande parte devido a novos modelos de produção, mudanças de consumo e uma ausência pública de narrativas associadas.

Consideram-se quatro estudos de caso que permitiram identificar e construir um conjunto de potenciais fatores associados a este declínio industrial. São estudos de caso uma indústria tradicional de calçado, um movimento ligado à preservação e salvaguarda de azulejos no Porto, uma tecelagem manual tradicional e uma oficina de impressão em tipografia, cada um deles representando um grau diferente de obsolescência tecnológica e/ou cultural. Os estudos de caso representam também uma riqueza de conhecimentos especializados incorporados nas suas respetivas culturas materiais, abrangendo técnicas, processos e criatividade únicos que podem se tornar um ativo crítico para a inovação noutras indústrias associadas. O exercício de mapeamento destes estudos de caso procura entender como o design se estrutura enquanto ferramenta e mediação.

O conhecimento recuperado e agora interpretado quer criar, desta forma, medidas restaurativas orientadas ao projeto, como novas abordagens de produtos e comunicação, e fornece orientação para a atualização da matéria-prima tradicional e estratégias de negócios para enfrentar os desafios contemporâneos. Da ação de auscultação, viabilização e replicabilidade de contextos tradicionais de produção industrial e artesanal no universo contemporâneo, procura-se nesta fase de conclusão do projeto a ponte para a inscrição e legitimação destas identidades, tradições e sistemas de conhecimento relacionados.

PALAVRAS-CHAVE

Anti-Amnésia, Design para a recuperação, Etnografia industrial

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Jorge Brandão Pereira é professor no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, na Escola Superior de Design. PhD em Media Digitais – variante Indústrias, Públicos e Mercados, Universidade do Porto (2015). Investigador do ID+ / Unexpected Media Lab, Research coordinator no projeto “The Mediated City” (AMPS – Architecture, Media, Politics and Society, UCL) e Vice-President for Design Ethics da United Designs Alliance.

Heitor Alvelos é Professor Associado em Design na Universidade do Porto, onde coordena o Programa Doutoral em Design e o ID+ / Unexpected Media Lab. PhD em Design (Royal College of Art, 2003) e MFA (School of the Art Institute of Chicago, 1992). Coordenador do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades na FCT. Membro da Academia Europaea desde 2015. Outreach Director do Programa UTAustin-Portugal em Digital Media (2010-2014).

Susana Barreto é investigadora e professora em design na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, onde integra as equipas de coordenação de dois projetos de investigação (“Wisdom Transfer” e “Anti-Amnésia”). Os seus interesses de investigação centram-se no papel da cultura na comunicação visual, design intercultural, globalização de imagens, métodos visuais e ética no design.

Abhishek Chatterjee é investigador designado para o projeto de investigação ‘Anti-Amnésia’ (POCI-01-0145-FEDER-029022 FEDER / FCT) na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, que se concentra na resgate e restauração de narrativas materiais, humanas e sociais, embarcado em práticas industriais tradicionais em Portugal.

Revitalizar a economia local com dinâmicas de inovação social assente na mobilidade ativa - Inovação Social e Empreendedorismo Social

Ana Rita Pereira¹, Bernadete Bittencourt² e José Carlos Mota³

¹ Departamento das Ciências Sociais Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • anarita17@ua.pt

² Departamento das Ciências Sociais Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • bernadete@ua.pt

³ Departamento das Ciências Sociais Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • jcmota@ua.pt

RESUMO

A pandemia COVID 19 está a demonstrar que a melhor maneira de conservar a força vital das cidades é garantir que a interação social e os espaços públicos sejam pensados com entusiasmo experimental (Barreiros, 2020; Teles, 2020). De acordo com as dinâmicas da Inovação Social (IS), e do Empreendedorismo Social (ES), definindo estas novas orientações socioeconómicas e culturais, com vista a corresponder a necessidades e desafios societais, através da cooperação entre diversos agentes, integrados num processo deliberativo (Klein, Fontan, Harrison, & Lévesque, 2009). Esses agentes de mudança reconhecem novos modos de agir, difundindo recursos e convencendo sociedades a darem novos saltos (Ferreira, 2011). Analisa-se, assim, a forma como a IS contribui para a resolução do problema, contando com a participação da sociedade civil na recuperação da vitalidade citadina, assente na experimentação Social, no urbanismo tático e mobilidade leve (Barreiros, 2020).

Assim, a IS pode contribuir para aumentar a consciência para a mudança dado que, os municípios portugueses têm sido comedidos na experimentação de formas alternativas do uso do espaço público e de mobilidade urbana, embatendo sempre no conservadorismo (Barreiros, 2020; Teles, 2020; CRE, 2019; IMTT, 2020). É justamente fruto das consequências sociais adversas, e deste processo de repensar a mobilidade e as cidades no Pós COVID 19, que tornam esta altura ideal para experimentar a mudança (IMTT, 2020). Assim, os empreendedores sociais possuem a visão, a criatividade e a determinação, as quais aplicam e focam em exemplos de ação experimental (Parente, 2014). Neste sentido, este trabalho pretende aprofundar a relação entre os conceitos IS e ES no contexto da promoção da recuperação económica dos pós COVID 19; perceber a forma como as ações experimentais, associadas à ES e ao urbanismo tático, conseguem proporcionar a animação económica do comércio local (Barreiros, 2020; IMTT, 2020; Teles, 2020); investigar o papel de medidas de carácter pioneiro, como os Parklets, como estímulos ao bem-estar físico e psicológico dos cidadãos no contexto de pandemia, sabendo das restrições de saúde pública implícitas a qualquer mecanismo de inovação. Para tal, empenharam-se esforços na busca por informação bibliográfica de relevo na temática, bem como a análise de todo o processo que está inerente ao Orçamento Participativo com Ação Direta da Câmara Municipal de Aveiro. Desta feita, a apreciação Pública favorável do Aveiro Parklet-Uma Micro Praça em cada Rua, permitiu materializar o conceito pioneiro em Portugal, ao passo que, da sua implantação, surgirá um projeto-piloto, à semelhança do que acontece a nível internacional, mas ainda sem representatividade nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Mobilidade Suave, Urbanismo Tático, Empreendedorismo Social, Inovação Social.

REFERÊNCIAS

- Barreiros, M. (2020). Mais espaço público s.f.f.: as cidades pós-covid-19. *Jornal Público* (28-05-2020). https://www.publico.pt/2020/05/28/culturaipsilon/noticia/espaco-publico-sffcidades-pos-covid191918194?fbclid=IwAR2qXGhbtX0UuYWTqHsEP2BAHS0Cz1Ma17qHlXnlh_q5i32xoVewEGd3C8
- CRE, Comité das Regiões Europeu. (2019). A inovação social como novo instrumento para enfrentar os desafios societais. In *123.a reunião plenária de 11 e 12 de maio de 2017* (Vol. 53, Issue 9). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. (2005). *Mobilidade Urbana Sustentável*. Sustainable Development. O impacte das empresas e dos seus trabalhadores.
- European Commission. (2010). Empowering people, driving change. Social innovation in the European Union. In *Bureau of European Policy Advisers* (Issue May). <https://doi.org/10.2796/13155>
- Ferreira, S. (2011). A Emergência e o Significado de Empreendedorismo Social, comunicação apresentada na/o Workshop "Empreendedorismo Social: Teoria e Práticas", Universidade de Aveiro, 30 de junho
- IMTT, Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP (1-06-2020). *A mobilidade e os transportes - Compromisso por uma nova mobilidade urbana pós covid – experimentar a mudança!* https://issuu.com/l3pua/docs/imt-jcm_vf_1_1
- Klein, J.-L., Fontan, J.-M., Harrison, D. & Lévesque, B. (2009). *L'innovation sociale au Québec: un système d'innovation fondé sur la concertation*. Cahier du CRISES, collection Études théoriques, No ET 0907.
- Parente, C. (2014). *Empreendedorismo Social em Portugal*. Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras.
- Teles, F. (2020). Cities learn and adapt through experimentation. *Jornal EURA Conversations* (20-05-2020).

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Ana Rita Pereira, licenciada em Administração Pública, com menor em políticas públicas, pela Universidade de Aveiro. Doutoranda em Políticas Pública, DCSPT-UA. Interesse pela Inovação Social e medidas de bem-estar e intervenção social, com participação no Laboratório Cívico Santiago e no Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Aveiro.

Bernadete Bittencourt, Professora Auxiliar Convidada na Universidade de Aveiro e Investigadora na empresa GOVCOPP - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas.

José Carlos Mota, Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro, Diretor do Mestrado (2ºciclo) em Planeamento Regional e Urbano, impulsionador de projetos como: ABC DA RUA, Kit a Nossa Rua, Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas - L3P e uaubike.

Turismo de experiência em Sergipe: o caso da agência Vento Leve Turismo de Experiência

Gabriela Nicolau dos Santos¹

¹ Pós Doutoranda do Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro • Gabrielanicolau.80@gmail.com

RESUMO

As análises realizadas sobre a Experiência como um diferencial mercadológico a ser oferecido aos consumidores têm origem em duas importantes publicações – A Sociedade dos Sonhos, de Rolf Jensen (1999), e o estudo intitulado Economia da Experiência, de James Gilmore e Joseph Pine (1999). No Brasil, a apropriação do conceito de Experiência pelo Ministério do Turismo ocorreu em 2010, através de Cartilha intitulada Tour da Experiência. Paralelamente ao desenvolvimento teórico em torno do conceito de Turismo da Experiência, assiste-se, ao longo dos últimos anos, no país, ao surgimento e/ou adaptação de agências de viagens com a finalidade de atender às demandas dos millennials – que, segundo o Banco Mundial (2019) – têm alterado as tendências do mercado, optando, em suas viagens, pela vivência de experiências autênticas, fundamentadas na convivência com as comunidades locais visitadas. Atuando desde 2011 no nordeste brasileiro (Estado de Sergipe) com consultoria em Turismo Sustentável, a Rosa dos Ventos Consultoria e Pesquisa deu origem, em 2018, à Vento Leve Turismo de Experiência, agência de viagens criada com a missão de se tornar referência na roteirização e na oferta de produtos turísticos off-the-beaten-path, sob uma perspectiva de transformação dos valores e princípios que historicamente orientam o mercado por meio da Tecnologia Social e da constituição de Redes. O conceito de Tecnologia Social tem se difundido no Brasil a partir da última década, compreendendo produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidos na interação com a comunidade e representando efetivas soluções de transformação social. A concepção de Rede proposta neste trabalho a entende como um padrão organizativo em que unidades autônomas podem empreender, obter resultados e promover a transformação de uma dada realidade (MARTINHO, 2003). Buscando inter-relacionar os conceitos de Turismo de Experiência, Tecnologia Social (TS) e Desenvolvimento em Rede, este artigo tem como objetivo desenvolver análise, a partir da experiência da agência de turismo Vento Leve, dos principais gargalos ao desenvolvimento e sucesso das experiências de Turismo em territórios de baixa densidade no Brasil. Para tanto, a metodologia utilizada tem como base uma revisão bibliográfica dos conceitos de Turismo de Experiência, Tecnologia Social (TS) e Desenvolvimento em Rede. Além disso, são apresentados dados da experiência de criação e operacionalização de roteiros turísticos envolvendo 15 territórios dos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia, ao longo dos anos de 2018, 2019 e 2020. Os principais gargalos ao desenvolvimento e sucesso das experiências de Turismo de experiência no Brasil estão relacionados com a carência de mão de obra profissional para a administração e gerenciamento dos serviços turísticos voltados às experiências; a ausência do Estado no desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao Turismo Sustentável e a necessidade de criação e manutenção de redes de interconexão dos diferentes atores sociais para que a conjugação de esforços e a formulação de diretrizes conjuntas de atuação possa atuar positivamente na dinamização econômica e bem estar das comunidades envolvidas com o Turismo.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo de Experiência; Tecnologia Social; Desenvolvimento em Rede, Agência Vento Leve, Brasil.

REFERÊNCIAS

- Banco Mundial. *Does the digital economy provide tourism opportunities for local communities in Africa?* Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/psd/does-digital-economy-provide-tourism-opportunities-local-communities-africa>> Acesso em: 15 jan. 2019
- Brasil. Ministério do Turismo. *Tour da experiência: cartilha completa*. Brasília: Instituto Marca Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.tourdaexperiencia.com.br/institucional>> Acesso em: 15 jul. 2020.
- Gastal, S. A.; Moesch, M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. 1. ed. São Paulo: Aleph.
- Maccannell, D. (1976). *The tourist: a new theory of the leisure class*. Nova York: Schcken Books,
- Martinho, C. (2003). *Redes: uma introdução às dinâmicas de conectividade e da auto-organização*, Brasília: WWF Brasil.
- Panosso Netto, A.; Gaeta, C. (2010). *Turismo da experiência*. São Paulo: SENAC,
- Pezzi, E; Santos, R. (2012). A experiência turística e o turismo de experiência: aproximações entre a antropologia e o marketing. *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Universidade de Caxias do Sul.
- Pezzi, E; Vianna, S.L.G. (2015). A Experiência Turística e o Turismo de Experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável. *Turismo em Análise*. Volume 26, número 1.
- Pine II, J.; Gilmore, J. (1999). *The Experience Economy: work is theatre and every business a stage*. Boston: Harvard Business School Press.
- PNUD. *As Perguntas Mais Frequentes sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Disponível em: <<file:///C:/Users/GABRIELA/Downloads/undp-br-ods-FAQ.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2020.

Rede Nacional de Mobilização Social. *Tecnologias Sociais possibilitam modelos alternativos de desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/tecnologias-sociais-possibilitam-modelos-alternativos-de-desenvolvimento/>> Acesso em 28 de outubro de 2019.

SEBRAE. *Turismo de Experiência*. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/turismo_de_experiencia.pdf> Acesso em: 09 mai 2020.

Trigo, L. G. G. (2010). A viagem como experiência significativa. In: Trigo, L. G. G. *Turismo de Experiência*. São Paulo: SENAC, p. 21-42.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Pós-doutoranda no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. Doutora em Estudos Avançados em Antropologia Social pela Universidade de Barcelona, Mestre em Antropologia e Etnografia pela Universidade de Barcelona e Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Bacharel em Turismo pela PUC - Campinas. Diretora executiva e pesquisadora da Rosa dos Ventos Consultoria e Pesquisa (desde 2011).

The local economic resilience of Portuguese municipalities

João Almeida¹, Ana Dias Daniel², Anabela Botelho³

¹ DEGEIT, GOVCOPP, University of Aveiro • joaolopesalmeida@ua.pt

² DEGEIT, GOVCOPP, University of Aveiro • anadaniel@ua.pt

³ DEGEIT, GOVCOPP, University of Aveiro • anabela.botelho@ua.pt

ABSTRACT

The increasing debate on climate change, the recent Covid-19 pandemic and the economic shocks provoked by these and other events, will certainly deepen the debate on how local and regional economies react and adapt to these growing challenges. Thus, the notion of regional/local economic resilience will increasingly become a ‘hot topic’ both for academia and policymaking in the following years.

There are different interpretations of the concept of resilience (‘engineering resilience’; ‘ecological’; and ‘adaptive’ (see Martin (2012)). Nevertheless, there are several interrelated dimensions these interpretation: resistance; renewal; recovery; re-orientation (see Martin (2012). On these notions, Martin & Sunley (2015) define regional economic resilience as “the capacity of a regional or local economy to withstand or recover from market, competitive and environmental shocks to its developmental growth path, if necessary by undergoing adaptive changes to its economic structures and its social and institutional arrangements, to maintain or restore its previous developmental path, or transit to a new sustainable path characterized by a fuller and more productive use of its physical, human and environmental resources.” (p. 13).

In another side, the progressive focus on smaller territorial units, given the greater impact of strategies and policies on the development of those territories, reinforce the need for more theoretical and empirical evidence on how local dynamics and stakeholders influence local resilience, as well as to understand if and how regional and national policies influence local resilience and development (Martin, Sunley, & Tyler, 2015).

Building on the notions of resistance and recovery of Martin (2012), the main aim of this study is to analyse Portuguese municipalities resistance (measured by unemployment growth in economic crisis) and recovery (measure as the unemployment decrease in the post-crisis period). The time periods considered are the economic and austerity crisis and (2009 – 2014) and the post-crisis (2015-2019). If possible, other indicators, such as the number of enterprises per 100 capita, GDP per capita, etc, will be included. Nevertheless, it is expected that the limited data availability does not allow to capture all the relevant dimensions of local economic resilience.

It is expected that metropolitan areas are highly resilient given their agglomeration economies and economic diversity and that municipalities closer metropolitan areas also present higher resilience due to borrowed size effects. In another side, low-density and rural municipalities will probably present lower levels of resilience, as seen by other authors that study local economic resilience in European countries (Fingleton, Garretsen, & Martin, 2012; Ženka, Slach, & Pavlík, 2019).

The results of this study will push forward the research on local economic resilience in Portugal providing paths for understanding why some territories are more resilient than others. Also, it will provide important implications to policy-makers decisions to adapt their policies and programs to during and after crises, as the case of the current crisis caused by the COVID-19 pandemic.

KEYWORDS

Economic resilience, local development, low-density territories, regional development

REFERENCES

- Fingleton, B., Garretsen, H., & Martin, R. (2012). Recessionary shocks and regional employment: Evidence on the resilience of u.k. regions. *Journal of Regional Science*, 52(1), 109–133. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2011.00755.x>
- Martin, R., Sunley, P., & Tyler, P. (2015). Local growth evolutions: Recession, resilience and recovery. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 8(2), 141–148. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsv012>
- Martin, R. (2012). Regional economic resilience, hysteresis and recessionary shocks. *Journal of Economic Geography*, 12(1), 1–32. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbr019>
- Martin, R., & Sunley, P. (2015). On the notion of regional economic resilience: Conceptualization and explanation. *Journal of Economic Geography*, 15(1), 1–42. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbu015>
- Ženka, J., Slach, O., & Pavlík, A. (2019). Economic resilience of metropolitan, old industrial, and rural regions in two subsequent recessionary shocks. *European Planning Studies*, 27(11), 2288–2311. <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1638346>

AUTHOR(S) NOTES

João Almeida holds a Masters' Degree in Management (2018) from the University of Aveiro. Currently he is a Research Fellow and PhD student at the GOVCOPP - University of Aveiro. His research focuses on the area of innovation, entrepreneurship, and local/regional development.

Ana Dias Daniel is an assistant researcher at the University of Aveiro, and a lecturer of Entrepreneurship at the Department of Economics, Management, Industrial Engineering and Tourism. She is a member of the Research Unit in Governance Competitiveness and Public Policies, and as a researcher her main interests are on management issues related to entrepreneurship, innovation and regional development.

Anabela Botelho holds a PhD in Economics (1998) from the University of South Carolina, USA. Since 2014 she is a Full Professor at DEGEIT, University of Aveiro (UA). She is currently the Coordinator of the Scientific Area of Economics at DEGEIT, Director of the PhD Program in Business and Economics and Coordinator of the Research Group on Competitiveness, Innovation and Sustainability - GOVCOPP.

Regional labour market and digital transformation: impacts and issues

Angélica Souza¹, Marta Ferreira Dias², Marlene Amorim³

¹ DEGEIT, Universidade de Aveiro • angelica.souza@ua.pt

² GOVCOPP, Universidade de Aveiro, DEGEIT • mfdias@ua.pt

³ GOVCOPP, Universidade de Aveiro, DEGEIT • mamorim@ua.pt

ABSTRACT

The challenge for the future beyond implementing the digitization of the economy to stimulate employment growth is addressing the potential risk of inequality, as a result of technological change. Competence-based technological change is a mechanism that may increase inequality as it tends to favour specific groups in the labour force and reduces the employability of other groups, namely low-skilled workers. This is due to the fact that the labour market under the conditions of the digital economy is influenced by demographic trends in the socio-economic system, which determine the structure of digital, their accessibility and level of digital competence mastery. This article presents an empirical work quantifying the impacts of digitization on the regional labour market in Portugal, using the regional digital index. The main objective is to understand the issues on regional asymmetries.

KEYWORDS

Digitalization Impacts, Digital Competences, Digital Economy, Labour Market.

KEYWORDS

- Balsmeier, B., & Woerter, M. (2019). Is this time different? How digitalization influences job creation and destruction. *Research Policy*, 48(8), 103765. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2019.03.010>
- Dachs, B. (2018). *The impact of new technologies on the labour market and the social economy*. Directorate-General for Parliamentary Research Services (European Parliament) <https://doi.org/10.2861/68448>
- Genz, S., Janser, M., & Lehmer, F. (2019). The Impact of Investments in New Digital Technologies on Wages - Worker-Level Evidence from Germany. *Jahrbucher Fur Nationalokonomie Und Statistik*, 239(3), 483–521. <https://doi.org/10.1515/jbnst-2017-0161>
- Habanik, J., Grecnikova, A., & Krajco, K. (2019). The impact of new technology on sustainable development. *Engineering Economics*, 30(1), 41–49. <https://doi.org/10.5755/j01.ee.30.1.20776>
- Jagannathan, S., Ra, S., & Maclean, R. (2019). Dominant recent trends impacting on jobs and labor markets - An Overview. *International Journal of Training Research*, 17(sup1), 1–11. <https://doi.org/10.1080/14480220.2019.1641292>
- Krämer, H. (2019). Digitisation, Monopoly Formation and Economic Inequality. *Wirtschaftsdienst*, 99(1), 47–52. <https://doi.org/10.1007/s10273-019-2394-z>
- Mönnig, A., Maier, T., & Zika, G. (2019). Economy 4.0 - Digitalisation and Its Effect on Wage Inequality. *Jahrbucher Fur Nationalokonomie Und Statistik*, Vol. 239, pp. 363–398. <https://doi.org/10.1515/jbnst-2017-0151>
- Sousa, M. J., & Rocha, Á. (2019). Skills for disruptive digital business. *Journal of Business Research*, 94(January 2018), 257–263. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.12.051>
- Tolkachev, S. A., Bykov, A. A., Morkovkin, D. E., Borisov, O. I., & Gavrilin, A. V. (2020). Digitalization of manufacturing in Russia, Belarus and the European Union. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 421(3), 0–7. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/421/3/032041>
- Zemtsov, S., Barinova, V., & Semenova, R. (2019). The risks of digitalization and the adaptation of regional labor markets in Russia. *Foresight and STI Governance*, 13(2), 84–96. <https://doi.org/10.17323/2500-2597.2019.2.84.96>
- Zhuravleva, N., Grigoryan, M., & Riet, K. (2019). The Influence of Digital Technologies on Regional labour Market Structure (The Case of St Petersburg). *Proceedings of the Volgograd State University International Scientific Conference "Competitive, Sustainable and Safe Development of the Regional Economy"* 83(Cssdre), 442–446. <https://doi.org/10.2991/cssdre-19.2019.86>

AUTHOR(S) NOTES

Angélica Souza is graduated in Economics from the Federal University of Ouro Preto (Brazil), and is a Master's Degree student in Economics from the University of Aveiro. She has professional experience in multinational companies in the retail sector and in social innovation and entrepreneurship projects. She is currently research fellow in the Aveiro STEAM City project, specifically in Digital Transformation and New Work Contexts.

Marta Ferreira Dias has a PhD in Economics from the University of Warwick, UK. She is an Assistant Professor in the University of Aveiro. Her research interests are energy economics, energy policy and regulation, sustainability, economic impacts of digital transformation and European economics. Presently, she is a member of the GOVCOPP. She is a member of research teams of the University of Aveiro participating in several European sponsored projects in the fields of Social Economy and Competences for graduates.

Marlene Amorim is Assistant professor at the Department of Economics, Management, Industrial Engineering and Tourism at the University of Aveiro, Portugal and Coordinator of the Research Line in Competitiveness Innovation and Public Policies at GOVCOPP of the Research Unit in Governance Competitiveness and Public Policies (GOVCOPP). Marlene received her PhD in Management from IESE Business School, and conducts research in the area of service management, quality and innovation and digital transformation of service systems.

A inovação nos modelos de gestão do território e as tendências do trabalho

Luís Mota Figueira¹, Graciete Honrado²

¹ Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar • lmota@ipt.pt

² Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar • graciete.honrado@ipt.pt

RESUMO

O futuro da gestão do conhecimento enfrentará uma variedade de desafios. O objetivo deste artigo é o de apresentar, com base em revisão de literatura e em experiência profissional dos autores, desenvolvida nos domínios do Turismo e da Gestão de Recursos Humanos, uma visão centrada e partilhada sobre a gestão do conhecimento numa perspetiva de atenção aos talentos académicos e empresariais e seu contributo para a coletividade, nomeadamente nos processos de desenvolvimento de base territorial. A economia continuará a tendência de diversificar a força de trabalho e, ao mesmo tempo, precisará de novas estratégias de gestão que superem os problemas encontrados e que promovam a competitividade dos territórios. Existem sempre desafios na fronteira entre tecnologia e humanização, e para os territórios, a tecnologia não é a resposta absoluta, mas o seu uso pode ser determinante. Requerem-se novos perfis de recursos humanos (RH), maior envolvimento das organizações, ambientes inovadores, territórios inteligentes. Redes sociais de livre escolha e redes profissionais são para ordenar, gerir e fazer crescer: juntas. As tendências exigem RH alinhados ao novo cenário e melhor resiliência da comunidade à crise sanitária: o futuro depende da superação à interrupção por Covid-19 e ao novo mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Gestão; Desafios; Pessoas; Redes; Territórios inteligentes

Análise da regulamentação de cidades inteligentes no Brasil

Maíra da Mota Moutinho¹, Clarissa Stefani Teixeira², Celson Pantoja Lima³

¹ Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA • maira.alho@gmail.com

² VIA Estação Conhecimento. Departamento de Engenharia do Conhecimento. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC • clastefani@gmail.com

³ Instituto de Engenharia e Geociências. Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA • celson.ufopa@gmail.com

RESUMO

O tema cidades inteligentes emergiu nas agendas de políticas públicas no escopo de abrandar diversas demandas decorrentes do caos urbano. Contudo, ainda carece de maturidade conceitual e robustez regulatória (Nalini; Levy, 2017). É comum que cidades inteligentes sejam tratadas como uma política de modulação do desenvolvimento urbano sustentável, que faz uso de tecnologias para elevar a qualidade dos serviços públicos e, conseqüentemente, o bem-estar de seus cidadãos (Seixas, 2019). Uma característica que se destaca mundialmente é o fato das cidades estarem cada vez mais dependentes das Tecnologias de Informação e Comunicação para entregarem soluções eficientes e eficazes às demandas urbanas (Sharifi, 2019). Por outro lado, observa-se estudos e frameworks recentes focados nos cidadãos e no conceito de smart communities, sobrelevando a satisfação e o bem-estar dos cidadãos em detrimento do tão destacado desenvolvimento tecnológico (HEATON; PARLIKAD, 2019). O Brasil ainda está em um estágio embrionário no tocante ao desenvolvimento de políticas de smart cities e esbarra na baixa tradição em planejamento do setor público (Alves; Dias; Seixas, 2019), o que resulta em pouca aderência legislativa ao tema. O trabalho objetiva apresentar as normas brasileiras sobre o assunto, identificando suas afinidades e apresentando um diagnóstico prévio sobre o planejamento brasileiro em termos normativos. Este estudo é considerado como sendo documental e exploratório (GIL, 2008). Definiu-se como recorte amostral para mapeamento, os municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes, levantando-se todas as normas relacionadas ao tema por meio dos sites das assembleias legislativas dos estados e das câmaras municipais, filtrando aquelas que tratam estritamente da regulamentação de cidades inteligentes, tendo como critério para tal a expressão ‘cidades inteligentes’ nas ementas. Ao todo, foram encontradas 130 normas, das quais 71 tratam do fomento de alguma das dimensões de cidades inteligentes, 43 estabelecem diretrizes para a implantação do modelo de cidade inteligente, 14 instituem programas que reforçam a consolidação de alguma das dimensões e somente 09 estão estritamente ligadas a regulamentação de uma cidade inteligente. Constatou-se que dessas, 08 estão concentradas na região Sudeste, região com maior densidade demográfica e centros urbanos mais saturados, indicando a busca por alternativas inteligentes para melhorar a qualidade de vida de sua população. O Distrito Federal se destaca com o Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Cidade Humana, Inteligente, Sustentável e Criativa e com decreto que orienta a concepção do Plano, demonstrando o maior avanço na área em termos regulatórios (Distrito Federal, 2020). No sudeste, Macaé (Macaé, 2012) e Santos (Santos, 2012) instituíram, por meio de leis, programas originariamente criados para a consolidação de cidades inteligentes. Os municípios de Sorocaba (SOROCABA, 2018) e Barueri (Barueri, 2019) definiram os princípios e as regras de cidades inteligentes que nortearão a implantação de suas infraestruturas. O Guarujá (Guarujá, 2019) instituiu o Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação da Cidade Inteligente, Sustentável e Criativa e Juazeiro do Norte (Juazeiro Do Norte, 2018) definiu as diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologias da Cidade Inteligente, sendo o único município da região Nordeste a possuir regulamentação sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE

Smart cities, legislação, programas, políticas públicas

REFERÊNCIAS

- Alves, M. A., Dias, R. C., & Seixas, P. C. (2019). Smart Cities no Brasil e em Portugal: o estado da arte. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20190061. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011. e20190061>
- Barueri. (2019). *Lei nº 2.706*, de 19 de setembro de 2019. Estabelece regras smart city (cidade inteligente) no município de Barueri e dá outras providências.
- Distrito Federal. (2020). *Decreto nº 40.625*, de 15 de abril de 2020. Estabelece diretrizes aos trabalhos de concepção do Plano Diretor de Tecnologias da Cidade Inteligente (PDTCI) do Distrito Federal.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Guarujá. (2019). *Lei nº 4.744*, de 26 de novembro de 2019. Dispõe sobre mecanismos, medidas e projetos para estímulo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à qualificação científica e tecnológica, à inovação e a economia criativa no Município de Guarujá, cria a Política

- Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, estabelece diretrizes ao Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação da Cidade Inteligente, Sustentável e Criativa - PM-CTI/CISC de Guarujá e dá outras providências.
- Heaton, J.; Parlikad, A.K. (2019). A conceptual framework for the alignment of infrastructure assets to citizen requirements within a Smart Cities framework. *Cities – The international Journal of Urban Policy and Planning*. Elsevier. 90, 32-41.
- Juazeiro do Norte. (2018). *Lei Complementar nº 117*, de 11 de junho de 2018. Dispõe sobre mecanismos, medidas e projetos para estímulo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação no Município de Juazeiro do Norte, cria a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, estabelece diretrizes ao Plano Diretor de Tecnologias da Cidade Inteligente de Juazeiro do Norte e dá outras providências.
- Macaé. (2012). *Lei nº 3.956*, de 13 de dezembro de 2012. Institui o Programa Macaé Tecnópolis - Cidade Inteligente autoriza o executivo a estabelecer o perímetro e os usos permitidos para o referido Parque e dá outras providências.
- Nalini, Jr, Levy, W. (2017). Intelligent and Sustainable Cities: conceptual and regulatory challenges. *Law Journal of Public Administration*. 2:1(190).
- Santos. (2012). *Decreto nº 6.148*, de 15 de junho de 2012. Cria e regulamenta o projeto Santos Novos Tempos - Comunidade em rede, e dá outras providências correlatas.
- Santos. (2013). *Decreto nº 6.358*, de 08 de março 2013. Reorganiza o programa Santos Novos Tempos, altera a vinculação de unidades administrativas, cargos em comissão e funções gratificadas que especifica, acresce dispositivos ao Decreto nº 5.489, de 8 de janeiro de 2010, e dá outras providências.
- Seixas, P. C. (2019). Introdução. In: P. C. Seixas (Ed.), *Ativar cidades: modelos de políticas de cidades* (pp. 7-11). Lisboa: Caleidoscópio.
- Sharifi, A. (2019). A critical review of selected smart city assessment tools and indicator sets. *Journal OF Cleaner Production* 233, 1269-1283.
- Sorocaba. (2018). *Lei nº 11.726*, de 04 de junho de 2018. Dispõe sobre regras para Smart Cities (cidades inteligentes) e dá outras providências.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Maíra da Mota Moutinho. Advogada e auditora na Universidade Federal do Oeste do Pará, MBA em gestão empresarial e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), membro do Amazon Innovation Group.

Clarissa Stefani Teixeira. Pós-Doutora e Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC. Professora do Departamento de Engenharia do Conhecimento (EGC) da UFSC. Professora no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (Mestrado e Doutorado) e no Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da mesma instituição. Líder do grupo VIA Estação Conhecimento.

Celson Pantoja Lima. Professor Visitante no Industrial Performance Center, MIT, Estados Unidos. Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pelo Centre Scientific et Technique Du Batiment, França. Doutor em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Professor Associado do Programa de Computação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Professor do Programa de Doutorado intitulado Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) e do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), ambos da UFOPA. Líder do Amazon Innovation Group.

Atores e Processos Relacionais no domínio do Desenvolvimento Económico Local e a Importância de Estruturas Intermunicipais: estudo de caso do município de Aveiro

Luís F. Mota¹, Sara Moreno Pires², Filipe Teles³

¹ *Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas, Universidade de Aveiro • luismota@ua.pt*

² *Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • sarapires@ua.pt*

³ *Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • filipe.teles@ua.pt*

RESUMO

Constrangimentos financeiros e a complexificação dos desafios societários têm levado os decisores políticos de diferentes países a adotar diversas alterações nos processos de governança pública nas últimas décadas. O nível da governação local não é exceção a esta tendência. A necessidade de maior flexibilidade e capacitação tem conduzido os governos locais a adotar soluções de governação alternativas, incluindo o envolvimento de outros atores públicos e dos setores privados e não lucrativo no desenho e implementação de políticas públicas, bem como a emergência (ou reforço) de iniciativas de âmbito intermunicipal.

Esta tendência de governação pública de diversos países ocidentais encontra-se ainda pouco estudada em Portugal, um país que é frequentemente caracterizado como tendo uma estrutura de governação muito centralizada (apesar das recentes tendências de descentralização) e dinâmicas de governação local muito dependentes dos políticos locais. A cooperação entre diferentes tipos de atores e a emergência de estruturas intermunicipais têm, contudo, recebido uma crescente importância ao nível do discurso político e da formulação de estratégias e políticas, embora a efetiva implementação e efeitos dessas iniciativas ainda se encontrem pouco estudadas.

O objetivo deste artigo é analisar o subsistema local no domínio do desenvolvimento económico no município português de Aveiro, por forma a perceber se as políticas de desenvolvimento económico são ainda um produto da forte influência de atores municipais, ou se é crescentemente um produto de alianças intermunicipais e regionais e de atores multissetoriais. A seleção deste município como estudo de caso decorre da sua localização numa região que é frequentemente considerada como um bom exemplo de práticas de governança cooperativas e cuja comunidade intermunicipal tem sido considerada como uma das mais bem-sucedidas.

Para tal, empreendeu-se uma análise de redes sociais (SNA) com base em entrevistas semiestruturadas a atores-chave locais deste domínio setorial, identificados através de uma abordagem de bola-de-neve, de forma a mapear os principais atores envolvidos no subsistema local de desenvolvimento económico. As seguintes perguntas de investigação nortearam a investigação: 1) que tipo de organismos e atores individuais fazem parte do subsistema estudado? 2) que tipo de papel é assumido por cada um destes atores? 3) quão forte é a presença de atores de nível local em comparação com atores de esferas supramunicipais; 4) que fatores facilitam e dificultam o envolvimento de atores intermunicipais no subsistema estudado?

A análise aponta para uma saliência significativa de atores do governo local enquanto principais atores-chave do subsistema de desenvolvimento económico local, bem como da Universidade de Aveiro, que poderá ser considerada como um ator supramunicipal. Outros atores supramunicipais presentes na lista de 10 atores mais relevantes incluem a Associação Industrial do Distrito de Aveiro e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, embora com menor saliência do que seria de esperar, considerando as dinâmicas regionais de governança.

O envolvimento de atores supramunicipais é, de acordo com os entrevistados, essencial para o fortalecimento do desenvolvimento económico regional, implicando vantagens diversas. Os mesmos entrevistados consideram, contudo, que existem diversos obstáculos a que esse desígnio se concretize, apontando algumas sugestões para que esses desafios sejam ultrapassados.

PALAVRAS-CHAVE

Governação local; cooperação intermunicipal; desenvolvimento económico; Aveiro.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Luís F. Mota é investigador na unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas, Universidade de Aveiro (GOVCOPP-UA). Tem pós-doutoramento em Políticas Públicas e doutoramento em Administração Pública e os seus interesses de investigação são governação em rede, processo de políticas públicas, governação local e sociedade civil. Presentemente colabora nos projetos 'DECIDE: Decentralized Territorial Governance' e 'LSSR: Local State-Society Relations'.

Sara Moreno Pires é Investigadora da Unidade de Investigação GOVCOPP da Universidade de Aveiro e docente convidada do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da UA. É doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente, mestre em Desenvolvimento e Planeamento e licenciada em Economia. É atualmente diretora executiva da Organização Casa Comum da Humanidade e coordenadora científica do projeto “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”.

Filipe Teles é Professor Auxiliar no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e membro da unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP-UA). Desenvolve investigação nas áreas da administração e governação local, reformas territoriais, liderança política e inovação. É coordenador do projeto 'DECIDE: Decentralized Territorial Governance.

Inovar de forma colaborativa e participativa através da bicicleta: o projeto ‘Pedalada’ em Marvila, Lisboa

Henrique Chaves¹, Inês Vieira²

¹ Investigador independente • henrique.chaves.costa@gmail.com

² CICS.NOVA, FCSH • a.ines.vieira@gmail.com

RESUMO

O atual contexto de pandemia de COVID-19 coloca-nos perante novos dilemas num conjunto de áreas de política pública, onde se incluem saúde, mobilidades, dinamização comunitária e cidadania. Pensando em territórios como Marvila, condições preexistentes que evidenciam desigualdade social e territorial face à situação média da capital portuguesa podem agravar o risco e o impacto da pandemia. Neste território observa-se uma forte descontinuidade urbana face ao município, deficitária oferta de serviços essenciais e de transportes públicos (ainda mais limitada em fase de pandemia), desqualificação do espaço público nas zonas de maior concentração populacional e insuficiência de infraestrutura para a mobilidade ativa. Quem vive neste território precisa de se movimentar para suprir necessidades básicas, mas para o fazer está dependente das poucas infraestruturas existentes, expondo-se a maior risco de contágio em transportes públicos ou a práticas menos sustentáveis de recurso a transporte individual automobilizado (para a população que dele disponha).

Partindo dos recursos ativos no território, bem como do trabalho anteriormente realizado em conjunto nomeadamente no âmbito da Cicloficina Crescente, o consórcio formado pelo grupo de investigadores, a associação Rés do Chão, o Centro de Promoção Social da Prodac — Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Grupo Recreativo Janz e Associados, a Junta de Freguesia de Marvila e o Grupo Comunitário 4 Crescente (onde estas entidades trabalham com organizações tais como Gebalis, Biblioteca de Marvila e poder local), pretende desenvolver um projeto colaborativo de diagnóstico e resposta social, em consonância e estreita ligação com as reivindicações dos atores sociais locais. Partindo de uma metodologia de trabalho colaborativo e participativo destas entidades, resultou no projecto ‘Pedalada’, financiado no âmbito do programa BIP/ZIP (Lisboa, 2020).

Este projeto tem como objetivos: (1) promover a capacitação, reforçar as condições de empregabilidade e a economia local; (2) desenvolver parcerias estratégicas e serviços comunitários de proximidade através do uso da bicicleta; e (3) desenvolver iniciativas regulares que promovam uma mobilidade urbana segura e sustentável.

‘Pedalada’ propõe a criação de um cluster de ação, promotor do uso seguro e responsável da bicicleta e da sua dinamização, desmistificação e valorização económica. Prevê-se a criação de uma marca, serviços de manutenção, reparação e aluguer de bicicletas, uma rede de bicicletas partilháveis, serviços comunitários com recurso à bicicleta e o desenho participativo de ciclovias, itinerários cicláveis e outras soluções de mobilidade sustentável na freguesia de Marvila e na interligação com a cidade.

Sustentadas num processo de enraizamento, estas entidades, em estreita ligação com os moradores da comunidade local, evidenciam o contributo e a necessidade do trabalho colaborativo e participativo para responder a problemas locais de forma inovadora e ajustada ao contexto territorial.

Nesta comunicação apresentaremos o projecto (em fase de arranque) e os seus antecedentes, ancorados em análise documental e estatística para a caracterização do território e em observação participante para reflectir sobre o trabalho potencial do consórcio local, particularmente na reinvenção do trabalho participativo em fase pandémica.

PALAVRAS-CHAVE

Investigação-ação, justiça na mobilidade, mobilidade urbana, sustentabilidade, territórios periféricos.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

Henrique Chaves é Licenciado e Mestre em Sociologia (NOVA FCSH). Desenvolveu atividade de investigação-acção na associação Rés do Chão e co-organiza o encontro anual Urban Audiovisual Festival pela associação Descalçada. Tem realizado investigação a partir das questões do direito à cidade, mobilidade urbana, periferias, arte urbana, defendendo um trabalho académico aberto às questões da participação e envolvimento dos atores sociais.

Inês Vieira é investigadora em ciências sociais e educadora, com doutoramento e mestrado em Ecologia Humana (NOVA FCSH) e licenciatura em Educação de Infância (ESE/P.Porto). Desenvolveu atividades de investigação e gestão de ciência em projetos nacionais e europeus sobre mobilidades e migrações, ecologia e território, educação e diversidade social. Investigadora integrada no CICS.NOVA — Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais.

De regresso ao futuro: exercícios de visioning e backcasting em contextos de governança local climática – o caso de Torres Vedras

Fronika de Wit¹, João Mourato²

¹ Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa • fronika.wit@ics.ulisboa.pt

² Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa • joao.mourato@ics.ulisboa.pt

RESUMO

A escala local é hoje entendida como fundamental no combate às alterações climáticas e na transição para a sustentabilidade. Contudo não existe ainda, nas práticas de governança local, uma cultura de visão sistémica que incorpore a complexidade dos sistemas urbanos no delinear de ações que promovam a transição para futuros desejáveis. Na literatura, está já consolidado o diagnóstico sobre a necessidade de se mobilizarem dinâmicas de inovação institucional à escala local para alavancar a esta transição. É neste contexto que surge a teoria da Gestão de Transições (GT) a qual advogam que as necessárias transformações sistémicas serão, em larga medida, impulsionadas por atores, agências e redes especificamente selecionadas e desenhadas para o efeito. Uma destas agências, à escala europeia é o Climate-Knowledge Innovation Community (Climate-KIC), que usa ferramentas de inovação sistémica como visioning e backcasting para fomentar esta transição.

Este artigo explora a possibilidade de transferência desta abordagem, para além do âmbito Climate-KIC, para o desenvolvimento de política pública à escala local e quais os fatores determinantes para o seu sucesso ou fracasso. Através de um exercício metodológico de investigação-ação levou-se a cabo um teste experimental desta abordagem no município de Torres Vedras, membro da comunidade Climate-KIC Portugal. Este artigo começa com uma revisão de literatura sobre a inovação sistémica na teoria de GT e a sua importância na transição para a sustentabilidade local. Em seguida, descrevemos a metodologia de investigação-ação, a governança local climática em Torres Vedras, e as ferramentas de visioning e backcasting que fazem parte do kit de ferramentas de inovação de sistema da Climate-KIC. Nos resultados salientamos o potencial e os riscos do uso das ferramentas que vieram à tona em Torres Vedras. Posteriormente na discussão, interpretamos os resultados e elaboramos sobre a importância de três fatores de forma a maximizar o estímulo inovador desta abordagem: Em primeiro lugar, e mais importante, é o foco na criação de uma mentalidade sistémica entre os participantes; Em segundo lugar, para ter sucesso na abordagem, é preciso estimular um processo que entrelaça os diferentes sistemas de conhecimento presentes; e por último, as ferramentas usadas para criar caminhos até visões futuras precisam estimular a imaginação.

Em contraciclo, este processo gerou também uma oportunidade de sistematização das dificuldades estruturais perpetuadas pela cultura institucional predominante ao nível da administração local. Conscientes do impacto negativo do excessivo afunilamento das agendas técnicas e políticas locais na gestão do Presente, testemunhou-se um ensejo, por parte de técnicos, stakeholders locais e decisores, de um regresso ao Futuro no debate, desenho e implementação da sua agenda local de transição para a sustentabilidade. Este ensaio de transferência metodológica veio também salienta uma forte fragilidade ao nível da governança climática local, não só em termos de capacitação técnica, mas maioritariamente ao nível do choque funcional entre a cultura política e institucional predominante e as exigências da urgente transição para a sustentabilidade colocada a nu pelas alterações climáticas.

PALAVRAS-CHAVE

Governança climática local; inovação sistémica; investigação-ação; backcasting; visioning.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Fronika de Wit é estudante do doutoramento em alterações climáticas e políticas de desenvolvimento sustentável no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Faz a sua investigação doutoral sobre a governança climática policêntrica na Amazônia. Além disso, faz parte da rede de coaches na metodologia de inovação sistémica do Climate-KIC, uma iniciativa do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT).

João Morais Mourato é investigador auxiliar e docente do ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Trabalha e publica na intersecção da teoria do planeamento e das transições para a sustentabilidade, com maior ênfase nas questões do poder, agência e política destas transições. É atualmente consultor do Ministério do Ambiente de Portugal – Direção-Geral do Território no contexto da Iniciativa Nacional Cidades Circulares e Agenda Biodiversidade 2030.

Estratégia de especialização inteligente na região do Centro de Portugal: identificar prioridades através de uma abordagem Delphi

Pedro Silva¹, Sara Moreno Pires², Filipe Teles³, Alexandra Polido⁴, Carlos Rodrigues⁵

¹ Universidade de Aveiro (UA) • silva.pedro@ua.pt

² Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • sarapires@ua.pt

³ Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • filipe.teles@ua.pt

⁴ Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • a.polido@ua.pt

⁵ Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • cjose@ua.pt

RESUMO

Embora o desenvolvimento de políticas estratégicas de inovação remonte ao início dos anos de 1950 e tenha visto o interesse aumentar a partir dos anos de 1990, foi apenas na década de 2000 que se assistiu a uma reformulação de políticas de inovação reforçando o papel do Estado na promoção do desenvolvimento tecnológico (Kroll, 2019). O emergir destas novas políticas de inovação com ênfase nas regiões alterou a perspetiva sobre a importância da inovação para o desenvolvimento económico (McCann & Ortega-Argilés, 2013). Isto fez com que as políticas de inovação regional fossem amplamente estudadas com o objetivo de compreender melhor os processos de desenvolvimento que aumentam a competitividade regional, tendo diversas lições sido retiradas da literatura e testadas, como são exemplo as Estratégias de Especialização Inteligente Regionais (RIS3). Estas RIS3 assumem um papel particularmente relevante no caso específico das regiões Europeias menos desenvolvidas, uma vez que estas regiões carecem muitas vezes da disponibilidade de recursos quando comparado com as regiões mais desenvolvidas, o que torna a inovação mais difícil. Assim, o desenvolvimento e a implementação de uma RIS3 numa região menos desenvolvida acarreta (nestas regiões), para além dos desafios inerentes, a necessidade de priorizar decisões a fim de obter o máximo proveito dos recursos muitas vezes escassos e limitados. Tendo por base o particular contexto destas regiões, o objetivo do estudo é o de compreender a tomada de decisão e a identificação de prioridades num contexto particular de uma RIS3 numa região Europeia menos desenvolvida, como é o caso da região Centro de Portugal. Para tal, efetuou-se uma revisão de literatura sobre os fatores que promovem a inovação regional no contexto das regiões menos desenvolvidas (ver por ex. Pires, Polido, Teles, Silva, & Rodrigues, 2020) e, posteriormente, foi adotada uma abordagem de Delphi aplicada a um painel de especialistas de várias organizações da quadrupla-hélice (setores público, privado, academia e sociedade civil), que participaram do processo de desenvolvimento e implementação da RIS3 da região do Centro de Portugal. Os resultados indicam um consenso dos especialistas relativamente ao papel de diversos atores na promoção da inovação territorial, como sejam: as instituições de ensino superior; os parques de ciência e tecnologia, incubadoras e unidades de transferência de tecnologia; e a administração regional. O painel de especialistas também alcançou consenso e identificou como fatores fundamentais à inovação regional: o investimento em I&D; e as infraestruturas de educação e ciência. Já a burocracia e a falta de capital humano foram duas das principais barreiras à inovação na região do Centro de Portugal. Por último, a coesão social reuniu consenso com o principal desafio a dar resposta na região. Em suma, este estudo destaca a importância de fatores críticos na atual RIS3 da região do Centro e aponta alguns dos principais desafios a que os políticos e os atores regionais devem tomar em consideração na reformulação da RIS3 do Centro para o período vindouro de 2021-2027.

PALAVRAS-CHAVE

Estratégias de especialização inteligente, Delphi, Inovação, Regiões menos desenvolvidas, Inovação territorial

INFORMAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Este resumo foi elaborado no âmbito do Programa Integrado de IC&DT “CeNTER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial”, (CENTRO-01-0145-FEDER-000002), financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO2020), no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

- Kroll, H. (2019). Eye to eye with the innovation paradox: why smart specialization is no simple solution to policy design. *European Planning Studies*, 27(5), 932–951.
- McCann, P., & Ortega-Argilés, R. (2013). Modern regional innovation policy. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 6(2), 187–216.

Pires, S. M., Polido, A., Teles, F., Silva, P., & Rodrigues, C. (2020). Territorial innovation models in less developed regions in Europe: the quest for a new research agenda? *European Planning Studies*, 28(8), 1639–1666.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Pedro Silva. Professor Adjunto Convidado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro. Tem desenvolvido investigação na área dos negócios internacionais, estratégia e inovação, incluindo o tópico da inovação territorial. É autor de diversos capítulos de livro e artigos em revistas internacionais revistas por pares.

Sara Moreno Pires. Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e Investigadora da Unidade de Investigação GOVCOPP. É doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente, mestre em Desenvolvimento e Planeamento e licenciada em Economia. É atualmente diretora executiva da Organização Casa Comum da Humanidade e coordenadora científica do projeto “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”.

Filipe Teles. Pró-Reitor da Universidade de Aveiro para o desenvolvimento regional e política de cidades e Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da UA. É o coordenador do Programa Integrado de I&D “CeNTER - Redes e Comunidades para a Inovação Territorial” e do Projeto de IC&DT “DECIDE Governação Territorial Descentralizada” (FCT – POCI). É autor de inúmeras obras nacionais e internacionais nos domínios da governação local e cooperação intermunicipal.

Alexandra Polido. Investigadora da Unidade de Investigação GOVCOPP e docente convidada do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território na Universidade de Aveiro. Desenvolve investigação na área da avaliação de impactos ambientais e de sustentabilidade de políticas públicas, planos e programas. É coordenadora do projeto intitulado “Poder nas relações institucionais da Avaliação Ambiental” financiado pela FCT – CEECInd.

Carlos Rodrigues. Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais (DCSPT) da Universidade de Aveiro. Doutor em Ciências Sociais, desenvolve a sua atividade de investigação na Unidade de Investigação GOVCOPP sobre sistemas de inovação territorial, teoria e prática do planeamento e estudos asiáticos. É atualmente Diretor do DCSPT e coordenador do Centro de Estudos Asiáticos e do Mestrado em Estudos Chineses da UA.

(Re)integrating nature within built environments: the role of placemaking

Maria Elena Zingoni¹

¹ *EcoLiving Design; Perth, Australia* • mariela@ecolivingdesign.net

ABSTRACT

Context: The global climate, environment and health emergency we are currently living is an urgent challenge that needs to be addressed, as it is affecting social and economic systems and, importantly, the safe operation of the planet. The Covid19 pandemic is demonstrating the need to be in contact with nature, therefore, bringing nature into cities, neighbourhoods, homes, schools, workplaces and health facilities has become mandatory (WEF, 2020; Newman, 2020; Daniels et al, 2020).

Free and frequent access to nature for all must be ensured, because it is a human right (Beatley, 2011).

Research problem/ Argument: Hence, how can the present challenge be addressed to create healthier places where communities can thrive and flourish? This study argues that a placemaking approach, integrating the principles of regenerative development (Mang and Reed, 2012) and biophilic urbanism (Beatley, 2011), can be an appropriate strategy to enhance local natural resources and build social capital and leadership, while promoting social-ecological connection, capabilities and capacity in people “to have agency on their local place” (Bush et al, 2020, p.40) in order to renew, evolve and thrive the whole of place.

Regenerative development and biophilic urbanism are two social-ecological design approaches to urbanism that are beginning to demonstrate promising results at a varied range of scales. The implementation of regenerative initiatives show that existing degraded precincts can be revitalised, and new ones can be designed as quality-built environments that are able to regenerate social and natural systems. Biophilic urbanism brings nature into the daily functioning of cities and buildings by creating new niches for urban nature ensuring ecosystem services, biodiversity restoration, quality of life, health and wellbeing.

Placemaking enables innovation based on place through creating meaningful narratives about place (Hes and Hernandez-Santin, 2020). Embedding nature into placemaking is both a necessity and a potential; a necessity because nature is integral to place and underpins health and wellbeing contributing to social cohesion; and potential for expanding outcomes derived from reconnection with local ecology and promoting stewardship of nature (Bush et al, 2020).

Objectives: Evaluate how placemaking can be an effective strategy to reconnect people and place at different scales in the built environment; Restore damaged habitats and create new ones for key ecosystems that support life in place; Encourage individual and social behaviours leading to health and wellbeing of humans and other forms of life; Effectively engage community into discussion to inform decision making, aiming to build local social capital.

Methodology: The study incorporates qualitative inquiry, using the case study methodology as the overall approach that most effectively elicits the data required to address the objectives. Two Australian case studies at different scales are analysed and discussed the place, actors, drivers, constraints and values motivating the stakeholders to integrating nature into their projects. They are the White Gum Valley precinct in Fremantle, and a proposal to integrate nature into childcare centres in Perth.

Results & contributions: The case studies show the necessity and potential of integrating nature into placemaking, at different scales to respond to the current challenges. Meaningful change, to be truly transformative and sustainable, relies on building social capital, which is crucial to engaging communities in healthy relationships with all living systems existing in place.

Conclusions: Placemaking is emerging as an effective strategy to build social capital by prompting community values and aspirations, feelings and connection to place, sense of belonging and stewardship of place. Integration of indigenous knowledge is essential to creating social-environmentally sustainable interactions.

Opportunities to develop life supporting interactions and to address the potential mutually beneficial relationship for humans and nature emerge by grounding actions in communities’ own places, which are unique social-ecological systems.

KEYWORDS

Placemaking, Biophilic urbanism, Regenerative development, Social capital, Quality of life.

REFERENCES

- Beatley, T. (2011). *Biophilic Cities: Integrating Nature into Urban Design and Planning*. Washington DC: Island Press
- Bush, J., Hernandez-Santin, C. and Hes, D. (2020). Nature in Place: Placemaking in the Biosphere. In Hes, D. and Hernandez-Santin, C. (Eds.), *Placemaking Fundamentals for the Built Environment*, Singapore: Palgrave Macmillan; 2020. http://doi.org/10.1007/978-981-32-9624-4_3
- Daniels P, El Baghdadi O, Desha C and Mattheus T. (2020). Evaluating net community benefits of integrating nature within cities. *Sustainable Earth*, X, 3:12; <http://doi.org/10.1186/s42055-020-00025-2>
- Mang, P. & Reed, B. (2012). Designing from place: a regenerative framework and methodology. *Building Research & Information*, 40(1), 23-38

Newman, P. (2020). Covid, cities and climate: Historical precedents and potential transitions for the new economy. *Urban Science*, 4, 32; <http://doi.org/10.3390/urbansci4030032>

World Economic Forum (WEF). (2020). *The New Nature Economy: Why the crisis engulfing nature matters for business and economy*. Available at http://www3.weforum.org/docs/WEF_New_Nature_Economy_Report_2020.pdf

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Dr Maria Elena Zingoni is a registered architect and urbanist. She holds a PhD in sustainable urbanism by Curtin University, where she has worked as a researcher and lecturer in biophilic and regenerative architecture and urban design over the last 10 years. She is the founder Director of EcoLiving Design, a consulting firm focused on sustainable design, based in Perth, Australia. Languages spoken English, Portuguese, Spanish, French. <https://www.linkedin.com/in/dr-mariela-zingoni-ab323932/>

Redes de cooperação intermunicipal voluntárias em Portugal

Paulo Afonso¹, Alexandre Rosa², Patrícia Silva³

¹ Instituto Politécnico de Bragança • afonso.p@icloud.com

² GOVCOPP - Universidade de Aveiro • alex.sampa@ua.pt

³ GOVCOPP - Universidade de Aveiro • patriciasilva@ua.pt

RESUMO

Nas últimas décadas a coordenação é considerada um dos princípios fundamentais “para a boa governação, não apenas entre atores, mas também entre instrumentos e políticas, nas suas dimensões vertical (entre níveis de governo) e horizontal (entre atores do setor público, do setor privado e do setor não-lucrativo)” (Tavares et al., 2018, p.94). Neste contexto, e se considerarmos que os governos locais são, constantemente, desafiados a redefinir as suas estruturas, instituições, papéis, competências e escalas, torna-se evidente a existência de outras formas de co-governação, designadamente redes de governação, que exigem a colaboração e a cooperação entre vários atores interdependentes e autónomos (Teles, 2016; Tavares et al., 2018). Este estudo visa assim mapear os atores e as relações que caracterizam as redes de governação local portuguesa. Mais concretamente, o estudo pretende compreender as interações entre os municípios em arranjos específicos, particularmente em Associações de Municípios de Fins Específicos (AMFE). Pretende-se, igualmente, mapear os atores que se destacam na cooperação voluntária portuguesa, analisar as interações entre municípios e avaliar o grau de centralização e densidade das redes de governação local portuguesa. Assumindo-se como um estudo exploratório, dada a ausência quase total de estudos sobre o caso municipal português, foram consideradas as 40 AMFE existentes em Portugal Continental, bem como todos os municípios de Portugal Continental (278) e os municípios não continentais associados daquelas associações (12 municípios). Estes dados foram analisados com recurso ao software GEPHI, a partir do qual se extraíram os mapas das redes, tendo por base os respetivos cálculos de Análise de Redes Sociais (Social Network Analysis). Os principais resultados sugerem que a maioria dos municípios (111/290) coopera através de uma única AMFE (em termos médios, um município é associado de duas AMFE) e que a rede de cooperação é caracterizada por uma elevada concentração de municípios num baixo número de associações, nomeadamente a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (89 municípios associados) e a Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (58 municípios associados). Esta concentração parece confirmar a reconhecida vocação da economia portuguesa para a produção e promoção de vinho, e o forte compromisso dos municípios para com as diretrizes sociais de saúde e qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde. A maioria das AMFE (29/40) resulta da cooperação de 10 ou menos municípios e, em termos médios, as AMFE partilham municípios com outras cinco AMFE e uma AMFE partilha 17 municípios com outras AMFE. O maior número de municípios partilhados entre associações concentra-se, mais uma vez, num pequeno número de atores, nomeadamente a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (partilha 30 municípios) e a Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (partilha 25 municípios). Por fim, e considerando os municípios, os resultados indicam que, em média, um município partilha associações com 56 outros municípios. Não existe uma relação direcional real em que uma associação “esteja associada” a um município, visto que, este não contém intrinsecamente uma função associativa. Neste caso, o município de Vila Real é o município que mais relacionamentos indiretos possui via AMFE (151). Os cinco relacionamentos entre municípios com mais associações partilhadas pertencem ao distrito de Lisboa, estas parcerias entre municípios são possíveis em função de características comumente imputadas às associações, tais como as de agregação e de promoção de sinergias e dinâmicas, entre atores com objetivos socioeconómicos comuns.

PALAVRAS-CHAVE

Cooperação intermunicipal, análise de redes sociais, associações de municípios de fins específicos, municípios.

REFERÊNCIAS

- Tavares, A. F., de Sousa, L., Macedo, A., Fernandes, D., Teles, F., Mota, L. F., ... & Pires, S. M. (2018). *Qualidade da governação local em Portugal*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel Dos Santos.
- Teles, F. (2016). *Local governance and intermunicipal cooperation*. London: Palgrave Pivot. Springer.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Paulo Afonso é Mestrando em Administração Autárquica na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB).

Alexandre Rosa é Mestrando em Ciência Política na Universidade de Aveiro. Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território.

Patrícia Silva é Professora Auxiliar na Universidade de Aveiro e é investigadora da Unidade de Investigação Governação, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP). Os seus principais interesses de investigação são partidos políticos, politização da elite administrativa e administração pública, governação territorial e reforma do poder local. É autora da obra *Arte de governar: partidos, governo e administração pública* (Imprensa de Ciências Sociais, 2018).

Design as lever towards a participatory model for territory

Jorge Brandão Pereira¹, Heitor Alvelos²

¹ School of Design, IPCA Polytechnic Institute of Cávado and Ave / ID+ • jmpereira@ipca.pt

² University of Porto / ID+ • halvelos@fba.up.pt

ABSTRACT

The following paper identifies participatory culture as a phenomenon that has developed in close relationship with communities and networks, on a territorial-based approach. It develops this discussion, benchmarking a set of case-studies that interpret this diverse participatory model in relation with design culture, according to the interests and motivations of citizens and communities.

In an economic and societal framework that enhances outcomes and result, the concept of innovation comes up associated with design culture because design gives, by its activities, a creative vision for the implementation of strategy. Innovation can be understood in a more extended sense, as a process of generating new opportunities and solutions, closely linked to creativity and idea generation, applied to something to which it recognizes usefulness.

Design's relation with participation forms part of the acknowledgment of the validation of cultural knowledge that goes beyond experts or academia. This approach poses significant challenges, namely a mediation work that constitutes a borderline that is fundamentally cultural. The intervention that is observed — one of participatory features — enhances mobilization processes, since it proposes a ground for dialogue and interaction. This opens an opportunity for creative citizenship, for its culture, action, experience or narrative. The rationale developed for this theoretical construction about the participatory methodologies endorse a strategic view, directly connected with economic growth. Also, it is necessary to balance this construction with contemporaneity, where design is a visible asset, bringing a broader perspective than the immediate focus.

This argument conveys design as integrative discipline, an effective constituent for development. By participation, this development happens as a bottom-up process: one can position it as a strategic mediation level, revealing a new perspective on realities. So, it is relevant to inquire what processes does design and innovation need to motivate, mobilize and inspire, as they connect creative practices, economic activities and cultural assets.

The case studies presented here are based on a set of dimensions that provide a comprehensive interpretation on the relation between design, creativity and places, bridging its theoretical grounding to a proposed global interpretation model. The selection and overview are based on a set of dimensions that provide comprehensive and diverse interpretations on the relation between design, innovation, communities, and territories—as developed in the present paper—and bridging theoretical grounding to applied case studies.

KEYWORDS

Design, Strategy, Participatory innovation

AUTHORS NOTES

Jorge Brandão Pereira, PhD in Digital Media – Industries, Publics and Markets variant, University of Porto (2015). Adjunct Professor at the School of Design of Polytechnic of Cávado and Ave (IPCA). Researcher of Unexpected Media Lab (ID+), Research coordinator in the project "The Mediated City" (AMPS - Architecture, Media, Politics and Society, UCL) and Vice-President for Design Ethics of United Designs Alliance.

Heitor Alvelos, PhD Design (Royal College of Art, 2003); MFA (School of the Art Institute of Chicago, 1992); Member, Academia Europaea. Associate Professor at the University of Porto, where he directs the PhD Program in Design and the Unexpected Media Lab (ID+). Curator of FuturePlaces Media Lab since 2008. Current Chair of the Scientific Board for HSS at the Foundation for Science and Technology.

Anjos Digitais: A tecnologia solidária no espaço agrário brasileiro

Rossana Coely de Oliveira Moura¹, Maria João Antunes²

¹ Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais da Universidade de Aveiro • rcomoura@gmail.com

² Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro/DigiMedia • mariajoao@ua.pt

RESUMO

O isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19 forçou grandes mudanças de comportamentos e o aumento de atividades virtuais, desde a explosão de compras on line com entrega ao domicílio (delivery) nas mais diversas áreas de atividade (alimentação, medicamentos, bens de consumo, etc), ao aumento de formas de serviços virtuais, tais como teletrabalho, home banking, ensino a distância, telemedicina, serviços e-gov, entre outros. São mudanças de hábitos que, na maioria dos casos, vieram para ficar. No contexto do meio rural Brasileiro, a pandemia e o isolamento social tiveram consequências danosas: agravamento das desigualdades no acesso à educação e intensificação da violação de direitos (laborais e humanos).

A elevação da taxa de digitalização dos serviços e atividades agrava ainda mais o fosso digital (digital divide) entre aqueles que têm acesso significativo às tecnologias e serviços digitais (têm acesso a banda larga de boa qualidade, recursos computacionais, e literacias digital e informacional) e aqueles que têm dificuldade de acesso adequado à internet, a recursos computacionais e não apresentam suficientes competências digitais e informacionais, contribuindo para agravar ainda mais as desigualdades sociais.

O Projeto Anjos Digitais – PAD - nasceu para possibilitar que residentes no meio rural possam ter acesso a informação e ao conhecimento digital, de forma a colmatar o desinvestimento político com a educação nestes tempos de pandemia. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostragem em Domicílios (PNAD, 2019), a falta de habilidade com o computador é o mais significativo, escolhido por 24% dos entrevistados, entre os principais motivos de nunca ter acessado a internet.

O PAD visa a implantação de espaços públicos e gratuitos, localizados nas comunidades rurais com alta vulnerabilidade do Brasil, que promovam o acesso às tecnologias e serviços digitais, a agricultores, pescadores, povos e comunidades tradicionais residentes no território.

Com o objetivo de minimizar a exclusão digital, o projeto abordará os três níveis do fosso digital: a infra- estrutura tecnológica de acesso, as competências necessárias para o uso e principalmente a consciência das vantagens do uso para resolução de problemas e consequentemente desenvolvimento pessoal e coletivo (Lopes, 2019).

O projeto pretende contribuir para o esclarecimento, informação e capacitação, utilizando a abordagem sistêmica no contexto de Paulo Freire (2004) e Bert Helling (2007), que contribuirão para o desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas. A proposta é universalizar oportunidades e transformar a realidade dos beneficiários; disponibilizar o acesso às TICs; integrar as TICs nas atividades educacionais, culturais, produtivas e comerciais da comunidade; contribuir para a troca de experiências entre localidades; provocar reflexões por meio da abordagem sistêmica e disponibilizar acesso a serviços de e-gov nas três esferas do governo: municipal, estadual e federal.

O artigo se propõe divulgar o PAD e a importância de projetos de inclusão digital rural, que tenham a participação efetiva da comunidade, com monitoramento e acompanhamento feito por equipes locais de educadores do campo. A metodologia para análise do projeto é feito por educadores e educandos a partir dos círculos de culturas de Paulo Freire. É importante ressaltar que devido a pandemia, o projeto foi pausado, não tendo ainda seus impactos avaliados.

PALAVRAS-CHAVE

Anjos Digitais, Inclusão Digital, Inclusão Informacional, Rural brasileiro

REFERÊNCIAS

- Bert, H. (2007). *Ordens de amor: um guia para o trabalho com constelações familiares*. São Paulo: Cultrix.
- Freire, P. (2004). *Pedagogia da autonomia*. Brasília: Paz e Terra.
- Lopes, R. J. (2019). *Acesso à internet em áreas rurais: oportunidades e desafios para as políticas públicas de desenvolvimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- PNAD. (26 de maio de 2020). *TIC Domicílios - 2019 Indivíduos*. Obtido em setembro de 2020, de [www.cetic.br: https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/individuos/](https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/individuos/)

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Rossana Moura – Estudante do programa doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais da Universidade de Aveiro-PT. Membro pesquisadora do Grupo RRldata.com da Open University – UK. Membro do comitê Combate a violência contra mulheres do Grupo Mulheres do Brasil. Coordenadora do Projeto Anjos Digitais.

Maria João Antunes é Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (DeCA), Portugal. É doutorada em Ciências e Tecnologias de Comunicação, pela Universidade de Aveiro. No âmbito das suas atuais atividades de investigação, participa em projetos nacionais e internacionais e supervisiona trabalhos académicos, no âmbito de mestrados e doutoramentos da UA.

Acessibilidade e impedância: a facilidade de acesso como um indicador de desigualdade social

Fillipe Oliveira Feitosa¹, João Lourenço Marques²

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • fillipefeitosa@ua.pt

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • jjmarques@ua.pt

RESUMO

A dinâmica populacional dos países desenvolvidos têm seguido um modelo geral: a concentração da população nos centros urbanos e desocupação sistemática do interior ruralizado. Ainda que as cidades sejam alicerces da sociedade moderna que impulsionam a inovação e a produtividade, são também ambientes que evidenciam as desigualdades provocadas por modelos econômicos (Fainstein, 2014) e pela própria dinâmica espacial inerente às transformações espaciais (Soja, 2009). Essa questão levanta uma discussão adereçada frequentemente na literatura científica sobre o direito ao espaço e ao acesso equitativo aos serviços urbanos (Harvey, 1973). Ainda que a situação de desequilíbrio seja uma consequência natural dos processos urbanos e sociais e a igualdade absoluta possa ser encarada como utopia, é de comum acordo que o Estado Democrático de Direito deve assegurar o básico para a sobrevivência da população e, segundo pensamentos mais recentes, facilitar o acesso a determinadas oportunidades (recursos ou serviços) de forma que o indivíduo tenha capacidade real de fazer suas escolhas e viver uma vida como entende ser satisfatória (Sen, 1999; Sen, 2005; Nussbaum, 2000). Entretanto, medir esse acesso às oportunidades e compreender o espaço sob a perspectiva da facilidade de não é uma tarefa trivial.

Trabalhos recentes tendem a focar em dificuldades físicas e em padrões de mobilidade para inferir a dificuldade de se alcançar uma oportunidade (impedância), aplicando diferentes funções de decaimento para simular tal dificuldade de acesso. Esse trabalho apresenta uma alternativa a este tipo de modelo, ao modelar funções de decaimento a partir dos diferentes grupos sociais com o objetivo de inferir a dificuldade dos estratos sociais para alcançar um conjunto de oportunidades. Dessa forma, é apresentada uma medida que procura mensurar o fenômeno da exclusão social a partir da distância, inserindo outras perspectivas sociais para construção de um indicador multidimensional. O estudo de caso foi baseado numa área urbana do distrito de Aveiro, Portugal. Com base nessa distribuição social, na compreensão da componente espacial de justiça e do indicador proposto nesse trabalho, espera-se contribuir para identificação de grupos em vulnerabilidade de acesso a serviços pelo espaço urbano e também na discussão para aplicação de políticas públicas para atenuar as desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Justiça espacial, equidade, acessibilidade, impedância social.

REFERÊNCIAS

Harvey, D. (1973). *Social justice and the city*. Oxford: Blackwell.

Soja, E. W. (2009). Seeking Spatial Justice. In Soja, E. W., *Seeking Spatial Justice*. <https://doi.org/10.5749/minnesota/9780816666676.001.0001>

Fainstein, S. S. (2014). The just city. *International Journal of Urban Sciences*, 18(1), 1–18. <https://doi.org/10.1080/12265934.2013.834643>

Nussbaum, M. C. (2000). *Women and human development*. Cambridge: Cambridge University

Sen, A. K. (1994). Well-Being, Capability and Public Policy. *Giornale Degli Economisti e Annali Di Economia*, July-Sept, 333–347. <https://doi.org/10.2307/23247762>

Sen, A. (2005). Human Rights and Capabilities. *Journal of Human Development*, 6(2), 151–166. <https://doi.org/10.1080/14649880500120491>

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Fillipe Oliveira Feitosa é engenheiro de software pela Universidade de Brasília e aluno de doutoramento em Políticas Públicas na Universidade de Aveiro. Interessado em ciência de dados, planeamento urbano e sistemas de apoio em decisão, é investigador vinculado à unidade de pesquisa Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP).

João Lourenço Marques é professor assistente no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, onde leciona nas áreas de Planeamento Regional e Urbano. Interessado no desenvolvimento de ferramentas e metodologias para o suporte a decisão.

Entrepreneurship and innovation ecosystem(s) of the Centro region

João Almeida¹, Ana Dias Daniel², Anabela Botelho³

¹ DEGEIT, GOVCOPP, University of Aveiro • joaolopesalmeida@ua.pt

² DEGEIT, GOVCOPP, University of Aveiro • anadaniel@ua.pt

³ DEGEIT, GOVCOPP, University of Aveiro • anabela.botelho@ua.pt

ABSTRACT

Entrepreneurship and innovation play a key role in regional and local development and both policymakers and scholars are recognising the importance of more systematic support to foster an entrepreneurial culture, innovation practices and infrastructures that support it (Ács, Autio, & Szerb, 2014; Audretsch & Belitski, 2017; Szirmai, Naudé, & Goedhuys, 2011).

Entrepreneurship Ecosystems (EEs) are formed by dynamic communities of interdependent actors, which optimize the allocation of resources to the process of creating new ventures (Audretsch & Belitski, 2017) and Innovation Ecosystems (IEs) are formed by “the complex relationships that are formed between actors or entities whose functional goal is to enable technology development and innovation” (Jackson, 2011, p. 2). Some authors argue that despite most of the policies, conceptualizations, framework and measurement tools are specific of IEs or EEs, the conceptualizations are many times interrelated and sometimes overlapping (Hoffecker, 2019; Valkokari, 2015). Thus, the combination of both conceptualizations is needed to bring out most of the ecosystem, not only to the creation of new businesses but also to foster innovation and entrepreneurship within the existing businesses.

Despite this debate, it is undeniable that the development of an ecosystem has an impact on innovation practices and on new venture creation which, in turn, has several positive consequences in the territory (e.g. job formation, economic growth and the retention of talented human resources) (Mack & Mayer, 2016; Mason & Brown, 2014). Nevertheless, the creation and development of sustainable entrepreneurship and innovation ecosystems (EIEs) is still a topic of debate, particularly in non-urban territories or less developed territories (Andersson & Karlsson, 2004; Pato & Teixeira, 2013).

The Centro region represents 31% of the total area of Portugal, 22% of the country's population, and 19% of the national Gross Domestic Product (Eurostat, 2018). This region is characterized by several asymmetries between the "inland" and coastline territories, as most of the population and businesses are located on the coastline (urban territories), similarly to what happens with other regions of Portugal. In addition to these asymmetries, the regional economy is very diversified, encompassing both low-tech industrial sectors and some medium and high-tech sectors. Given this, it is important to understand how EIEs are created, how they can be sustainably developed, if there are differences between urban and non-urban territories, regarding EIEs, and how to make the most of these EIEs for local and regional development.

Through an interpretative analysis of existent literature, policies, statistical data, and best practices of the Centro Region, this paper aims to provide an overview and characterization of the EIEs of the region. The results of this exploratory study allowed to identify the main challenges and opportunities to entrepreneur and innovate in this region, as well as identify several implications for both researchers and practitioners. Further research directions are suggested regarding local EIEs, its processes, stakeholders, and relevant dimensions.

KEYWORDS

Entrepreneurship, innovation, local development, regional development.

FUNDING INFORMATION

This abstract was developed under the support of the the Integrated Research Program “CeNTER Community-led Territorial Innovation” (CENTRO 01-0145-FEDER-000002), funded by CENTRO2020 - Regional Operational Programme, under the PORTUGAL2020 Partnership Agreement, through the European Regional Development Fund.

REFERENCES

- Ács, Z. J., Autio, E., & Szerb, L. (2014). National Systems of Entrepreneurship: Measurement issues and policy implications. *Research Policy*, 43(3), 476–494. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2013.08.016>
- Andersson, M., & Karlsson, C. (2004). Regional Innovation Systems in Small & Medium-Sized Region: A Critical Review & Assessment. In *The Emerging Digital Economy: Entrepreneurship Clusters and Policy*. Berlin: Springer-Verlag. <https://doi.org/10.1007/3-540-34488-8>
- Audretsch, D. B., & Belitski, M. (2017). Entrepreneurial ecosystems in cities: establishing the framework conditions. *The Journal of Technology Transfer*, 42(5), 1030–1051. <https://doi.org/10.1007/s10961-016-9473-8>
- Eurostat. (2018). *Statistics on small and medium-sized enterprises. Micro data linking in business statistics*. Retrieved from https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Statistics_on_small_and_medium-sized_enterprises
- Hoffecker, E. (2019). *Understanding Innovation Ecosystems: A Framework for Joint Analysis and Action*. MIT Practical Impact Alliance

- Jackson, D. J. (2011). *What is an Innovation Ecosystem?* Arlington, VA. Retrieved from <http://www.sustainablescale.org/ConceptualFramework/UnderstandingScale/BasicConcepts/EcosystemFunctionsServices.aspx>
- Mack, E., & Mayer, H. (2016). The evolutionary dynamics of entrepreneurial ecosystems. *Urban Studies*, 53(10), 2118–2133. <https://doi.org/10.1177/0042098015586547>
- Mason, C., & Brown, R. (2014). *Entrepreneurial Ecosystems and Growth Oriented Entrepreneurship*. Final Report to OECD (Vol. 30). Paris.
- Pato, M. L., & Teixeira, A. A. C. (2013). Twenty Years of Rural Entrepreneurship: A Bibliometric Survey. *FEP Working Papers*, 516(December).
- Szirmai, A., Naudé, W., & Goedhuys, M. (2011). Entrepreneurship, Innovation, and Economic Development: An Overview. In *Entrepreneurship, Innovation, and Economic Development* (pp. 3–32). Oxford University Press. <https://doi.org/DOI:10.1093/acprof:oso/9780199596515.003.0001>
- Valkokari, K. (2015). Business, Innovation, and Knowledge Ecosystems: How They Differ and How to Survive and Thrive within Them. *Technology Innovation Management Review*, 5(8), 17–24. <https://doi.org/10.22215/timreview919>

AUTHOR(S) NOTES

João Almeida holds a Masters' Degree in Management (2018) from the University of Aveiro. Currently he is a Research Fellow and PhD student at the GOVCOPP - University of Aveiro. His research focuses on the area of innovation, entrepreneurship, and local/regional development.

Ana Dias Daniel is an assistant researcher at the University of Aveiro, and a lecturer of Entrepreneurship at the Department of Economics, Management, Industrial Engineering and Tourism. She is a member of the Research Unit in Governance Competitiveness and Public Policies, and as a researcher her main interests are on management issues related to entrepreneurship, innovation and regional development.

Anabela Botelho holds a PhD in Economics (1998) from the University of South Carolina, USA. Since 2014 she is a Full Professor at DEGEIT, University of Aveiro (UA). She is currently the Coordinator of the Scientific Area of Economics at DEGEIT, Director of the PhD Program in Business and Economics and Coordinator of the Research Group on Competitiveness, Innovation and Sustainability - GOVCOPP.

Boas práticas e sugestões para o desenvolvimento de ecossistemas regionais de inovação

Guilherme Paraol de Matos¹, Rayse Kiane de Souza², Josep Miquel Piqué³, Clarissa Stefani Teixeira⁴

¹ Departamento de Engenharia do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina • gparaol@gmail.com

² Departamento de Engenharia do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina • raysekiane@gmail.com

³ La Salle, Ramon Llull University • jm.pique@technovabarcelona.org

⁴ Departamento de Engenharia do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina • clastefani@gmail.com

RESUMO

Um ecossistema de inovação altamente desenvolvido possibilita transformar o conhecimento em inovação (Mercan & Göktas, 2011) e fornece a infraestrutura necessária para permitir o empreendedorismo inovador em uma região (Romano, Passiante, Vecchio, & Secundo, 2014). Influência positivamente a cultura empreendedora de assumir riscos, aumentando as chances dos inovadores acertarem em um ambiente tecnológico e comercial incerto (Jucevicius et al., 2016). Cidades e regiões buscam desenvolver seus ecossistemas de inovação, como forma de se beneficiarem com os resultados dessa ação (Haines, 2016). A partir de uma revisão da literatura, percebeu-se a inexistência de um estudo que aponte as melhores práticas que estão sendo desenvolvidas por cidades e regiões no desenvolvimento de seus ecossistemas regionais de inovação de forma sintetizada. Dessa forma, o objetivo do presente artigo é apresentar boas práticas para orientar o desenvolvimento dos ecossistemas regionais de inovação. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados Scopus; Web of Science; Science Direct e Scielo. A revisão integrativa é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular (Botelho, Cunha, & Macedo, 2011). Como resultado, 45 tópicos foram identificados como elementos para o desenvolvimento de ecossistemas regionais de inovação. Essas práticas e sugestões foram agrupadas em 5 categorias:

I - Orquestração do ecossistema: mapeamento dos atores da região; projeto com estratégias específicas com regras claras e transparentes e gestão justa de atores; esquema de transferência de conhecimento; apoio as ideias em negócios escaláveis e exponenciais; pensamento de longo prazo com metas realistas; visão compartilhada; comunicação eficaz entre os atores; liderança; marca do ecossistema; e, profissionais qualificados para o ecossistema de inovação.

II - Ambientes favoráveis à colaboração: ambiente confiável e aberto; baixa burocracia e baixos custos; ambiente colaborativo e compartilhável; cultura colaborativa; espírito de negócios justo; altruísmo, voluntarismo, parceria e liderança; integração com a sociedade civil; diversidade de cultura e pensamentos; estruturas de redes, grupos de pesquisa e organizações; base de conhecimentos e expertise dos cidadãos engajados; confiança; engajamento e intercambio de profissionais.

III - Recursos financeiros e estruturas legais: instituições de apoio e estruturas legais preparadas; instrumentos de financiamentos; recursos públicos para empresas individuais.

IV – Infraestrutura: espaços físicos de colaboração e locais para eventos; rede de empreendedores, mentores e outros intermediários; centros de tecnologia, incubadoras de empresas e empresas de desenvolvimento; infraestrutura web; banco de dados com informações do ecossistema;

V – Talentos: universidades atuantes no ecossistema; presença de capital humano qualificado; e, excelência na produção acadêmica.

O estudo contribui com a literatura existente ao sintetizar de forma clara boas práticas e sugestões para que tomadores de decisão e orquestradores de ecossistemas de inovação possam definir ações estratégicas que priorizem esses temas, como forma de gerar resultados positivos para cidades e regiões. Conclui-se que, apesar dos desafios enfrentados pelas regiões, é possível identificar boas práticas regionais que favorecem o desenvolvimento de ecossistemas regionais de inovação que devem ser utilizados não como uma cópia, mas como uma orientação do que deve ser priorizado.

PALAVRAS-CHAVE

Ecossistema de Inovação, Cidades, Regiões, Boas práticas.

REFERÊNCIAS

- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O Método Da Revisão Integrativa Nos Estudos Organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>
- Haines, T. (2016). Developing a Startup and Innovation Ecosystem in Regional Australia. *Technology Innovation Management Review*, 6(6), 24–32. Retrieved from https://timreview.ca/sites/default/files/article_PDF/Haines_TIMReview_June2016.pdf
- Jucevicius, G., Juceviciene, R., Gaidelys, V., & Kalman, A. (2016). The Emerging Innovation Ecosystems and “Valley of Death”: Towards the

Combination of Entrepreneurial and Institutional Approaches. *Engineering Economics*, 27(4), 430–438.
<https://doi.org/10.5755/j01.ee.27.4.14403>

Mercan, B., & Göktas, D. (2011). Components of innovation ecosystems: A cross-country study. *International Research Journal of Finance and Economics*, 76, 102–112. Retrieved from <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-81355123582&partnerID=40&md5=fba171c90494dd6be198d953b4fe52f6>

Romano, A., Passiante, G., Vecchio, P. Del, & Secundo, G. (2014). The innovation ecosystem as booster for the innovative entrepreneurship in the smart specialisation strategy. *International Journal of Knowledge-Based Development*, 5(3), 271.
<https://doi.org/10.1504/IJKB.2014.065315>

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Guilherme Paraol de Matos. Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação pela UFSC, mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação pelo Programa de Pós Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação pela UFSC, doutorado em Gestão do Conhecimento em andamento pela mesma instituição.

Rayse Kiane de Souza. Graduação em Sistemas de Informação pela UFSC, mestrado em Mídias do Conhecimento pelo Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela UFSC, doutorado em Gestão do Conhecimento em andamento pela mesma instituição.

Josep Miquel Piqué. Engenheiro de Telecomunicações pela La Salle/UPC, MBA e Doutor em Ecossistemas de Inovação pela URL. Possui diplomas do MIT e da UC Berkeley. Diretor de Internacionalização e Inovação de La Salle-URL. Presidente Executivo de La Salle Technova Barcelona. Presidente da XPCAT (Rede Catalã de Parques Científicos e Tecnológicos). Vice-Presidente da APTE (Espanha) e Ex-Presidente da IASP (Internacional).

Clarissa Stefani Teixeira. Pós-Doutora e Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC. Professora do Departamento de Engenharia do Conhecimento (EGC) da UFSC. Professora no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento e no Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da mesma instituição. Líder do Grupo de Pesquisa VIA Estação Conhecimento.

Percepção pública dos impactos da Covid-19 sobre o sistema de saúde em uma região brasileira

Rayara Mozer Dias¹, Marcela de Abreu Moniz², Vera Maria Sabóia³, Donizete Vago Daher⁴, Lídia dos Santos Soares⁵, Yasmim Campos dos Santos Maia⁶, Beatriz Cristina de Oliveira Rocha⁷.

¹ Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro • rayaramozer@gmail.com

² Departamento de Enfermagem do Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense • marceladeabreumoniz@gmail.com

³ Departamento de Fundamentos de Enfermagem da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense • verasaboia@uol.com.br

⁴ Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense • donidaher@gmail.com

⁵ Departamento de Enfermagem do Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense • lidiasantosoares@gmail.com

⁶ Universidade Federal Fluminense • yasmiimcampos@gmail.com

⁷ Universidade Federal Fluminense • rochabeatriz@id.uff.br

RESUMO

A pandemia de COVID-19 tem causado impactos socioeconômicos nos territórios, representando um grande desafio às práticas de comunicação de riscos, engajamento comunitário e cuidados em saúde. Assim, a percepção da população é de grande relevância nesse cenário atual, podendo subsidiar a elaboração de políticas públicas e o enfrentamento social a essa emergência em saúde pública (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2020; World Health Organization [WHO], 2018). Desse modo, esse estudo teve por objetivo analisar a percepção pública dos impactos da COVID-19 sobre o sistema de saúde na região sudeste do Brasil. Trata-se de estudo transversal conduzido nos meses de julho e agosto de 2020. A coleta de dados se deu através da aplicação de formulário online, disseminado através das redes sociais. Os dados receberam tratamento de análise estatística descritiva sendo utilizado o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 21.0. A amostra representativa foi composta por 2.477 participantes maiores de 18 anos e residentes dos estados da região sudeste do Brasil. Os principais resultados mostram que a maior parte dos respondentes entendeu que a COVID-19 causou impactos de sobrecarga aos profissionais de saúde (92,2%) e ao sistema de saúde (91,4%). Os grupos que têm maiores chances de adquirir a COVID-19 são os profissionais da saúde (57,3%) e pessoas com doenças crônicas (57,0%), segundo a percepção dos moradores da região sudeste. O sistema de saúde enfrenta inúmeros desafios estruturais e organizacionais, dentre os quais a capacidade operacional para o atendimento, a falta de recursos, o subfinanciamento dos serviços, além da sobrecarga de trabalho dos profissionais relacionada ao quantitativo reduzido de pessoal (Geremia et al., 2020). A população do estudo percebeu que os impactos mais significativos da pandemia foram sobre os profissionais e o setor da saúde. Estratégias analíticas da eficiência dos serviços de saúde devem ser adotadas pelos tomadores de decisão e profissionais de saúde com vistas a minimizar os impactos negativos sobre a saúde do trabalhador e a assistência à saúde da população.

PALAVRAS-CHAVE

COVID-19, Pandemia, Percepção, Participação da Comunidade, Indicadores de Qualidade em Assistência à Saúde.

REFERÊNCIAS

- Geremia, D. S., Vendruscolo, C., Celuppi, I. C., Souza, J. B., Schopf, K., Maestri, E. (2020). Pandemia COVID-2019: formação e atuação da enfermagem para o Sistema Único de Saúde. *Enferm. foco* (Brasília), 11(1,n.esp), 40-47.
- Organização Pan-Americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde. (2020). *Folha informativa COVID-19*. Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875
- World Health Organization. (2018). *Communicating risk in public health emergencies: a WHO guideline for emergency risk communication (ERC) policy and practice*. <https://www.who.int/risk-communication/guidance/download/en/>

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Rayara Mozer Dias. Mestranda em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Enfermeira Especialista em Enfermagem em Saúde Coletiva.

Marcela de Abreu Moniz. Doutora em Ciências em Saúde Pública e Meio Ambiente. Professora adjunta e pesquisadora do Departamento de Enfermagem do Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. Vice-líder do Grupo de Pesquisa CNPq Laboratório de Pesquisa e Experimentação de Tecnologias para o Ensino e Cuidado em Enfermagem (L@PETeCEnf).

Vera Maria Sabóia. Pós-doutora e Doutora em Enfermagem. Professora Titular do Departamento de Fundamentos de Enfermagem da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil. Vice-coordenadora do Programa Acadêmico de Ciências do Cuidado em Saúde da UFF. Líder do Núcleo de Estudos em Fundamentos de Enfermagem (NEFE)/UFF.

Donizete Vago Daher. Pós-Doutora e Doutora em Saúde Coletiva. Professora titular e pesquisadora do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil. Docente Permanente do Programa Acadêmico – Mestrado e Doutorado- em Ciências do Cuidado em Saúde, UFF.

Lídia dos Santos Soares. Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Ana Nery (EEAN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós doutoranda (EEAN/UFRJ). Professora Associada do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil. Vice-líder do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Saúde Coletiva (GEPESC/CNPQ).

Yasmim Campos dos Santos Maia. Estudante do curso de graduação em enfermagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista do grupo Conexão Enfermagem PURO do Programa de Educação Tutorial /UFF/ Ministério da Educação.

Beatriz Cristina de Oliveira Rocha. Estudante do curso de graduação em enfermagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista do grupo Conexão Enfermagem PURO do Programa de Educação Tutorial /UFF/ Ministério da Educação.

A prática de Living Labs no desenvolvimento de cidades inteligentes.

Rayse Kiãne de Souza¹, Guilherme Paraol de Matos², Josep Miquel Piqué³, Clarissa Stefani Teixeira⁴

¹ Departamento de Engenharia do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina • raysekiane@gmail.com

² Departamento de Engenharia do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina • gparaol@gmail.com

³ La Salle, Ramon Llull University • m.pique@technovabarcelona.org

⁴ Departamento de Engenharia do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina • clastefani@gmail.com

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é mapear atuações de Living Labs (LL) para a identificação de práticas, ferramentas e atores envolvidos em seus processos para o favorecimento de cidades inteligentes. O processo de mapeamento iniciou-se com a identificação dos LL pertencentes a ENOLL, federação internacional de Living Labs na Europa e no mundo, com atuação na área de cidades inteligentes, do total de 150 membros 65 atuam nesta área.

A primeira ação de mapeamento realizada foi a coleta de informações no site da ENOLL e nos sites institucionais dos LL. Foi identificado que os principais resultados das ações e metodologias utilizadas pelos LL não estão disponíveis em seus sites, demonstrando a falta de transparência e clareza de atuação destes espaços para os usuários e clientes. Desta forma foi conduzida uma pesquisa na literatura para encontrar artigos de estudo de caso que relatassem a atuação destes habitats de inovação com maior detalhamento.

A pesquisa foi realizada em três bases de dados, Web of Science, Scopus e EBSCO utilizando a string de pesquisa “living lab” AND “smart cit*”. Um total de 48 artigos entre estudos teóricos e estudos de caso. Assim foi possível identificar na literatura casos de LL pertencentes a ENOLL, como o City Of Future Living Lab de Milão, e LL atuantes fora da rede como o Living Lab da Universidade de Guadalajara, o Denver Living Lab, Tokyo Virtual Living Lab, entre outros.

A partir da análise realizada é possível destacar algumas características e princípios norteadores destes espaços, que podem ser físicos ou virtuais, que são ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento de tecnologias e serviços para a inovação e cidades inteligentes. Como principais características recorrentes destes espaços destacam-se os seguintes pontos: filosofia de co-criação, ambiente de inovação aberta, gerenciamento de stakeholders, ambiente realístico e interoperabilidade (Vale et al., 2018). Quanto as etapas metodológicas, assim como visto dos ambientes pertencentes a ENOLL mapeados, diferentes abordagens são encontradas. Vicini, Bellini e Sanna (2012) destacam a metodologia de funcionamento City of the Future de Milão, dividida em quatro etapas: co-criação, exploração, experimentação e avaliação. Já o ciclo de operação apresentado por Schuurman, Lievens, De Marez e Ballon (2012), também utilizados por Turkama (2010) e Tanda, De Marco e Rosso (2017), é composto por cinco etapas: contextualização, seleção, concretização, implementação e feedback.

Quanto aos atores, diferentes perspectivas são utilizadas (Veeckman & Van Der Graaf, 2014; Ståhlbröst & Bergvall-Kåreborn, 2015), com diferentes papéis e visões, o movimento de construção cooperativa possui o foco central. Desta forma, sob a perspectiva de cidades inteligente o cidadão tem um foco central, podendo exercer o papel de usuário e de provedor de ideias, soluções, e também como testador destas tecnologias, assim favorecendo a construção de uma cidade pensada nas pessoas. A pesquisa ressalta as diferentes metodologias utilizadas por estes espaços como forma de desenvolver e testar tecnologias e serviços para cidades inteligentes. Porém a falta de clareza de divulgação e metodologia dificulta o acesso dos que possuem problemas ou soluções que poderiam ser exploradas por estes espaços.

PALAVRAS-CHAVE

Living Labs, Cidades Inteligentes, Inovação.

REFERÊNCIAS

- Schuurman, D., Lievens, B., De Marez, L., & Ballon, P. (2012, July). Towards optimal user involvement in innovation processes: A panel-centered Living Lab-approach. In *2012 Proceedings of PICMET'12: Technology Management for Emerging Technologies* (pp. 2046-2054). IEEE.
- Ståhlbröst, A., Bergvall-Kåreborn, B., & Ihlström-Eriksson, C. (2015). Stakeholders in smart city living lab processes. In *Americas Conference on Information Systems: 13/08/2015-15/08/2015*. Americas Conference on Information Systems.
- Tanda, A., De Marco, A., & Rosso, M. (2017, April). Evaluating the impact of smart city initiatives. In *The 6th International Conference on Smart Cities and Green ICT Systems* (pp. 281-28).
- Turkama, P. (2010). *Nordic Network of User-Driven Innovation and Livinglabbing*.
- Veeckman, C., & van der Graaf, S. (2014, June). The city as living laboratory: A playground for the innovative development of smart city applications. In *2014 International Conference on Engineering, Technology and Innovation (ICE)* (pp. 1-10). IEEE.
- Vicini, S., Bellini, S., & Sanna, A. (2012). The city of the future living lab. *International Journal of Automation and Smart Technology*, 2(3), 201-208.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Rayse Kiane de Souza. Graduação em sistemas de informação pela UFSC, mestrado em mídias do conhecimento pelo Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela UFSC, doutorado em Gestão do Conhecimento em andamento pela mesma instituição.

Guilherme Paraol de Matos. Graduação em tecnologias da informação e comunicação pela UFSC, mestrado em tecnologias da informação e comunicação pelo Programa de Pós Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação pela UFSC, doutorado em Gestão do Conhecimento em andamento pela mesma instituição.

Josep Miquel Piqué. Engenheiro de telecomunicações pela La Salle / UPC, MBA e Doutor em Ecossistemas de Inovação pela URL. Possui diplomas do MIT e da UC Berkeley. Diretor de Internacionalização e Inovação de La Salle-URL, Presidente Executivo de La SalleTechnova Barcelona, Presidente da XPCAT, Vice-Presidente da APTE (Espanha) e Ex-Presidente da IASP (Internacional).

Clarissa Stefani Teixeira. Pós-Doutora e Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC. Professora do Departamento de Engenharia do Conhecimento (EGC) da UFSC. Professora no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento e no Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da mesma instituição. Líder do Grupo de Pesquisa VIA Estação Conhecimento.

Sustainable generation of innovative enterprises in territories: a proposal of an ecosystem management model

Laércio de Matos Ferreira¹, Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues², Eveline Russo Sacramento³

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro • laerciomatosf@gmail.com

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro • cjose@ua.pt

³ Departamento de Comunicação e Arte (DECA), Universidade de Aveiro • eveline.sacramento@gmail.com

ABSTRACT

The speed of innovation causes an intense change in economic dynamics, configuring and reconfiguring scenarios of high uncertainty. Accordingly, there is a latent need of efficient mechanisms for the sustainable generation of innovative firms. These mechanisms, in turn, require the acknowledgement of innovation as interactive and networks as pillar of business sustainability. This is particularly true when in presence of peripheral territories. This article proposes the mapping of interactions between actors in an economic ecosystem, which will feed an intelligence platform of innovation modeled by multigraphs. The sets of descriptive variables of the actors will constitute the vertices of a graph, while their interactions will constitute the edges. The proposed research will contribute to the reduction of the mortality rates of enterprises, mainly of micro and small innovative companies, and it can optimize the conduction of initiatives for competitive and sustainable enterprise insertion in markets, focusing particularly on peripheral economic ecosystems.

KEYWORDS

Sustainable entrepreneurship; Ecosystem Management; Competitive intelligence; Theory of Graphs.

REFERENCES

- Castells, M. A. (1996). *The rise of the Network Society. The Information Age. Economy, Society and Culture*, Vol. I. Oxford: Blackwell.
- Castells, M. A. (2001). *The Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business and Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Lundvall, B-Å. (1992) (ed.). *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive learning*, London: Pinter.
- Meilinger, T. (2008) *The Network of Reference Frames Theory: A Synthesis of Graphs and Cognitive Maps*. Max-Planck-Institute for Biological Cybernetics Spemannstr. 44, 72076 Tübingen, Germany
- Oliveira, M. I. S., Lóscio, B. F. (2018). What is a Data Ecosystem? *Proceedings of the 19th Annual International Conference on Digital Government Research: Governance in the Data Age*.
- Robinson, I., Webber, J., Eifrem, E. (2015). *Graph Databases, New Opportunities for Connected Data*, 2nd edition, O'Reilly.
- Schumpeter, Joseph (1975) *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper & Row. (Orig. pub. 1942.)

AUTHOR(S) NOTES

Laércio de Matos Ferreira is a postdoctoral fellow in Territorial Innovation from the University of Aveiro, Portugal; PhD in Economics of Industry and Technology from the Universidade Federal do Rio de Janeiro; Master in Administration, with a focus on Innovation Management, from the Universidade Estadual do Ceará.

Carlos Rodrigues is Associate Professor at the Department of Social, Political and Territorial Sciences at the University of Aveiro, Portugal. He holds a PhD in Social Sciences and develops his research activity in the Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policy (GOVCOPP). He is currently the head of the Department of Social, Political and Territorial Sciences and also the coordinator of the Center for Asian Studies and the Master in Chinese Studies of the University of Aveiro.

Eveline holds a PhD in Informatics from PUC-Rio, a Master's in Computer Science from the Universidade Federal de Minas Gerais, and a Computer Science degree from the Universidade Federal do Ceará. In recent years, she has dedicated herself to researching the semantic web, ontologies, checking restrictions and integrating data. She is currently a postdoctoral fellow at the University of Aveiro, Portugal, at the Department of Communication and Art.

Desafios para superação do efeito ‘teto de vidro’ na atuação de mulheres mentoras em ecossistemas de negócios

Lylian Toledo³, Eliane Davila², Marta Gucciard³, Ana Paula Benício⁴, Eveline Sacramento⁵

¹ Diretoria de Treinamento e Desenvolvimento, Macro Mindset • toledo.ly@gmail.com

² Pesquisadora, ARF Media Tecnologia da Informação • contato@elianedavila.com

³ Mentoria de Negócios, Strato Cultura Organizacional • martagucciardi@gmail.com

⁴ Programa de Pós-Graduação, Faculdade CDL • anabenicio@ubun3.com.br

⁵ Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro • eveline.sacramento@gmail.com

RESUMO

Entre as manifestações da segregação de gênero no lócus laboral, está a segregação hierárquica. Esse fenômeno é denominado “teto de vidro” (Cotter et al., 2001) e caracteriza-se pela menor velocidade com que as mulheres usualmente ascendem na carreira profissional, resultando em sua baixa participação em cargos de comando das empresas e, conseqüentemente, nos espaços de poder, de prestígio e das altas remunerações salariais. O termo foi cunhado por Marilyn Loden, uma engenheira norte-americana, a partir de sua própria experiência no campo profissional.

Apesar da ampliação da equidade entre os gêneros dos últimos anos, as desigualdades ainda estão presentes na maioria dos espaços laborais. Neste estudo, analisa-se a ascensão de mulheres em um contexto marcado ainda mais nitidamente marcado pela predominância masculina, formado pelo ambiente de mentoria de negócios no Brasil.

O estudo se justifica, também, pela importância de ampliar a investigação desta temática na área de mentoria, uma vez que foram localizados poucos trabalhos acadêmicos que se dedicam às pesquisas deste fenômeno, e tem como objetivo mapear os ambientes onde mulheres mentoras atuam, identificando estratégias para transpor o teto de vidro nestas esferas. O marco teórico versa sobre questões sobre as concepções simbólicas sociais com base em Bourdieu (1994; 2010) e as influências da cultura patriarcal (Scott, 1995) neste processo.

Nessa assertiva, esta pesquisa é de natureza aplicada, exploratória e descritiva, mediante procedimentos técnicos bibliográficos e pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, e será conduzida através da análise de discurso, a fim de desvelar os desafios das mulheres na atuação enquanto mentoras de negócios, em programas de mentoria não voltados exclusivamente a mulheres.

As opções teórico-metodológicas, empreendidas na orientação da investigação e somadas aos resultados provenientes do campo, subsidiam a ideia de que os ambientes de mentoria ainda apresentam dificuldades para a mulher ascender profissionalmente. Caracteriza-se a presença do fenômeno do teto de vidro, evidenciando as desigualdades de gênero e as barreiras sutis e invisíveis que as mulheres enfrentam para manter-se competitivas no cenário globalizado, sugerindo a necessidade de transformações dessas arenas, no sentido da construção de um espaço laboral mais justo e diverso.

PALAVRAS-CHAVE

Teto de vidro. Mulheres Mentoras. Liderança feminina. Representatividade. Desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (1994). Esboço da teoria da prática. In: Ortiz, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Tradução de Paula Monteiro. 2. ed. São Paulo: Ática
- Bourdieu, P. (2020). *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010
- Cotter, D.A., et al. (2001). *The Glass Ceiling Effect Social Forces*. The University of North Carolina Press. December, 2001 80(2) 655-682
- Galbraith, J. K. (1984) *Anatomia do poder*. São Paulo: Pioneira. Disponível em <http://tupi.fisica.ufmg.br/~michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao/Anatomia%20do%20Poder.pdf>
- Glass Ceiling Comission: *The Glass Ceiling*. Disponível em: <<http://glassceiling.info/about-glass-ceiling-info/>>
- Madalozzo, R. (2011). CEOs e Composição do Conselho de Administração: a Falta de Identificação Pode Ser Motivo para Existência de Teto de Vidro para Mulheres no Brasil? *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 1, art. 7, pp. 126-137, Jan./Fev. 2011
- Scott, J. (2020) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 1-29. jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 10 set. 2020
- Steil, A.V. (1997). Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *Revista de Administração*. São Paulo. v32. n3. p. 62-69, julho/setembro 1997

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Lylian Toledo possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV-SP e graduada em tecnologia de processos gerenciais pela FGV-RIO. Nos últimos vinte anos, dedica-se à elaboração e realização de treinamentos de desenvolvimento de soft skills. Atualmente é diretora voluntária numa associação que reúne mentores e mentoras de negócios, além de mentora voluntária em programas sociais para empoderamento de mulheres em situação vulnerável.

Eliane Davila dos Santos é Doutora e Mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale, com estágio doutoral na Universidade de Málaga, na Espanha. Desde 2016 é integrante do projeto de pesquisa Cultura, Comunicação e Trabalho: práticas linguageiras e a construção do sujeito e da identidade em situação de trabalho.

Marta Patrícia Cortes Gucciardi Rodrigues é pós-graduada em Comunicação Digital pela Universidade de São Paulo e em Gestão de Negócios pela FGV-SP e graduada em Comunicação Social pela FAAP. Desde a década de 2000, atua junto ao empreendedorismo feminino como consultora e mentora de estratégia de negócios. Palestrante de Comunicação Estratégica, Comunicação Não-Violenta e Comunicação Tóxica em ambientes organizacionais. Atualmente, é diretora voluntária em uma associação que reúne mentoras e mentores de negócios.

Ana Paula Benício é mestre em Administração com linha de pesquisa em gestão e estudos organizacionais e ênfase em marketing, tendo como foco o comportamento do Consumidor pela Universidade Estadual do Ceará e graduada em Administração pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é diretora executiva da Ubu3 Marketing Inteligente e professora de pós graduação nas faculdades CDL, Unichristus, Uniateneu e Stella Maris.

Eveline Russo Sacramento Ferreira é doutora em Informática pela PUC-Rio, mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Computação pela Universidade Federal do Ceará. Nos últimos anos, tem se dedicado à pesquisa em Web semântica, ontologias, verificação de restrições e integração de dados. Atualmente é pós-doutoranda na Universidade de Aveiro, em Portugal.

Transferência de Tecnologia no Contexto Regional: reflexão com base na atuação das Universidades do Nordeste Brasileiro

Diana Beatriz de Almeida¹, Helano Diógenes Pinheiro²

¹ Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – UFPI • dianabeatrizalmeida@gmail.com

² Coordenação do Curso de Administração, Universidade Estadual do Piauí – UESPI • helanodp22@gmail.com

RESUMO

As Universidades do Nordeste do Brasil ainda estão amadurecendo seus mecanismos de Transferência de Tecnologia (TT), proteção à propriedade intelectual e fomento à inovação. Uma grande parte delas ainda está em processo de implementação de seus Núcleo de Inovação Tecnológica (NITs) e de normas e políticas institucionais (Manfio, 2019; FORMICT, 2019). A TT entre Universidades e Empresas refere-se a passagem de conhecimentos gerados pela academia ao setor produtivo proporcionando maior capacidade tecnológica, atuando como estratégia de desenvolvimento tecnológico e econômico para alcance de diferencial competitivo no mercado (Fernandes & Machado, 2018; Philippi & Maccari, 2018). As dificuldades da transferência tecnológica são associadas às questões de falta de autonomia financeira e dificuldades em estrutura e manutenção de equipes qualificadas dos NITs, responsáveis por gerenciar a Propriedade Intelectual e as TT nas Universidades. Outros aspectos como organização de processos e estrutura de Propriedade Intelectual; modelos jurídicos; modos de transferências tecnológicas; desenvolvimento de redes e capacitação de equipes; capacidades gerenciais e gestores de TT capazes de intermediar relações e desempenhar papéis críticos são cruciantes para que as instituições de ensino nordestinas possam alcançar a terceira missão das universidades, a inovação (Andrade, 2017; Macedo, 2015; Simões & Santos, 2018). As universidades do Nordeste ainda carecem de articulação com as políticas industriais e governamentais de ciência, tecnologia e inovação além da baixa cooperação entre setores públicos e privados na intenção de incentivar e apoiar os esforços das empresas para reduzir riscos e maximizar os resultados da pesquisa científica (Manfio, 2019). O objetivo do artigo é discutir a evolução recente da Transferência de Tecnologia nas universidades do Nordeste do Brasil. A pesquisa classifica-se como descritiva, registrando as relações e conexões envolvendo as instituições universitárias após a revisão da legislação referente a inovação gerada pelo marco legal (Cervo & Bervian, 1996). O estudo foi bibliográfico e documental, visando provocar reflexões a partir de informações obtidas de fontes secundárias (Gil, 2010; Cooper & Schindler, 2011), discutindo sobre o cenário nordestino de TT nas universidades federais. Como resultado, foram constatados que embora existam nichos de excelência, o empreendedorismo acadêmico, as interações da universidade com o setor produtivo, a criação de estruturas para a proteção da propriedade intelectual (PI) e a TT não são realidades amplamente difundidas ou valorizadas no conjunto de universidades brasileiras nordestinas, devido a diversos fatores, entre eles: temor de que tais envolvimento comprometam a autonomia acadêmica, desviem o foco, ou mesmo prejudiquem outras missões (o ensino e a pesquisa), falta de recursos e de uma cultura favorável, entre outras. As ações estratégicas das universidades nordestinas ainda estão em desenvolvimento e a ausência de um planejamento estratégico em sincronia, indicando metas e ações, com demandas atuais podem prejudicar os possíveis resultados de transferência de tecnologia nas instituições (Andrade, 2017; Macedo, 2015). Para superar essas dificuldades, constatou-se que as Universidades Nordestinas estão buscando capacitação através de benchmarking com outras IES ou através dos normativos jurídicos que compõem o decreto nº 9.283, que orienta a inserção das universidades no contexto do Marco Legal de Ciência e Tecnologia, componente da estratégia de inovação nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Transferência de Tecnologia, Universidades Nordestinas, Interação universidade - empresa.

REFERÊNCIAS

- Andrade, R. D. (2017). *O Desempenho dos Núcleos de Inovação Tecnológica do Ceará à Luz da Efetividade de seus Processos de Transferência de Tecnologia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.
- Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (1996). *Metodologia científica*. São Paulo: Makron Books.
- Cooper, D. R.; S., Pamela S. (2011) *Métodos de pesquisa em administração*. 10a ed. Porto Alegre: Bookman.
- Fernandes, C. R., & Machado, A. G. C. (2018). Capacidade de Transferência Tecnológica. *Brazilian Business Review: a dinâmica do desenvolvimento em instituições de ensino superior*, João Pessoa, 16(1), 2-14.
- FORMICT, Brasília. (2019) *Relatório FORMICT: política de propriedade intelectual das instituições científicas e tecnológicas e de inovação do Brasil*. Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação do Brasil. Recuperado em 02 junho, 2020, de: http://fortec.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatório-Formict-2019_Ano-Base-2018.pdf.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Macedo, C. O. M. (2015) *Transferência de tecnologia universidade-indústria no Brasil e a atuação de Núcleos de Inovação Tecnológica*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

- Manfio, G. P. (2019). *Guia de boas práticas para interação ICT - Empresa*. Disponível em: http://anpei.org.br/download/Guia_Boas_Praticas_Interacao_ICT_EMPRESA.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.
- Philippi, D. A., & Maccari, E. A. (2018). Efeitos da transferência de tecnologia de universidades norte americana e brasileira no capital humano técnico e científico. *Revista de Ciências da Administração*, São Paulo, 20(51), 86-101.
- Simões, F. S., & Santos, W. P. C. (2018). Análise dos Fluxos de Transferência de Tecnologia de Universidades Públicas Brasileiras, Casos de Sucesso: unb e unicamp. *Cadernos de Prospecção*, Salvador, 11 (3), 741-756. Recuperado em 20 fevereiro, 2020, de: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/27128/ANÁLISE%20DOS%20FLUXOS%20DE%20TRANSFERÊNCIA%20DE%20TECNOLOGIA%20DE%20UNIVERSIDADES%20PÚBLICAS%20BRASILEIRAS%3A%20CASOS%20DE%20SUCESSO>.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Diana Beatriz de Almeida. Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), ponto focal UFPI. Docente dos cursos de Administração de Empresas e Engenharia de Software do Instituto de Ensino Superior - ICEV. Gerente de Relacionamento do Governo Digital da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí. Área de pesquisa em inovação e transferência de tecnologia.

Helano Diógenes Pinheiro. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí. Doutorado em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGA/UFRN). Docente do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROFNIT), ponto focal UFPI. Área de pesquisa em inovação e sustentabilidade, com foco em cadeias reversas.

Multiple aspects of cluster policy

Teresa Meira¹; Celeste Amorim²; Ana Daniel³; Anabela Botelho⁴

¹ Universidade de Aveiro • teresabmeira@gmail.com

² Universidade de Aveiro • camorim@ua.pt

³ Universidade de Aveiro • anadaniel@ua.pt

³ Universidade de Aveiro • anabela.botelho@ua.pt

ABSTRACT

In order to build a conceptual framework for cluster policy analysis we will assess recent contributions to the literature and identify what could be the key themes for a future research agenda on cluster policy. Moving forward the interpretation of cluster as an analytical concept, we will scrutinize the impacts of cluster as a policy tool in Europe. We propose a conceptual framework and apply to Portugal's cluster policy evolution as our case study. This framework puts forward five stages of cluster policies evolution: pioneer; entrepreneur; mainstream; transformative and platform. Differences in cluster policies are a product of different goals, instrument choice, and implementation styles, but also context and site-specific institutional configurations, policy path dependencies, and different types of government intervention.

KEYWORDS

Cluster research agenda; cluster policy analysis; literature review; conceptual framework; Portugal.

FUNDING INFORMATION

This abstract was developed under the support of the the Integrated Research Program "CeNTER Community-led Territorial Innovation" (CENTRO 01-0145-FEDER-000002), funded by CENTRO2020 - Regional Operational Programme, under the PORTUGAL2020 Partnership Agreement, through the European Regional Development Fund.

Exploring the role of technological infrastructures in low-density territories

João Almeida¹, Ana Dias Daniel², Anabela Botelho³

¹ DEGEIT, GOVCOPP, University of Aveiro • joaolopesalmeida@ua.pt

² DEGEIT, GOVCOPP, University of Aveiro • anadaniel@ua.pt

³ DEGEIT, GOVCOPP, University of Aveiro • anabela.botelho@ua.pt

ABSTRACT

Low-density and rural territories (LDTs) face significant challenges in almost all developed countries, experiencing “the dark side of the unequal regional developments” (Korsgaard, Ferguson, & Gaddefors, 2015). The increasing ageing population, out-migration, and urbanisation which causes a decrease of available human capital which weaken local economic dynamics, discouraging the investment in innovation and entrepreneurial activities to exploit local resources, are structural challenges that are the cause and consequence of a vicious circle of decline that compromises LDTs’ development and attractiveness (Fortunato, 2014; Korsgaard et al., 2015; OECD, 2018).

Portugal is no exception to this vicious declining cycle. LDTs cover 79% of the Portuguese continental territory and encompass 19% of the population (estimated value for 2018) (PORDATA, 2020), most of them placed in the inland areas of Portugal. Those territories have been suffering a sharp population decline since the middle of the 20th century, which results not only from the continuous emigration flows, but also from the rural exodus to urban centres and from the strong drop in birth and fertility rates, given the decline of young people in these territories. The increasing abandonment of these territories land and consequent reduction of demand, infrastructures and public services (AD&C, 2018), transformed the country into a kind of large archipelago, where some "islands" (a limited number of dynamic poles) stand out in a "sea" of difficulties (the other territories that lose population, relative wealth and economic dynamism) (Mateus, 2017).

According to Audretsch & Belitski (2017), the infrastructures (digital, physical and amenities) are considered an important element of any ecosystem to foster or interaction between the stakeholders and to attract and fix human capital. Nevertheless, few studies focus on low-density or rural territories making it necessary to push forward this research topic.

This study analyses the 165 low-density municipalities existent in continental Portugal, according to the Inter-Ministerial Coordination Commission of the funding program Portugal 2020. Considering the report of the Portuguese National Innovation Agency (ANI, 2016) that map the technological infrastructures in Portugal, it is analyzed the impact of the presence of one of these technological infrastructure in the number of enterprises per 100 capita, the number of information and communication technologies (ICT) enterprises per 100 capita, the number of medium-high technology (MHT) enterprises per 100 capita and the percentage of employees with higher education of the municipality.

Through t-test analysis on the sample of 165 low-density municipalities significant differences in the variables were analyzed. Results show that municipalities with one or more technological infrastructure present a higher number of ICT enterprises, MHT enterprises and percentage of employees with higher education.

Despite this is an exploratory analysis that does not consider other indicators and conditions of the municipality (such as specific benefits provided by the municipality to companies and employees), several implications are drawn for both academics and policymakers.

KEYWORDS

Technological infrastructure, innovation, local development, entrepreneurship, low-density territories.

FUNDING INFORMATION

This abstract was developed under the support of the the Integrated Research Program “CeNTER Community-led Territorial Innovation” (CENTRO 01-0145-FEDER-000002), funded by CENTRO2020 - Regional Operational Programme, under the PORTUGAL2020 Partnership Agreement, through the European Regional Development Fund.

REFERENCES

AD&C. (2018). *Relatório do Desenvolvimento & Coesão*. Lisboa.

ANI. (2016). *Mapeamento das Infraestruturas Tecnológicas Portuguesas*.

Audretsch, D. B., & Belitski, M. (2017). Entrepreneurial ecosystems in cities: establishing the framework conditions. *The Journal of Technology Transfer*, 42(5), 1030–1051. <https://doi.org/10.1007/s10961-016-9473-8>

Fortunato, M. W. (2014). Supporting rural entrepreneurship: a review of conceptual developments from research to practice. *Community Development*, 45(4), 386–406. <https://doi.org/10.1080/15575330.2014.935795>

Korsgaard, S., Ferguson, R., & Gaddefors, J. (2015). The Best of Both Worlds: How Rural Entrepreneurs Use Placial Embeddedness and Strategic Networks to Create Opportunities. *Entrepreneurship and Regional Development*, (September). 27(9-10)

<https://doi.org/10.1080/08985626.2015.1085100>

Mateus, A. (2017). *O Mundo Rural e o desenvolvimento económico e social de Portugal: Uma Agenda para o Futuro*.

OECD. (2018). *Rural 3.0 - A framework for rural development*.

PORDATA. (2020). *PORDATA Municípios*. Retrieved February 11, 2020, from <https://www.pordata.pt/Municipios>

AUTHOR(S) NOTES

João Almeida holds a Masters' Degree in Management (2018) from the University of Aveiro. Currently he is a Research Fellow and PhD student at the GOVCOPP - University of Aveiro. His research focuses on the area of innovation, entrepreneurship, and local/regional development.

Ana Dias Daniel is an assistant researcher at the University of Aveiro, and a lecturer of Entrepreneurship at the Department of Economics, Management, Industrial Engineering and Tourism. She is a member of the Research Unit in Governance Competitiveness and Public Policies, and as a researcher her main interests are on management issues related to entrepreneurship, innovation and regional development.

Anabela Botelho holds a PhD in Economics (1998) from the University of South Carolina, USA. Since 2014 she is a Full Professor at DEGEIT, University of Aveiro (UA). She is currently the Coordinator of the Scientific Area of Economics at DEGEIT, Director of the PhD Program in Business and Economics and Coordinator of the Research Group on Competitiveness, Innovation and Sustainability - GOVCOPP.

GIS Knowledge Governance: the value of georeferenced data

Isabel Pinho¹, Eduardo Moresi² e Jorge Pinho³

¹ Universidade de Aveiro • isabelpinho@ua.pt

² Universidade Católica de Brasília, Centro de Ciência e Tecnologia, Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação • moresi@ucb.br

³ AgroDouro - Associação Agro-Florestal e de Desenvolvimento Rural do Entre Douro e Mondego • jorge.pinho@agrodouro.pt

ABSTRACT

A geographic information system (GIS) is a framework for gathering, managing, analyzing and sharing data. Rooted in the science of geography, GIS integrates many types of data, organizes layers of information and is extremely relevant to knowledge society (Goodchild, 2018; Viana et al., 2019).

Web mapping services have become used from many stakeholders. With today' s computing power and visualization capabilities we must take a knowledge governance approach to build a geospatial infrastructure to make GIS practice friendly use (Moresi et al., 2020; Pinho & Pinho, 2014; Pinho et al., 2019). The potential benefits for the society of citizens engagement in the use of geoportals are: improve information access, smart decision-making and e-participation (Haklay et al., 2008; Ricker et al., 2020).

The purpose of this article is to present the intellectual and cognitive structure of the GIS theme. To achieve this goal, a bibliographic analysis was made based on information retrieval from Wos database.

KEYWORDS

GIS; Territory; Planning; Knowledge Management; Knowledge Governance; e-participation; geospatial infrastructure.

Inovação territorial e mediação digital: um estudo da hashtag #paisagemcultural no Instagram

Lilian Cristina Monteiro França¹

¹ Universidade Federal de Sergipe. Mestrado Interdisciplinar em Cinema – PPGCINE • liliancmfranca@yahoo.com

RESUMO

O presente estudo integra o rol de discussões da área temática “Mediação Digital no contexto de inovação de base territorial” no que tange à utilização das redes sociais digitais como plataformas de mediação para a educação e inovação territorial. Os grandes temas do cotidiano terminam por ser filtrados pelo Facebook (2,2 bilhões de usuários), YouTube (1,9 bilhão), WhatsApp (1,5 bilhão) Instagram (1 bilhão), Twitter (326 milhões) (Socialbakers, 2020), para citar apenas as mais conhecidas no Ocidente. Mesmo sem ser a primeira em número de usuários, o Instagram é a rede com maior crescimento e maior engajamento (Socialbakers, 2018). O grande diferencial da rede é o foco nas imagens, fotografias e vídeos, deixando um pequeno espaço para as legendas e apoiando-se no uso de marcadores chamados hashtags. Apresentadas tais premissas, o objetivo do presente estudo é verificar se a hashtag #paisagemcultural, observado o período entre setembro de 2012 e abril de 2020 no Instagram, contribuiu para agregar valor às discussões em torno do contexto que cerca os processos de inovação territorial. Para tanto, foram coletados todos os 1.591 posts que contém a hashtag, através do uso do software 4K Stogram, tabulados e categorizados de acordo com as combinações de hashtags utilizadas, número de curtidas, comentários e informações que constam dos perfis que utilizaram o marcador #paisagemcultural. Os dados foram analisados qualitativamente, com o uso de recursos quantitativos e cotejados à luz do referencial teórico sobre o uso educativo das RS, patrimônio e paisagem cultural. Os resultados indicam que o Instagram vem funcionando como plataforma de mediação digital tanto de divulgação quanto de prática socioeducativa para o campo de estudo das paisagens culturais e das inovações territoriais. Por iniciativa, de um grupo de arquitetos e urbanistas pesquisadores o uso da hashtag foi ganhando espaço e passou para o território das agências de turismo, dos vlogs de viagens, das empresas dedicadas à preservação do patrimônio material e imaterial, seguindo pelas trilhas do comércio de materiais de consumo (papelaria, decoração) e do setor de serviços. Eventos, campanhas educativas, pesquisas científicas encontram seu lugar nas postagens que se fazem acompanhar da hashtag. O patrimônio imaterial, ao qual vincula-se mais diretamente o conceito de paisagem visual, nem sempre é valorizado à primeira vista, num segundo plano, se comparado ao seu aspecto material, ou seja, um prédio de arquitetura impar tem mais chances de ser preservado do que outro cujo valor intrínseco esteja em seus atributos culturais. Os resultados mostram que, embora ainda de modo bem segmentado, o Instagram tem funcionado como um importante canal educativo e como plataforma de divulgação das questões e temas ligados ao conceito de paisagem cultural e de inovação territorial, abrindo espaço para que o debate se instaure, mesmo que lentamente e numa escala menor do que a esperada, na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Inovação territorial, Mediação digital, Instagram, Paisagem Cultural, Hashtag.

REFERÊNCIAS

- Birks, Hilary H. Birks, H.J.B, Kaland, P.E e Moe, D. (ed.) (2004). *The Cultural Landscape: Past, Present and Future*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carvalho, R. e Marques, T. (2019) A evolução do conceito de paisagem cultural. *GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Porto-PT, no. 16. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.004>
- Cilo, H. (2020). Facebook cai, Instagram cresce. *Isto é Dinheiro*, 06/03/2020. Retrieved from <https://www.istoedinheiro.com.br/facebook-cai-instagram-cresce/>
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola.
- Ibba, S., Orrù, M., Pani, F. e Porru, S. (2015). Hashtag of Instagram: From Folksonomy to Complex Network. Proceedings of the *7th International Joint Conference on Knowledge Discovery, Knowledge Engineering and Knowledge Management (IC3K 2015)* - Volume 2: KEOD, p. 279-284
- Instituto dos Arquitetos do Brasil. (2014). *IAB estreia no Instagram e sorteia livro*. 30/04/2014. Retrieved from <https://iab.org.br/noticias/iab-estrela-no-instagram-e-sorteia-livro>
- Larossa, L. (2019). Como medir o Engajamento do meu Instagram. In: *Luciano LAROSSA Blog*. 29/07/2019. Disponibilidade em: Retrieved from <https://lucianolarossa.com/como-medir-engajamento-meu-instagram/>
- Magarelli, A.L. de Lima e DINIZ, L.F.M. (2019). *Teorias do patrimônio cultural e suas transformações: da preservação dos bens materiais à paisagem cultural*. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica, UNICEUB, Brasília, 2019. Retrieved from <https://www.uhumanas.uniceub.br/pic/article/view/6366/4384>

- Magalhães, M. C. (2013). Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporânea. *Revista CPC*, São Paulo, n.15, p. 007-026, nov. 2012/abr. 2013. Retrieved from <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/61287>
- Moreira, F.; Sousa, D.; Farias, J.; Vital, A. (2018). Novas mídias: Instagram como ferramenta de educação em solos. *Anais CONADIS*, V. 1. Retrieved from https://editorarealize.com.br/revistas/conadis/trabalhos/TRABALHO_EV116_MD4_SA13_ID815_21112018192816.pdf
- Ribeiro, R. (2007). *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC.
- Santos, M. e Martins, S. (2016). Barroca – Cultura e Turismo – Home Page. Retrieved from <http://barroca-culturaeturismo.pt/quem-somos/>
- Scifoni, S. (2016) Paisagem cultural - verbete. In: Grieco, B.; Teixeira, L.; Thompson, A. (Orgs.). (2016). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc.
- Silva, C.; Castro Filho, J.; Freire, R. (2018). Instagram e educação: a aprendizagem significativa de língua estrangeira em contextos não-formais de ensino. *Anais dos Workshops do VII Congresso Brasileiro de Informática na Educação (WCBIE 2018)*, 2018. Retrieved from <https://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/8317>
- Socialbakers. S. (2020). *Statistics*. Retrieved from <https://www.socialbakers.com/statistics>.
- Socialbakers. (2012). *Instagram Engagement: Everything You Need to Know* [Exclusive Stats]. 2012. Retrieved from <https://www.socialbakers.com/statistics>.
- Southern, M. (2020). *Instagram Sees Greatest Gains From Recent Social Media Spikes*. 27 de abril de 2020. Retrieved from <https://www.searchenginejournal.com/instagram-growth-in-2020/364490/#close>
- Unesco. (2010). *Cultural Landscape*. Retrieved from <https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>
- Unesco. (2017). *Guidelines on the inscription of specific types of properties on the World Heritage list*. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Retrieved from <https://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf#annex3>
- Wal T. V. (2006). *Online information folksonomy presentation posted*. Personal Infocloud. Retrieved from <https://www.personalinfocloud.com/blog/2006/1/16/online-information-folksonomy-presentation-posted.html>

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Lilian Cristina Monteiro França. Doutora em Comunicação e Semiótica (PUCSP), com estágios pós-doutorais em História da Arte (IFCH/UNICAMP), Comunicação e Informação (UFRGS) e Media Artes (UBI – em andamento). Professora Titular do Mestrado Interdisciplinar em Cinema (PPGCINE) da Universidade Federal de Sergipe (Brasil). Autora de “Caos Espaço Educação” (Anablume), “Da Geometria euclidiana a geometria fractal – um estudo sobre história da arte” (EDUC), “Imagens e Números” (EDUFS), entre outros.

Conceptual design of a digital platform for promoting territorial based innovation in the Centro region of Portugal

Eliza Oliveira¹, Oksana Tymoshchuk², Daniel Carvalho³, André Branco⁴, Maria João Antunes⁵, Luís Pedro⁶, Margarida Almeida⁷, Fernando Ramos⁸

¹ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • elizaoliveira@ua.pt

² University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • oksana@ua.pt

³ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • daniel.carvalh@ua.pt

⁴ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • acastello@ua.pt

⁵ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • mariajoao@ua.pt

⁶ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • lpedro@ua.pt

⁷ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • marga@ua.pt

⁸ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • fernando.ramos@ua.pt

ABSTRACT

This paper presents the conceptual design process of the work developed by the Work Package 3 - Networks and Communities for Territorial Innovation (WP3) team of the CeNTER Research Program. The manuscript goes through the theoretical background and the methodological procedures within the scope of the WP3, which gave rise to different layers of knowledge that supported the development of a digital hypermedia platform for the promotion of territorial innovation in the Centro Region of Portugal.

One of the objectives of the WP3 was to study the role of mediation strategies based on digital media in the involvement of communities for the promotion of territorial-based innovation scenarios, mainly targeted to the Tourism and Health and Well-being sectors. Within this scope, some complementary primary phases were conducted: a systematic review and a narrative review of the scientific literature (Silva et al., 2020a in press); a mapping of innovative initiatives in the Centro Region; a benchmark of websites and social networks (Tymoshchuk et al., 2019); and interviews with leaders of four community-led initiatives that stand out for their dynamism in the Centro Region (Tymoshchuk et al., 2019b).

The synthesis of all the information collected at this stage of the research allowed us to develop the foundations of a reference framework of digital mediation strategies for territorial based innovation processes. This framework presents a modular structure based on agents (citizens, communities, networks and normative entities) and dynamics (data registration and sharing, interaction and hypermediation).

The following stage included two Focus Groups with members from community-led initiatives, aiming at identifying features and possibilities for implementing the concept of a "territorial-based innovation digital supporting platform" (Silva et al., 2019). The Focus Group's outcomes enabled the identification of the main opportunities and constraints of the WP3 work: the lack of mediation platforms for interaction between regional agents; the lack of basic support equipment and materials, particularly in rural areas, which prevents community involvement through digital technologies; low digital literacy of rural areas inhabitants; low economic conditions to support the use of digital technologies; excessive bureaucracy in the interaction and mediation process with public authorities and the excess of diverse digital tools that provide non-credible information to users (Silva et al., 2020 in press). The need to implement a digital platform adjusted to the characteristics of the Centro Region was also reinforced.

The findings of the present study allowed us to define the concept and objectives of the digital platform, which aims to fill gaps in communication, interaction, mediation and collaboration that emerged from the field research work, as well as to stimulate the active participation of citizens in community-based initiatives. It is under this context that the platform prototyped aims to strengthen the capacity of local agents for setting-up and consolidate cooperation networks and promote innovation in the territory.

The paper will provide an overview of the methods and main findings of the different stages of the WP3 work and will also include a discussion about its limitations as well as perspectives for future research.

KEYWORDS

Hypermediation, Digital Technologies, Territorial Innovation, Community-led initiatives, Digital Platform.

FUNDING INFORMATION

This abstract was developed under the support of the the Integrated Research Program "CeNTER Community-led Territorial Innovation" (CENTRO 01-0145-FEDER-000002), funded by CENTRO2020 - Regional Operational Programme, under the PORTUGAL2020 Partnership Agreement, through the European Regional Development Fund.

REFERENCES

- Silva, P. A., Antunes, M. J., Tymoshchuk, O., Pedro, L., Almeida, M., Renó, D. & Ramos, F. (2019). Involving communities in shaping digital solutions for innovation in societies and territories. In *ICGI'2019 – International Conference on Graphics and Interaction*. Faro, Portugal, (pp. 145-152). Faro, Portugal. DOI:10.1109 / ICGI47575.2019.8955087.
- Silva, P. A., Antunes, M. J., Tymoshchuk, O., Pedro, L., Almeida, M. & Ramos, F. (2020b, in press). Understanding the role of communication and mediation strategies in community-led territorial innovation: a systematic review. *Interaction Design and Architecture(s) Journal* (IxD&A).
- Silva, P. A., Antunes, M. J., Tymoshchuk, O., Pedro, L., Almeida, M. & Ramos, F. (2020a, in press). *Barriers and incentives to territory-based innovation processes: from technology to interaction among actors*. Cultural heritage and territorial innovation.
- Tymoshchuk, O., Renó, D., Silva, P. A., Almeida, A. M., Pedro, L., & Ramos, F. (2019a). Mediação digital para a inovação territorial: um estudo de caso múltiplo em redes sociais digitais. *OBS* Observatório*, 13(4), 70-88. DOI: 10.15847/obsOBS13420191435
- Tymoshchuk, O., Reno, D., Silva, P.A., Almeida, A. M., Pedro L. & Ramos, F (2019b). “O papel das tecnologias digitais no desenvolvimento das comunidades rurais: o estudo de caso múltiplo de “BioLiving” e “Bons Sons”. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* (RPER), 3(52), pp. 131- 144. <http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER52/52.8.pdf>

Using dashboard and open data to improve citizens engagement in a smart city

André Castello Branco¹, Oscar Mealha², João Marques³

¹ University of Aveiro, Department of Communication and Art DigiMedia • acastello@ua.pt

² University of Aveiro, Department of Communication and Art DigiMedia • oem@ua.pt

³ University of Aveiro, Department of Communication and Art DigiMedia • jjmarques@ua.pt

ABSTRACT

The relevant aspects of the new urban agenda of the UN refer to the information and communication challenges of sustainable development. Provide the citizen with a greater knowledge of its reality and how to engage it as a participant of their neighborhood issues and problems holds an important key for this sustainable development. This article is a result of a literature review for research about how to improve the engagement of a citizen in the city issues using a dashboard as a technological tool in a smart city. There is a lot of embedded technology in a smart city with a focus on politicians and policy makers but with little use by ordinary people. Cities started to use dashboards with graphics indicators to show some services. Open data is one of the new ways of sharing information about the city to the citizen. This article reports some uses that we can have of dashboards and city's open data to benefits the citizen and puts the technologies available in a smart city at the service of the citizen and achieve engagement of people in responding to their needs, interests and desires. Using Internet of Things (IoT) all relevant data can be collected providing an integrated overview of all city processes. A large amount of data that is generated every day by public and private agents in cities. These data and information are stored out of reach of people, safe in the platforms of a municipality, in the private databases, or on electronic devices of individuals. The intensive use of models and data analytics processed most likely in computing clouds, offers great possibilities for the use of open data if data is made available to the people. A smart and sustainable city is defined as an innovative city that uses information and communication technologies (ICTs) and other means to improve quality of life, the efficiency of urban operation and services, and competitiveness, while ensuring that it meets the needs of present and future generations concerning economic, social, environmental as well as cultural aspects. To achieve those goals, it is important to connect the citizen issues and problems of the city. Citizen engagement in the territory, with cognitive and emotional, can increase their sense of belonging to the place. This involvement in the territory can improve the information and communication relationship between the citizen and the Mayor. The intelligence of a city is in the relationship of all agents of the territory, public and private, for the benefit of its development. Dashboards using open data that reflects citizen needs, interests and desires could be an important tool to connect a citizen to the city. To make the territory smarter is to achieve greater involvement of this citizen in the search for solutions for common well-being by making the city more inclusive and participatory.

KEYWORDS

Engagement, smart city, cocreation, digital technologies, open data, dashboard.

FUNDING INFORMATION

This abstract was developed under the support of the the Integrated Research Program “CeNER Community-led Territorial Innovation” (CENTRO 01-0145-FEDER-000002), funded by CENTRO2020 - Regional Operational Programme, under the PORTUGAL2020 Partnership Agreement, through the European Regional Development Fund.

REFERENCES

- Huovila, A., Bosch, P., & Airaksinen, M. (2019). Comparative analysis of standardized indicators for Smart sustainable cities: What indicators and standards to use and when? *Cities - The International Journal of Urban Policy and Planning*, 89(June 2018), 141–153. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.01.029>
- LAUREL, B. (2014). *Computer As Theatre*. Pearson Education. New Jersey: Pearson Education.
- Mealha, Ó. (2016). Mídias interativas e open data como ignição do engajamento do cidadão na gestão do território: smart city learning. In C. Rocha (Ed.), *Anais do IV Simpósio Internacional de Inovação em Mídias Interativas* (pp. 711–723). Goiânia, Goiás, Brasil: Media Lab, UFG. Retrieved from <https://siimi.medialab.ufg.br/p/16333-anais-2016>
- Oliveira, Á., & Campolargo, M. (2015). From smart cities to human smart cities. In *Proceedings of the Annual Hawaii International Conference on System Sciences* (pp. 2336–2344). <https://doi.org/10.1109/HICSS.2015.281>
- Wolf, J., Borges, M., Marques, J. L., & Castro, E. (2019). *Smarter Decisions for Smarter Cities: Lessons Learned from Strategic Plans*, 7–30. https://doi.org/10.1007/978-3-319-96032-6_2

AUTHOR(S) NOTES

André Castello Branco holds a bachelor's degree in Computer Science and a Master's in Management at FGV in Brazil. He concentrated his studies on digital platforms of the sharing economy. He is a PhD student at the Information and Communication on Digital Platforms. Currently he is a researcher in project CeENTER. His research interest is on digital platforms for smart cities, territorial innovation and open data.

Oscar Mealha is a Full Professor at the Department of Communication and Art, University of Aveiro, Portugal. He develops his research in the area of "Information and Communication in Digital Platforms" in the context of "Knowledge Media and Connected Communities" with several projects, masters and doctoral supervisions and publications on methods and usability evaluation techniques and visualization of interaction/infocommunication activity. He is now (2015) involved in infocommunication mediation projects such as "Visualization of Open Data Dashboards for Citizen Engagement and Learning" in intelligent territories, eg. Águeda Smart City, Murtosa cyclable, ASLERD – aslerd.com

João Marques. Currently he is assistant professor at the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro, lecturing courses in the areas of Urban and Regional Planning (in the field of quantitative methods and techniques to support decision making). PhD in Social Sciences by the University of Aveiro, he did a MsC in Innovation and Regional Development Policies, and his graduation studies in Urban and Regional Planning by the same university. In 1999, he joined the research group CEIDET—Centre for Studies in Innovation and Territorial and Industrial Dynamics. Currently he is member of the research group on Planning and Innovation (GETIN-UA); and of the Research Unit in Governance, Competitiveness and Public Policies (GOVCOPP). He has been developing research in the fields of strategic spatial planning, spatial competitiveness analysis, studies related to higher education and economic models for regional development. He is currently coordinator of the Research Group of Systems for Decision Support – GOVCOPP; and coordinator of the Research Project DRIVIT-UP.

Prototyping and evaluating a mobile app to promote territorial innovation

André Castello Branco¹, Daniel Carvalho², Oksana Tymoshchuk³, Eliza Oliveira⁴, Fernando Ramos⁵, Maria João Antunes⁶, Luís Pedro⁷

¹ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • acastello@ua.pt

² University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • daniel.carvalh@ua.pt

³ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • oksana@ua.pt

⁴ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • elizaoliveira@ua.pt

⁵ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • fernando.ramos@ua.pt

⁶ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • mariajoao@ua.pt

⁷ University of Aveiro, Department of Communication and Art, DigiMedia • lpedro@ua.pt

ABSTRACT

This article reports on the development and validation processes of the prototype of a mobile app to foster territorial innovation, created by the WP3 team of the CeNTER. The prototype simulates the functionalities of a digital hypermediation platform designed to support community-led initiatives focusing on Tourism and Health and Well-being sectors.

In the design process, a user-centered approach was adopted. Following this approach, a digital platform prototype was developed, to support different usage scenarios (use cases), with four steps.

Firstly, a medium fidelity prototype was specified, and developed for iPhone using the Principle software. For this prototype, a set of (78) screens were developed to simulate the specified functionalities offering navigation through elements allowing an effective interaction. Secondly, after achieving a stable version of the prototype, heuristic testing with experts was conducted. This prototype intended to offer a simulated look and feel of a real mobile application, allowing the user to engage in a pleasant experience (Seifi, 2015). Continuous feedback from the users, in the initial stages of development of technological products, is crucial for detecting possible problems that a system may have. The prototype was previously evaluated by an internal team to obtain validation before moving on to the next steps. Thirdly, an accessibility assessment with an expert was remotely conducted. This process was moderated using ApowerMirror software that allowed access to the prototype, as well as the recording of the interactions carried out by the expert. The results were transcribed and analysed using a grid, defining the levels of priority and complexity of problems detected to be fixed. One of the main problems highlighted by the expert was the contrast between the graphic and text elements. Those issues were solved using contrast checker tools aligned with success criteria of WCAG 2.0. Finally, a microcopy test was performed by an expert to all the prototype content. This test was intended to identify whether the textual content used in the CeNTER prototype is adequate and correct, considering the context of the project, and both the lexical and terminological aspects were covered. All the 215 textual elements presented on the screens were evaluated in terms of the adequacy of each textual content. The expert was invited to provide suggestions for changing the textual elements that, in his opinion, should be modified. The data were subsequently analysed by the CeNTER team resulting in several improvements of the final version of the prototype.

This article will consist of four parts. The first part presents a theoretical framework concerning user-centered design approach to the development of mobile apps; the second part describes the methodological procedures adopted for the CeNTER app design and evaluation; the third part presents the results obtained; the fourth, and final, part discusses the main research outcomes and future research plans.

This roadmap to validate the prototype was very important to ensure that it relates to its scientific areas of territorial innovations relevant to the development of the Region.

KEYWORDS

Hypermediation, Digital Technologies, Territorial Innovation, Community-led initiatives, User-centered design.

FUNDING INFORMATION

This abstract was developed under the support of the the Integrated Research Program “CeNTER Community-led Territorial Innovation” (CENTRO 01-0145-FEDER-000002), funded by CENTRO2020 - Regional Operational Programme, under the PORTUGAL2020 Partnership Agreement, through the European Regional Development Fund.

Uso de tecnologias da comunicação para informações sobre COVID-19 em uma região brasileira

Anna Keylla da Silva dos Santos¹, Marcela de Abreu Moniz², Thiago Quinellato Louro³, Yonara Cristiane Ribeiro⁴, Rayara Mozer Dias⁵, Carolina de Alcantara Campos⁶, Núria Suiane dos Santos Soares⁷

¹ Programa de Enfermagem, Universidade Federal Fluminense • keylla.s_santos@hotmail.com

² Departamento de Enfermagem de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense • marceladeabreumoniz@gmail.com

³ Departamento de Enfermagem de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense • thialouro@hotmail.com

⁴ Departamento de Enfermagem de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense • yonaracristiane@id.uff.br

⁵ Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro • rayaramozer@gmail.com

⁶ Faculdade de Enfermagem de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense • carolinaguedes@id.uff.br

⁷ Faculdade de Enfermagem de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense • suiane.nuria@gmail.com

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar o uso de diferentes Tecnologias de Comunicação para disseminação de informações públicas sobre COVID19 entre a população da região sudeste do Brasil. Estudo transversal realizado com uma amostra de 2.477 respondentes por meio de formulário elaborado no GoogleForms disseminado por redes sociais. A maioria dos participantes eram mulheres (70,2%) com idade entre os 18 e 80 anos. As informações sobre a COVID-19 foram recebidas pela maior parte dos participantes por meio dos seguintes canais de comunicação: mídias tradicionais (jornal, televisão) (87,8%), mídias sociais (facebook, Instagram) (75,1%), whatsapp (48,2%), vídeos do youtube (38,6%), sites (50,5%) e outros (4,0%). A maioria gostaria de receber informações atualizadas da doença principalmente através do messenger/whatsapp (54,4%) e facebook/Instagram (36,5%).

PALAVRAS-CHAVE

Coronavírus, COVID19, Comunicação em Saúde, Participação da Comunidade

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Anna Keylla da Silva dos Santos, Enfermeira Residente em Enfermagem em Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense. Voluntária na REMOB do Morhan – Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase.

Marcela de Abreu Moniz, Doutora em Ciências em Saúde Pública e Meio Ambiente. Professora adjunta e pesquisadora do Departamento de Enfermagem do Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. Vice-líder do Grupo de Pesquisa CNPq Laboratório de Pesquisa e Experimentação de Tecnologias para o Ensino e Cuidado em Enfermagem (L@PETeCEnf).

Thiago Quinellato Louro, Pós-Doutor em Enfermagem. Doutor em Ciências. Professor Adjunto do Departamento de Enfermagem do Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Laboratório de Pesquisa e Experimentação de Tecnologias para o Ensino e Cuidado em Enfermagem (L@PETeCEnf).

Yonara Cristiane Ribeiro Doutora em Ciências. Professora adjunta do Departamento de Enfermagem do Instituto de Humanidades e Saúde. Coordenadora do curso de graduação em Enfermagem, campus Rio das Ostras. Pesquisadora do L@PETeCEnf. Universidade Federal Fluminense.

Rayara Mozer Dias, Mestranda em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Enfermeira Especialista em Enfermagem em Saúde Coletiva.

Carolina de Alcantara Campos

Estudante do curso de graduação em enfermagem da Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista do projeto de pesquisa (UFF).

Núria Suiane dos Santos Soares, Estudante do curso de graduação em enfermagem da Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista do projeto de pesquisa (UFF). E-mail: suiane.nuria@gmail.com

As tecnologias digitais auxiliando no empoderamento feminino: um caso real de combate à violência na área rural do nordeste do Brasil

Rossana Coely de Oliveira Moura¹, Luma Rodrigues de Oliveira², Ana Paula Benício³, Eveline Russo Sacramento Ferreira⁴

¹ Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais da Universidade de Aveiro • rcomoura@gmail.com

² Instituto Federal do Ceará – Campus Iguatu • lumanega.13@gmail.com

³ Programa de Pós-Graduação, Faculdade CDL • anabenicio@ubun3.com.br

⁴ Departamento de Comunicação e Artes, Universidade de Aveiro • eveline.sacramento@gmail.com

RESUMO

Sabe-se que a violência doméstica é considerada um fenômeno mundial, contudo as particularidades dos territórios onde esta se apresenta são determinantes para a condição de vida e reprodução social das mulheres. Em um estudo recente, o Fundo de População das Nações Unidas revelou projeções assustadoras nas quais, se a violência aumentasse em 20% durante os períodos de bloqueio (lockdown) em 2020, haveria 15 milhões de casos de violência por parceiro íntimo para um período médio de bloqueio de 3 meses, 31 milhões de casos para um bloqueio médio de 6 meses, 45 milhões para um bloqueio médio de 9 meses e 61 milhões se o período de bloqueio médio fosse de um ano (UNFPA, 2020).

No Brasil, esse cenário se repete. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos informou que as denúncias cresceram em média 14% até abril deste ano em relação ao mesmo período do ano passado (Mugnatto, 2020). Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Brasil de Fato, 2020), os dados cresceram significativamente desde março, com um aumento de 13,35% em fevereiro; 17,89% março e 37,58% em abril, quando comparados aos mesmos período de 2019. Nas áreas rurais não se tem dados atualizados.

No Nordeste do Brasil, onde a cultura machista e patriarcal é enraizada e nutrida pela ideologia falocêntrica, a violência doméstica é mais naturalizada e carrega em si requintes de crueldade. Ela leva a maioria das vítimas ao adoecimento físico e psíquico antes mesmo da violência física.

Dado o cenário exposto, se faz urgente pensar em estratégias que possibilitem a expansão da rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica em tempos de distanciamento social. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são grandes aliadas, uma vez que possibilitam tanto acesso à informação quanto a comunicação a redes de apoio.

Contudo, é necessário que as mulheres aprendam a usar essas tecnologias para que possam ter conhecimento de como acionar uma rede de proteção e buscar fortalecimento de sua renda financeira, uma vez que o mercado online está em crescente ascensão. É importante, sobretudo, que visualizem que uma vida sem violência é possível e necessária para o desenvolvimento saudável de toda humanidade.

Como caso real, apresentamos o município de Monsenhor Tabosa, localizado no Estado do Ceará, com extensão territorial de 886,137 km e população de aproximadamente 16.705 habitantes distribuídos em suas formas diversas de sociabilidade, no espaço urbano e rural. Aproximadamente 44% da população (7.350 habitantes) vive na Zona Rural e 56% (9.355 habitantes) na Zona Urbana. A população rural, cuja grande maioria é composta de agricultoras, indígenas e indígenas negras sofrem em silêncio a dor da violência. São mulheres vítimas de agressões por parte de seus companheiros. O estudo mostra o relato dessas mulheres e como as TICs as ajudaram no processo de conhecimento de seus direitos e de alcance a redes de proteção, além da ampliação de possibilidades de receitas alternativas.

PALAVRAS-CHAVE

Empoderamento feminino, Empreendedorismo, Combate à violência de gênero, Ferramentas digitais.

REFERÊNCIAS

Brasil de Fato. (07 de agosto de 2020). *Brasil de Fato*. Obtido de Aniversário da Lei Maria da Penha é marcado por aumento da violência doméstica: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/07/aniversario-da-lei-maria-da-penha-e-marcado-por-aumento-da-violencia-domestica>

Mugnatto, S. (12 de maio de 2020). *Câmara Legislativa*. Obtido em agosto de 2020, de Crescem denúncias de violência doméstica durante pandemia: <https://www.camara.leg.br/noticias/661087-crescem-denuncias-de-violencia-domestica-durante-pandemi>

UNFPA. (07 de abril de 2020). *United Nations Population Fund*. Obtido de Interim Technical Note Impact of the COVID-19 Pandemic on Family Planning and Ending Gender-based Violence, Female Genital Mutilation and Child Marriage, : <https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/COVID>

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Rossana Moura – Estudante do programa doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais da Universidade de Aveiro-PT. Membro pesquisadora do Grupo RRldata.com da Open University – UK. Membro do comitê Combate à violência contra mulheres do Grupo Mulheres do Brasil. Coordenadora do Projeto Anjos Digitais.

Luma Rodrigues de Oliveira - Bacharel em serviço social; pós graduada em legislação social e instrumentos técnicos do serviço social;

Técnica de Gestão na Secretaria do Trabalho e Assistência Social de Monsenhor Tabosa a 5 anos; com experiência de atuação no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e saúde da mulher.

Ana Paula Benício é mestre em Administração com linha de pesquisa em gestão e estudos organizacionais e ênfase em marketing, tendo como foco o comportamento do Consumidor pela Universidade Estadual do Ceará e graduada em Administração pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é diretora executiva da Ubun3 Marketing Inteligente e professora de pós graduação nas faculdades CDL, Unichristus, Uniateneu e Stella Maris. <http://lattes.cnpq.br/2185182169756401>

Eveline é doutora em Informática pela PUC-Rio, mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e graduada em Computação pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Nos últimos anos, dedicou-se à pesquisa em Web semântica, ontologias, verificação de restrições e integração de dados. Atualmente é pós-doutoranda na Universidade de Aveiro pelo Departamento de Comunicação e Arte.

Impacto do uso de TICs na promoção da inovação territorial: o caso de Chocontá, Colômbia

Heliodoro Arguello Arias ¹

¹ Universidad Nacional de Colombia • harguelloa@unal.edu.co

RESUMO

A partir da lei 1876 de 2017, na Colômbia, foi criado o Sistema Nacional de Inovação Agrícola. O eixo central desta lei são os sistemas de inovação territorial. A situação problemática decorre do fato de o apoio histórico às comunidades rurais ter sido prejudicado, entre outras causas, pela geografia acidentada do país e por ações centralizadas com pouca disponibilidade de talento humano para acompanhar os processos de inovação. O objetivo foi avaliar o potencial do uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) em processos de inovação com foco territorial no município de Chocontá, departamento de Cundinamarca, Colômbia. O sistema de inovação territorial está em construção e identificou o sistema de produção de batata como foco principal.

O desenho metodológico permitiu definir uma estratégia orientada à inovação na produção de batata, a partir do uso das TIC, como um canal de comunicação e inter-relação entre atores ou redes individuais. Os seguintes aspectos foram escolhidos como variáveis na aplicação das TICs: clima, preços e mercados y técnicos. Quatro instrumentos de pesquisa foram construídos para serem aplicados a uma amostra de 31 famílias produtoras de batata no setor de Piedra Sal, em Chocontá, Cundinamarca: (i) avaliação ex ante da atitude e uso das TICs; (ii) Workshops de conscientização, (iii) workshops de uso das TIC e (iv) avaliação ex post.

As informações obtidas foram analisadas por estatística descritiva, por análise de frequência para cada uma das variáveis examinadas.

Como principais resultados e contribuições do estudo, identificou-se que, embora exista um fornecimento de informações úteis por meio das TIC digitais e da Internet, a grande maioria das famílias rurais não tem acesso, seja por cobertura ou por falta de equipamentos de recepção. Da mesma forma, jornais atuais, programas de televisão e estações de rádio não são uma opção devido à baixa relevância de seus conteúdos. As redes sociais, articuladas através de nodos familiares com acesso à Internet, que disseminam informações de voz em voz ou com mensagens de texto, foram identificadas como a alternativa de maior sucesso. Identificou-se que os jovens têm mais conhecimento e interesse em TIC e podem ser nodos de ponte que servem para transferir as informações obtidas digitalmente para aqueles que, por várias razões, não podem obtê-las. Isso foi evidenciado pela pesquisa-ação realizada pelo grupo WhatsApp®.

Conclui-se que pelo menos inicialmente deve ser implementado um sistema de rede que garanta o acesso aos canais de comunicação escolhidos: chamadas de celular, mensagens de texto, grupo WhatsApp® ou aplicativo e e-mail similares. O acesso a esses canais pode não ser direto, mas pode ser através de vizinhos e familiares. Além disso, deve ser estabelecido um sistema de alerta precoce, no qual cada produtor concorda em relatar pragas e doenças extraordinárias, fortes variações nas variações de preços e temperaturas, entre outras informações consideradas pertinentes. Este sistema de alerta precoce da comunidade é um método de produção e reprodução de informações territoriais relevantes.

PALAVRAS-CHAVE

Sistemas de inovação territorial, redes, batata Colômbia.

The role of stakeholders' engagement in environmental assessment in promoting sustainable regions

Alexandra Polido¹

¹ GOVCOPP, Governance, Competitiveness and Public Policies, Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro, Campus de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal • a.polido@ua.pt

ABSTRACT

Global environmental and social challenges, such as climate change, biodiversity loss, natural resources use and social equity, urges the need to protect ecosystems and build inclusive societies towards sustainability. Such paradigm change is inextricably tied up with the understanding of the challenges, decision-making processes (e.g., policy, plans, programmes) and governance issues, in urban systems (Bai et al., 2016; Elmqvist et al., 2019). Scholars have pointed out that some instruments and techniques applied in this domain, such as Environmental Assessment (EA), have the potential to deliver a shift towards sustainability (Wolfram and Frantzeskaki, 2016). EA is an environmental policy tool that promotes and integrates sustainability into decision-making processes. It studies the decision-making effects on the environment and on the communities. It is a systematic, strategic and participated approach (Bina, 2007; Partidario, 2015). Previous work showed that EA advances sustainability in context-specific territories through governance and community empowerment (Polido et al., 2018). Even though the dominant EA scholarship focuses on rationality and process effectiveness to achieve sustainability, the empirical reality is that EA processes have a strong political, institutional, and cultural dimension which are affected by different stakeholders. This research aims at understanding how the stakeholders affect EA towards sustainability through the analysis of the public participation component of the EA process. The empirical studies explored a form of impact assessment commonly known as Strategic Environmental Assessment (SEA) which deals with the ex-ante evaluation of policies, plans and programmes (PPP). It was used a case-study research design using the Portuguese Regional Operational Programmes (2014-2020). In particular, the SEA processes were scrutinised through qualitative content analysis to the SEA report. The analytical framework entailed the type of public participation using Arnstein's ladder of citizen participation (Arnstein, 1969), number of participations, typology of actors, and the type of contribution (process or substantive). Preliminary results show that public participation is still developed through tokenism instead of stakeholder empowerment, there is an overall low participation and is mainly done by entities with environmental responsibilities. It is necessary to improve mechanisms to strengthen cooperation between stakeholders, and empowerment of practitioners and local stakeholders. Overall, this research contributes for the enhancement of knowledge of environmental policies, planning and sustainability within SEA processes.

KEYWORDS

Environmental assessment; sustainability sciences; urban systems; regional development.

REFERENCES

- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Bai, X., Surveyer, A., Elmqvist, T., Gatzweiler, F. W., Güneralp, B., Parnell, S., ... Webb, R. (2016). Defining and advancing a systems approach for sustainable cities. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 23, 69–78. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2016.11.010>
- Bina, O. (2007). A critical review of the dominant lines of argumentation on the need for strategic environmental assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, 27(7), 585–606. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2007.05.003>
- Elmqvist, T., Andersson, E., Frantzeskaki, N., McPhearson, T., Olsson, P., Gaffney, O., ... Folke, C. (2019). Sustainability and resilience for transformation in the urban century. *Nature Sustainability*, 2(4), 267–273. <https://doi.org/10.1038/s41893-019-0250-1>
- Partidario, M. R. (2015). A Strategic Advocacy Role in SEA for Sustainability. *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, 17(01), 1550015. <https://doi.org/10.1142/S1464333215500155>
- Wolfram, M., and Frantzeskaki, N. (2016). Cities and systemic change for sustainability: Prevailing epistemologies and an emerging research agenda. *Sustainability (Switzerland)*, 8(2). <https://doi.org/10.3390/su8020144>

AUTHOR(S) NOTES

Polido is a full researcher working on environmental and sustainability impact assessment of public policies, plans and programmes. She recently started the project entitled "Power in the institutional relations of Environmental Assessment through the practitioners' lens" funded by FCT. Her research has a strong interdisciplinary background, bridging different research lines such as public policies, regional planning, and environmental governance.

Assessing the sharing and exchange characteristics of fairbnb.coop

Marina A. Petruzzi¹, Catarina Marques² and Valerie Sheppard³

¹ Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Business Research Unit, Lisbon, Portugal and Unidade de Investigação em Turismo e Hospitalidade, Faculdade de Turismo e Hospitalidade, Universidade Europeia, Lisboa, Portugal • marina_petruzzi@iscte-iul.pt

² Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Business Research Unit, Lisbon, Portugal • catarina_marques@iscte-iul.pt

³ Unidade de Investigação em Turismo e Hospitalidade, Faculdade de Turismo e Hospitalidade, Universidade Europeia Lisboa, Portugal • vsheppard7@gmail.com

ABSTRACT

The sharing economy involves individuals sharing underutilized physical assets, for some form of compensation, for short periods of time, mostly intermediated through online platforms (Belk, 2014; Frenken & Schor, 2017; Hamari, Sjöklint, & Ukkonen, 2016; Wirtz et al., 2019). Although notions of sharing are often associated with positive connotations (Frenken & Schor, 2017; Heinrichs, 2013), the sharing economy is increasingly associated with negative realities. Such negative realities generally arise from the commercially-focused business model under which many organizations of the sharing economy function (Nieuwland & Van Melik, 2020). This is particularly so as it relates to the tourism industry and tourism-focused destinations (Dolnicar & Talebi, 2020). In response to some of these challenges, a new organization recently emerged (2019) in the tourism accommodation sector - Fairbnb.coop. It represents an alternative business model that reinvests in local community projects and is aimed at the social sustainability of the host community (Fairbnb.coop, n.d.).

This study is focused on analysing the extent to which Fairbnb.coop represents a sharing economy organization. More specifically, it aims to: (1) analyse how the characteristics of the sharing economy are represented by Fairbnb.coop; and, (2) identify where the organization falls with the Sharing-Exchange Continuum proposed by Habibi, Kim and Laroche (2016). To achieve this study's goals, semi-structured interviews were conducted with three leading co-founders of Fairbnb.coop. The interviews lasted approximately 45 minutes and were recorded with consent and transcribed for data analysis. A qualitative content analysis was undertaken (Cole, 1988), through a deductive approach, in which the categories for analysis were defined before the coding process (Mayring, 2014). The categories were developed from the characteristics adopted by Habibi et al. (2016).

The analysis indicates that Fairbnb.coop demonstrates the sharing characteristics of social bonds, sense of joint ownership, dependent, similarity to real sharing, social reproduction, singularity and money non-importance embodied in the organization. However, Fairbnb.coop also embodies the exchange characteristics of reciprocation, money relevance and calculation. The analysis further indicates that Fairbnb.coop represents a strong example of sharing over exchange characteristics and is therefore positioned closer to the sharing side of the continuum as opposed to the exchange side. Consequently, Fairbnb.coop has the potential to promote a more sustainable form of development within host communities, as it demonstrates characteristics associated with sharing, including the goal of minimizing the negative impacts associated with some sharing economy practices.

From a theoretical perspective, this study presents a new method to assess the positioning of organizations in the Sharing-Exchange continuum. While Habibi et al. (2016) applied a quantitative analysis based on customers point of view, this study uses a qualitative method based on the organization perspective. From a practical perspective, the findings of this study may assist organizations who wish to minimize the negative impacts associated with some sharing economy practices. Undeniably, these findings require future examination. For example, future studies could analyse to what extent Fairbnb.coop positively impacts the social sustainability of host communities.

KEYWORDS

Sharing economy, characteristics, Fairbnb.coop

REFERENCES

- Belk, R. (2014). You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. *Journal of business research*, 67(8),1595-1600.
- Cole, F. L. (1988). Content analysis: Process and application. *Clinical Nurse Specialist*, 2(1), 53–57.
- Dolnicar, S., & Talebi, H. (2020). Does hosting on Airbnb offer hosts vacation-like benefits? Proposing a reconceptualization of peer-to-peer accommodation. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 43, 111-119.
- Fairbnb.coop (n.d.). *About us*. Retrieved July 22, 2019, from <https://fairbnb.coop/about-us>
- Frenken, K. & Schor, J. (2017). Putting the sharing economy into perspective, *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 23, 3-10.
- Habibi, M.R., Kim, A., & Laroche, M. (2016). From sharing to exchange: An extended framework of dual modes of collaborative non-ownership consumption. *Journal of the Association for Consumer Research*, 1(2),277-294.

- Hamari, J., Sjöklint, M., & Ukkonen, A. (2016). The sharing economy: Why people participate in collaborative consumption. *Journal of the association for information science and technology*, 67(9), 2047-2059.
- Heinrichs, H. (2013). Sharing economy: a potential new pathway to sustainability. *GAIA-Ecological Perspectives for Science and Society*, 22(4), 228-231.
- Mayring, P. (2014). *Qualitative content analysis: Theoretical foundation, basic procedures and software solution*. Klagenfurt: Sage.
- Nieuwland, S., & Van Melik, R. (2020). Regulating Airbnb: how cities deal with perceived negative externalities of short-term rentals. *Current Issues in Tourism*, 23(7), 811-825.
- Wirtz, J., So, K.K.F., Mody, M.A., Liu, S.Q. and Chun, H.H. (2019), Platforms in the peer-to-peer sharing economy, *Journal of Service Management*, 30(4), 452-483.

AUTHOR(S) NOTES

Marina A. Petruzzi is a PhD Candidate, marina_petruzzi@iscte-iul.pt, and her current research interests are in the sharing economy and tourism sustainability.

Catarina Marques, PhD, is Assistant Professor at ISCTE Business School, Portugal. Her current research interests are in research methods and in tourism marketing.

Valerie Sheppard, PhD, researches in the areas of tourism ethics and sustainability. She also has a special interest in governance issues.

A Consciencialização Pública da Economia Circular: O Caso da Resíduos do Nordeste, EIM

Ana Rita Pinto¹, Cláudia S. Costa²

¹ Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança • ritaleitepinto@hotmail.com

² Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança • claudia@ipb.pt

RESUMO

O principal foco desencadeador do desequilíbrio ambiental advém do aumento da atividade humana e da constante procura de recursos naturais para atender às necessidades de consumo. Esta pressão nos recursos do planeta, torna necessária a busca pela redução do desperdício de materiais, pela reutilização de produtos e maiores ciclos de vida. O ecossistema natural tem assim mecanismos que lhe permitem gerar recursos a longo prazo e é com base neste sistema que surge a Economia Circular, como um processo de reciclagem, reutilização e reabsorção contínuo (Smol, 2018). Esta economia vem substituir a economia linear, permitindo prolongar o ciclo de vida dos materiais através de novos designs, a utilização de produtos remanufacturados, reciclagem, reutilização e reparação de materiais. Neste contexto, um dos objetivos centrais da União Europeia passa pela implementação desta economia mais sustentável e inovadora e que permita a redução do desperdício e o reaproveitamento (Fonseca, 2018). No entanto, entre muitos outros elementos, a transição para um modelo de economia circular pressupõe uma maior consciencialização da população sobre as suas escolhas, uma vez que estas afetam a produção/reutilização e reciclagem de resíduos urbanos. Sem uma constante sensibilização e informação dos hábitos amigos do ambiente, torna-se complexa a implementação destas medidas, uma vez que a sua execução tem início no foco do consumo – a população (Smol, 2018). Assim, tendo por base o projeto “Educar para uma Economia Circular”, promovido pela Resíduos do Nordeste, E.I.M., e com o principal objetivo de avaliar a consciência pública e as atitudes sobre a economia circular das populações dos 13 municípios que integram esta empresa intermunicipal, foram aplicados inquéritos por questionário, aos participantes das ações (população e responsáveis técnicos municipais). Apesar dos questionários estarem em fase de aplicação é expectável que a população alvo das ações de sensibilização demonstre algum desconhecimento dos hábitos ecológicos a implementar, tornando-se imperativo o reforço de ações informativas e sensibilizadoras. Ainda assim, pretendemos contribuir não só para o reforço teórico do modelo de economia circular e da sensibilização e consciencialização de hábitos mais ecológicos e sustentáveis, como também para reforçar a implementação e o alargamento de ações de sensibilização da entidade, em particular, e da população, em geral. De facto, um dos elementos a ter em conta futuramente passa pela comparação entre o conhecimento sustentável das populações alvo de ações de consciencialização e sensibilização e a população que não participa em ações do género.

PALAVRAS-CHAVE

Economia Circular, Consciencialização Pública, Resíduos Urbanos, Políticas Públicas Ambientais, Governo Local

REFERÊNCIAS

- Smol, M., Avdiushchenko, A., Kulczycka, J., & Nowaczek, A. (2018). Public awareness of circular economy in southern Poland: Case of the Malopolska region. *Journal of Cleaner Production*, 197, 1035-1045.
- Fonseca, L., & Domingues, J. (2018). Adoption of circular economy concepts and practices by Portuguese citizens and companies. In *Proceedings of the International Conference on Business Excellence*, 12 (1), 374-385.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Ana Rita Pinto. Mestranda em Administração Autárquica, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB). Licenciada em Solicitadoria, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB).

Cláudia S. Costa. Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB). Doutorada em Ciências da Administração pela Universidade do Minho, com uma tese sobre Políticas Públicas do Turismo nos Municípios Portugueses. É membro efetivo do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CITUR).

Rural images and meanings: how is the promotion of traditional local foods in gourmet specialty stores conveying rural culture and territories?

Teresa Forte¹ and Elisabete Figueiredo²

¹ Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro • teresaforte@ua.pt

² Department of Social, Political and Territorial Sciences and GOVCOPP, University of Aveiro • elisa@ua.pt

ABSTRACT

The increase number of urban venues selling rural and locally produced foods is at par with an emerging interest of consumers in those products as opposed to more massified and industrial ones. This shift appears to partake a new form of rural urban relationship in which gourmet specialty stores may have a paramount role since they not only sell the actual products but are also showcases of specific territories, production processes and “savoir-faire” embedded in local, regional and cultural identities (Béssière, 1998; 2013; Figueiredo, 2020). The exploration of the symbolic elements of the rural travelling this chain of producers, retailers, distributors and consumers may provide some cues about rural representations as well as about the role of these products and processes in the valorization and sustainable development of rural communities.

The present study aims to explore the ways in which the production to consumption processes of traditional foodstuffs are portrayed, with special focus on the territories in which they are produced and/or prepared. Therefore, the study aims at contributing to a deeper understanding of the image of the rural traditional food products commercialized by urban stores, in order to unveil the connections with rural territories and its characteristics.

In order to achieve that aim, a set of diversified materials used in the promotion of these products by specialty or 'gourmet' stores were analyzed. Documents analysed include promotional materials (brochures, cards and websites) as well as social media posts (Instagram and Facebook) of a sample of 30 specialty gourmet stores located in Aveiro (n= 5); Porto (n= 13) and Lisbon (n= 12). The materials, created by the store and/or by producers or distributors, were physically collected in visits to the stores. The social media posts and websites information were systematically and manually collected directly from each store online page, when available. Overall, 3303 images and 2783 texts from promotional materials (n=12); Websites (n=1041); Facebook posts (n=1847) and Instagram posts (n= 1389) were subjected to a content analysis using NVivo 12 software, using a coding scheme built upon the literature review and empirical analysis.

Overall, and regardless of the media used, results show that the products' promotion draws heavily on their geographical origins, meaning that provenance matters when commercializing and consuming specialty foodstuffs. Besides objective and spatial references using maps, there is a special emphasis on biophysical properties of the territories and their impact on the quality of the products. This is particularly evident with the exaltations of certain “terroirs” as exceptional for high quality wine and olive oil or specific regions with traditional animal races and husbandry practices. In this regard, the local producer is frequently mentioned evoking a certain proximity, which is also very common in the case of cheese, cold/cooked meats and honey/jams where the producer and its traditional and artisanal way of making the product is clearly put in evidence. The impact of the production of these local foodstuffs in rural development occurs mainly in materials alluding to producers or stores that openly embrace an ecological and sustainable mission.

FUNDING INFORMATION

This study was elaborated in the ambit of STRINGS - Selling The Rural IN (urban) Gourmet Stores – establishing new liaisons between town and country through the sale and consumption of rural products (PTDC/GES-OUT/29281/2017/ POCI-01-0145-FEDER-029281), a 3 year research project. STRINGS is funded by the POCI - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020, FEDER) and by Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (FCT, IP). <https://www.stringsproject.pt/>

KEYWORDS

Traditional and local foods; gourmet specialty stores; promotional materials and social media; content analysis; rural territories

REFERENCES

- Béssière, J. (1998). Local development and heritage: traditional food and cuisine as tourist attractions in rural areas. *Sociologia Ruralis*, 38: 21–34.
- Béssière, J. (2013). ‘Heritagisation’, a challenge for tourism promotion and regional development: an example of food heritage. *Journal of Heritage Tourism*, 8: 275–291.
- Figueiredo, E. (2020). Rural Provenance Food as Cultural Heritage - a way of promoting rural attractiveness and development? In Oliveira, L.; Migueis, A. C. and Melro, A. (Eds.). *Handbook of Research on Cultural Heritage and Its Impact on Territory Innovation and Development*, Hershey, IGI Global (in press).

AUTHOR(S) NOTES

Teresa Forte is a researcher of the project STRINGS - Selling The Rural IN (urban) Gourmet Stores – establishing new liaisons between town and country through the sale and consumption of rural products at the Department of Social, Political and Territorial Sciences (DCSPT) of the University of Aveiro, Portugal. She holds a European PhD in the area of Social Psychology and Communication from the Faculty of Medicine and Psychology of “La Sapienza” University of Rome, Italy.

Elisabete Figueiredo is a sociologist and an associate professor with habilitation at the Department of Social, Political and Territorial Sciences (DCSPT) as well as a full researcher at GOVCOPP – Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies, University of Aveiro. She is the coordinator of the research project: STRINGS - Selling The Rural IN (urban) Gourmet Stores – establishing new liaisons between town and country through the sale and consumption of rural products.

Emergência de redes alimentares alternativas na Área Metropolitana de Lisboa (AML): práticas, barreiras e oportunidades

Sofia Bizarro¹, Maria de Fátima Ferreiro², Isabel Salavisa³

¹ *Dinâmia'CET- Iscte, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território* • sofia.bizarro@iscte-iul.pt

² *Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa* • fatima.ferreiro@iscte-iul.pt

³ *Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa* • isabel.salavisa@iscte-iul.pt

RESUMO

O sistema agroalimentar ocupa uma posição central nos desafios societais contemporâneos. A inadequação do seu modelo de desenvolvimento reforça cada vez mais a necessidade e a oportunidade de promover a sua transição para moldes mais sustentáveis (Sutherland et al., 2015). Este processo implica o desenvolvimento de novas lógicas de produção e consumo, assim como uma profunda reestruturação funcional, económica e social que será determinante para o incremento da resiliência territorial (Spaargaren et al., 2012). Neste contexto, a presente investigação propõe uma reflexão sobre o potencial das redes alimentares alternativas (e.g., circuitos curtos de abastecimento, sistemas de agricultura participada ‘community supported agriculture’, agricultura biológica) como catalisadores dessa mudança (Goodman et al., 2012; Tibério, 2013). O contexto analítico da investigação centra-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e procura compreender a posição estratégica deste território no contexto das transições do sistema agroalimentar. Para o efeito, foram conduzidos diversos estudos de caso sobre iniciativas inovadoras em diferentes posições na cadeia de abastecimento alimentar (i.e., produção, transformação, distribuição e consumo). A caracterização destes projetos e dos seus ‘stakeholders’ baseou-se sobretudo na informação recolhida através de entrevistas semiestruturadas a atores-chave (i.e. empresários e líderes das iniciativas). A metodologia adotada pretende ilustrar as dinâmicas de inovação de base local (i.e., perfil e motivações dos seus promotores, políticas públicas, redes de parcerias) e os recursos (i.e., disponibilidade de solo, água, infraestruturas logísticas) necessários à estruturação de novos modelos de gestão, planeamento e governança que estimulem um novo paradigma de sustentabilidade. Os resultados da investigação pretendem evidenciar os fatores-chave subjacentes ao processo de transição e avaliar o impacto e as oportunidades criadas pelas sinergias cidade-campo nas múltiplas esferas do desenvolvimento sustentável (i.e., económico, ambiental e social) e na materialização de uma nova geografia alimentar.

PALAVRAS-CHAVE

Redes Alimentares Alternativas, Sistemas Alimentares, Transições, Sustentabilidade, Área Metropolitana de Lisboa.

REFERÊNCIAS

- Goodman, D., DuPuis, E.M., & Goodman, M.K (2012). *Alternative Food Networks Knowledge, practice, and politics*. New York: Routledge.
- Spaargaren, G., Oosterveer, P., & Loeber, A. (2012). Sustainability Transitions in Food Consumption, Retail and Production. In G. Spaargaren, P. Oosterveer & A. Loeber (Eds.), *Food Practices in Transition Changing Food Consumption, Retail and Production in the Age of Reflexive Modernity*. (pp.1-31). New York: Routledge.
- Sutherland, L.A., Darnhofer, I., Wilson, G.A., & Zagata, L. (2015). *Transition Pathways towards Sustainability in Agriculture: Case Studies from Europe*. Boston: CAB International.
- Tibério, M.L. (2013). Sistemas Agroalimentares Locais e Comercialização em Circuitos Curtos de Proximidade. *Revista da Rede Rural Nacional*, (3), 6–9.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Sofia Bizarro, licenciada em Geografia e Planeamento Regional e mestre em Gestão do Território, com especialização em Detecção Remota e Sistemas de Informação Geográfica (FCSH-UNL). Atualmente é investigadora assistente no projeto ‘SPLACH - Spatial Planning for Change’ no centro de investigação Dinâmia'CET-Iscte no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Maria de Fátima Ferreiro, Professora do Departamento de Economia Política do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e investigadora do Dinâmia'CET-Iscte. Agregação e doutoramento em Economia. Atividades de ensino e pesquisa nas áreas de economia política, território, meio ambiente e questões de sustentabilidade. Atualmente diretora da Escola de Ciências Sociais e Humanas.

Isabel Salavisa, Professora Catedrática de Economia no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Lisboa, e membro do Dinâmia'CET-Iscte, onde co-coordena o Grupo de Investigação ‘Inovação e Trabalho’. As suas áreas de pesquisa são economia da inovação; e transições para a sustentabilidade. Desenvolve atualmente investigação no Projeto ‘SPLACH – Spatial Planning for Change’, financiado pelo Compete 2020.

Estratégias de especialização inteligente e políticas públicas para o mar: contributos para a governança regional

Carla Santos¹, Carlos Rodrigues², Sara Moreno Pires³

¹ Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • carla.santos@ua.pt

² Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • cjose@ua.pt

³ Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • sara.pires@ua.pt

RESUMO

O crescente reconhecimento da importância dos oceanos para o desenvolvimento sustentável (DS), a par dos efeitos negativos a que estes estão sujeitos pela ação humana (perda de biodiversidade, poluição e impactos das alterações climáticas, entre outros), tornam urgente a adoção de novas Políticas Públicas dedicadas ao mar. Desde os anos de 1990, diversos documentos de política com foco no mar têm vindo a ser propostos a distintas escalas territoriais, a par da atenção por parte de instâncias internacionais como a OCDE ou as Nações Unidas (Agenda ODS 2030 e “Década da Ciência Oceânica 2021-2030”).

No período 2014-2020, o mar assumiu-se como um domínio prioritário na Europa, no âmbito de algumas estratégias de especialização inteligente (RIS3), as quais têm vindo a servir como quadro de referência da política de coesão regional a nível europeu. A complexidade dos processos de formulação e implementação das RIS3 e a natureza multidisciplinar dos domínios regionais estratégicos por elas abrangidos, requerem formas de cooperação interinstitucional e de governação multinível, que combinem estruturas organizativas centralizadas, com outras formas de tomada de decisão mais participadas e colaborativas por parte dos atores regionais.

O presente artigo, aplicando a investigação aos processos de RIS3 no período 2014-2020, pretende analisar o enquadramento do domínio prioritário Mar em quatro regiões específicas: Região Centro, Região Autónoma dos Açores, Região Norte e Região da Galiza, em Espanha. Os principais objetivos são: i) compreender o modo de coordenação entre os níveis de governança inerentes à formulação e operacionalização das RIS3, no geral, e o inerente processo de descoberta empresarial (EDP) promovido pela agenda de política Europeia de inovação nestas RIS3; ii) compreender a importância, o investimento e os atores dessas RIS3 no domínio do mar; e, iii) identificar os obstáculos e fatores facilitadores à materialização das estratégias de especialização com foco no mar, em ações no território, visando um desenvolvimento regional inovador e sustentável.

A metodologia utilizada para responder a estes três grandes objetivos assenta em três grandes dimensões de análise: Inclusão, Eficácia e Aprendizagem. Para o efeito, far-se-á uma revisão de literatura, recolha e análise de documentação relativa às RIS3 citadas e, numa fase posterior, recolha de dados primários resultantes da realização de entrevistas semiestruturadas a atores regionais, envolvidos nas RIS3, designadamente, nos grupos de trabalho/plataformas relacionadas com o mar. Os resultados e conclusões decorrentes da investigação, visam apoiar os processos de programação da segunda geração das estratégias de RIS3 em curso em Portugal, e a sua implementação no período 2021-2027, para reforçar políticas públicas do mar que fomentem um DS.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas, Governança, Especialização Inteligente, Mar, Sustentabilidade

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Carla Santos. Mestre em Inovação e Políticas de Desenvolvimento e licenciada em Planeamento Regional e Urbano, pela Universidade de Aveiro. Aluna do Programa Doutoral em Políticas Públicas, a desenvolver tese com o título: “Mar, Política Pública e desenvolvimento: o poder transformativo das Estratégias de Especialização Inteligente (RIS3).” Domínios de interesse: Desenvolvimento territorial; Sustentabilidade; Governança.

Carlos Rodrigues. Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais (DCSPT) da Universidade de Aveiro. Doutor em Ciências Sociais, desenvolve a sua atividade de investigação na Unidade de Investigação GOVCOPP sobre sistemas de inovação territorial, teoria e prática do planeamento e estudos asiáticos. É atualmente Diretor do DCSPT e coordenador do Centro de Estudos Asiáticos e do Mestrado em Estudos Chineses da UA.

Sara Moreno Pires. Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e Investigadora da Unidade de Investigação GOVCOPP. É doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente, mestre em Desenvolvimento e Planeamento e licenciada em Economia. É atualmente diretora executiva da Organização Casa Comum da Humanidade e coordenadora científica do projeto “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”.

Valorização das Praias da Albufeira do Azibo: Aplicação de um Modelo Hedónico

Mário Almendra¹, Cláudia S. Costa², Eduardo Pinheiro³

¹ Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança • almendra.mario@gmail.com

² Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança • claudia@ipb.pt

³ Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança • pinheiro@ipb.pt

RESUMO

A aplicação de modelos hedónicos a bens públicos (puros) turísticos é bastante limitada. Todavia, se atentarmos que a maioria das praias constituem importantes recursos turísticos e são, na sua maioria, consideradas bens públicos puros, a utilização destes modelos pode revelar-se útil na formulação e implementação de políticas públicas locais mais eficientes. Deste modo, é nosso objetivo explorar a disposição a pagar dos visitantes das praias da Albufeira do Azibo, bem como o valor de uso e de não uso dos respetivos recursos naturais (Rigall-I-Torrente & Fluvià, 2011; Alves, Rigall-I-Torrent, Ballester, Benavente e Ferreira, 2015). Na senda deste processo verdadeiramente desafiante, foi tido em consideração a adoção de uma abordagem mista, no sentido de determinar o valor de uso e de não uso daqueles recursos. Assim, foram consideradas as características naturais intrínsecas e as estruturas existentes naquelas praias para estimar o valor daquele recurso turístico a partir das preferências reveladas pelos seus utilizadores, estimando-se uma função de preço hedónico (Alves et al, 2015) e, paralelamente, tendo em vista o fornecimento de informação adicional às entidades responsáveis pela sua gestão, procurou-se também avaliar a disposição a pagar pelo uso daqueles recursos, considerando os recursos existentes e outros a criar, nomeadamente infraestruturas de apoio novas ou reformuladas. Assim, e dadas as preferências declaradas, estimou-se, através do método dos valores contingentes, o montante que os visitantes estariam dispostos a pagar, num mercado hipotético, pela disponibilidade daqueles recursos. Para o efeito foi adotado um plano multimétodos, seguindo quer uma abordagem quantitativa (aplicação de um inquérito por questionário aos visitantes das praias da Albufeira do Azibo durante a época balnear de 2020), quer uma abordagem qualitativa (realização de entrevistas semiestruturadas) (Silvestre & Araújo, 2012). Os primeiros resultados, ainda que preliminares, sugerem de forma consistente a disponibilidade dos visitantes a pagar pela preservação ambiental dos recursos naturais, isto é, pelo não uso, sendo que tal já não se sucede quando se coloca a possibilidade de pagar pelo uso ou melhoria/ampliação da disponibilidade de serviços/estruturas de apoio às praias da Albufeira do Azibo. À semelhança do sucedido com outros estudos (Liu, Liu, Zhang, Qu, & Yu, 2019), também neste caso poderá existir um enviesamento do mercado hipotético, pois o montante que os visitantes declaram estar dispostos a pagar pelo uso dos recursos das praias da Albufeira do Azibo poderá de alguma forma estar mais relacionado com questões simbólicas ou afetivas do que, eventualmente, com o seu uso propriamente dito. Adicionalmente, o facto de existir um número limitado de estudos nesta área dificulta a generalização dos resultados obtidos, tanto mais que o presente trabalho assenta num estudo de caso focado apenas nas praias da Albufeira do Azibo. De igual modo, e contrariamente ao observado em anos anteriores, o número dos visitantes diminuiu drasticamente tendo predominado visitantes da área metropolitana do Porto, o que poderá constituir algum tipo de enviesamento face ao perfil-tipo de visitante pré-COVID. Ainda assim, pretendemos, contribuir para um tema ainda pouco desenvolvido no contexto das políticas públicas de turismo e do desenvolvimento sustentável e facilitar, aos atores públicos locais, a definição de um valor mais eficiente que promova a preservação daquele bem público.

PALAVRAS-CHAVE

Disposição a Pagar, Valor de Não Uso, Bens Públicos Turísticos, Modelo Hedónico, Governo Local.

REFERÊNCIAS

- Alves, B., Rigall-I-Torrent, R., Ballester, R., Benavente, J. & Ferreira. (2015). Coastal erosion perception and willingness to pay for beach management (Cadiz, Spain). *Journal of Coastal Conservation*, 19(3), 269-280.
- Liu, J., Liu, N., Zhang, Y., Qu, Z., & Yu, J. (2019). Evaluation of the non-use value of beach tourism resources: A case study of Qingdao coastal scenic area, China. *Ocean & Coastal Management*, 168, 63-71.
- Monty, B. & Skidmore, M. (2003). Hedonic pricing and willingness to pay for bed and breakfast amenities in Southeast Wisconsin. *Journal of Travel Research*, 42(2), 195-199.
- Rigall-I-Torrent, R. & Fluvià, M. (2011). Managing tourism products and destinations embedding public good components: A hedonic approach. *Tourism Management*, 32, 244-255.
- Silvestre, Hugo Consciência e Araújo, Joaquim Filipe (2012), *Metodologia para a Investigação Social*, Escola Editora.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Mário Almendra. Mestrando em Administração Autárquica, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB). Técnico Superior na Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, exerce funções na Secção de Contratação Pública. Atuou como Coordenador de diversos projetos organizados e participados pelo Município de Macedo de Cavaleiros.

Cláudia S. Costa. Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB). Doutorada em Ciências da Administração pela Universidade do Minho, com uma tese sobre Políticas Públicas do Turismo nos Municípios Portugueses. É membro efetivo do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CITUR).

Eduardo Pinheiro. Professor Adjunto convidado da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB). Especialista em Gestão e Administração. CEO e consultor de empresas, autarca e dirigente associativo.

Social learning and innovation in sustainability transitions – seven Portuguese initiatives compared

Margarida B. Monteiro¹, Maria Partidário², Joana Dias³, Isabel Loupa Ramos⁴, Teresa Fidélis⁵, Teresa Pinto-Correia⁶, Catarina Madeira⁷, Maria Rivera Méndez⁸ and José da Veiga⁹

¹ Instituto Superior Técnico, University of Lisbon • margarida.monteiro@tecnico.ulisboa.pt

² Instituto Superior Técnico, University of Lisbon • mariapartidario@tecnico.ulisboa.pt

³ Instituto Superior Técnico, University of Lisbon • joanafmdias@tecnico.ulisboa.pt

⁴ Instituto Superior Técnico, University of Lisbon • isabel.ramos@tecnico.ulisboa.pt

⁵ University of Aveiro • teresafidelis@ua.pt

⁶ University of Évora • mtpc@uevora.pt

⁷ University of Aveiro • catarinabmadeira@ua.pt

⁸ University of Évora • mrmendez@uevora.pt

⁹ University of Évora • jffveiga@uevora.pt

ABSTRACT

TRUST (social innovation sTRategies for sUSTainability transitions) is a research project that focus on sustainability transition (ST) initiatives in urban and rural Portugal, supported on social learning and innovation. The research aims to investigate forms of social innovation (SI) that can drive community change at local scale, in the context of different social-ecological systems. The analytical process is based upon seven selected initiatives, which have as common purpose to create locally based ST, and the adopted strategies that can enable change in approaches, routines, practices, systems and mind-sets – which we recognize as components of SI. The state of art has been reviewed on three core concepts - SI, ST and Governance - and a conceptual model was developed for SI to enable ST for transformative change. A participatory research approach is adopted and applied to local communities in specific urban and rural social-ecological contexts in Aveiro, Évora and Lisboa. Results from empirical observation are compared in seven case studies: (i) “A Avó veio trabalhar” about active ageing and intergenerational relationships (ii) “Bela Flor Respira” about sustainable systems and transformation of behaviours; (iii) “Ciclaveiro” about sustainable mobility and cultural habits; (iv) “Civic Lab” about community well-being and empowerment; (v) “Cooperative Minga” about business models and knowledge transfer; (vi) “Montado” about business models and ecosystem services; (vii) “Organisation of Fisherwomen in Murtosa” about gender equality and transformation of mind-sets. In this presentation we will share the results of the analysis so far available, through comparison of these seven initiatives by looking into actors’ values, motivations and behaviours driven by contextual dynamics, and the governance system capacity to foster SI for transformative change. Lessons are shared on to what extent these initiatives promote SI (and how they do it) and if they are able of leading transformative changes, as an experiment to theoretically and empirically explore how to enable social innovation for transformative change.

KEYWORDS

Social Innovation, Sustainability Transitions, Local initiatives, Portugal.

AUTHOR(S) NOTES

Margarida B. Monteiro. Ph.D. in Environmental Engineering at Instituto Superior Técnico (IST), Universidade de Lisboa, with specialisation in strategic and sustainability assessment and governance, currently an integrated researcher at the Centre for Management Studies of IST (CEG-IST) and an invited lecturer in the Civil Engineering Department of IST. Leading doctoral researcher of the TRUST project.

Maria Partidário. Professor of the Instituto Superior Técnico (IST), Universidade de Lisboa, on strategic assessment for sustainability, author of the methodology Strategic Thinking for Sustainability (ST4S) for integrated and systemic strategic approaches in transition processes to sustainability, promoting social innovation as an intrinsic ability of individuals and communities within socio-ecological and governance frameworks, TRUST project PI.

Joana Dias. Environmental engineer, PhD researcher at Instituto Superior Técnico, Portugal, within the Strategic approaches to ENvironment and SUSTainability research group (SENSU). Currently developing the PhD thesis, within TRUST, on the potential of social innovation (SI) to create transformative capacity in communities. Recent work is on SI and sustainability transitions with a particular interest in urban resilience and community well-being.

Isabel Loupa Ramos. Landscape Architect, Master in Human Geography and Spatial Planning and PhD in Environmental Engineering. Her main research focus is grounded in the landscape concept exploring the interface of cultural and natural processes in the framework of spatial planning. She is presently strongly invested in the creation a landscape observatory (Chamusca, Portugal) for the development of a community-based project.

Teresa Fidélis. Assistant Professor at the Department of Environment and Planning of the University of Aveiro and integrated researcher in CESAM. Holds a PhD in Applied Sciences Environmental Sciences by the University of Aveiro, Portugal, a “Master of Philosophy in Town and Country Planning” by the University of Manchester, UK, and a BSc (5yr) Urban and Regional Planning by University of Aveiro, Portugal.

Teresa Pinto-Correia. Geographer, European Masters in Environmental Management, PhD in Copenhagen on Landscape Ecology and Management. Professor in the University of Évora with habilitation on rural geography and management of landscape multi-functionality, Director of MED institute, and Professor at the Department of Landscape, Environment and Planning.

Catarina Madeira. Involved in FCT TRUST projects on social innovation.

Maria Rivera Méndez. Postdoc Researcher for the University of Évora currently involved in H2020 project LIAISON and FCT TRUST projects on social innovation. Ph.D. on Rural Development Project Planning and Sustainable Management by the Technical University of Madrid. Graduated from Keele University in the U.K. on Environmental Sciences and International Relations.

José da Veiga. Collaborating member of the MED – Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e desenvolvimento. Currently involved in FCT TRUST projects on social innovation.

Bem-estar e qualidade de vida como medida de inovação: dados de um estudo com colaboradores de empresas da região Centro de Portugal

Cláudia Figueiredo¹, Ana Daniel², Carlos F. Silva³ & Sandra C. Soares⁴

¹ GOVCOPP, Universidade de Aveiro • claudiafigueiredo@ua.pt

² GOVCOPP, Universidade de Aveiro • anadaniel@ua.pt

³ Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Aveiro • csilva@ua.pt

⁴ Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Aveiro • sandra.soares@ua.pt

RESUMO

Uma parte importante da literatura que aborda os temas da inovação quer ao nível das empresas, quer dos territórios refere o capital humano como recurso para alavancar e ou estimular o desenvolvimento e a inovação. Desse modo, o capital humano é considerado mais um recurso, um fator potenciador de inovação essencialmente de carácter tecnológico ou inovação baseada no conhecimento, remetendo assim para a formação e as competências das pessoas. Contudo, uma visão mais integrada ou holística da inovação de base territorial terá de passar, inevitavelmente, por colocar aspetos como a qualidade de vida e o bem-estar a par dos tradicionais aspetos económicos e não apenas como um recurso que permite alavancar este último. Esta é uma perspetiva que tem ganho força e interesse no âmbito do discurso político, nomeadamente através de grandes organizações internacionais, como a OCDE, a União Europeia e as Nações Unidas, cujo resultado tem sido uma intensa recolha de dados que permitem comparações entre a quase totalidade dos países do mundo. Colocar o foco de atenção nas pessoas como critério de inovação tem o duplo efeito de chamar a atenção para a importância de se ter territórios promotores de bem-estar, mas igualmente territórios com pessoas competentes na promoção de inovação com reflexo a nível económico. Efetivamente, as dimensões de avaliação subjetiva, ou seja, a forma como cada pessoa individualmente avalia a satisfação com a sua vida, a intensidade das suas emoções positivas e negativas, a satisfação com o trabalho e com os seus relacionamentos tem estado sistematicamente associada a melhores níveis de saúde, maior satisfação e produtividade no trabalho, maior criatividade, entre outros aspetos tão centrais para a inovação, quer mais centrada em tecnologia, conhecimento e produtividade, quer inovação de âmbito mais social.

Sabendo que quanto mais interligadas estas dimensões estiverem mais consistente será o desenvolvimento sustentável de uma região, importa considerar a qualidade de vida e o bem-estar das populações a par dos diferentes indicadores económicos, ambientais e sociais. Com este objetivo, no âmbito do programa CeNTER procedeu-se a uma investigação que pretendeu conhecer, entre outros aspetos de inovação, os níveis de bem-estar subjetivo, perceções de saúde e qualidade de vida de pessoas em situação profissional ativa. Esta investigação desenvolveu-se em dois níveis agregados de recolha de dados: (1) indicadores de inovação de empresas e (2) indicadores de bem-estar subjetivo e qualidade de vida dos colaboradores dessas empresas. Um total de 376 colaboradores de 45 empresas privadas da região Centro de Portugal responderam a um questionário. Os resultados revelam níveis médios de bem-estar subjetivo, assim como perceções médias a elevadas de saúde relacionadas com a capacidade para o trabalho. Na generalidade, discute-se a evidência de uma margem importante para a promoção da melhoria da avaliação individual dos profissionais destas empresas e, nesse sentido, um acréscimo das suas perceções de bem-estar e qualidade de vida e inerentemente um acréscimo de inovação.

PALAVRAS-CHAVE

Bem-estar subjetivo, Qualidade de vida, Inovação, Capital Humano, População ativa.

INFORMAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Este resumo foi elaborado no âmbito do Programa Integrado de IC&DT “CeNTER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial”, (CENTRO-01-0145-FEDER-000002), financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO2020), no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Is it really so strange? Active ageing in the eyes of local stakeholders

Alexandre Fernandes¹, Teresa Forte², Sara Diogo³, Fernando Alves⁴ and Gonçalo Santinha⁵

¹ *Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal* • alexandrefernandes@ua.pt

² *Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, GOVCOPP, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal* • teresaforte@ua.pt

³ *Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, GOVCOPP, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal* • sara.diogo@ua.pt

⁴ *Departamento de Engenharia Civil, CITTA, Universidade do Porto, Porto, Portugal* • alves@fe.up.pt

⁵ *Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, GOVCOPP, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal* • g.santinha@ua.pt

ABSTRACT

The pace of population ageing is increasingly faster and represents a key challenge to public policies worldwide. International and national guidelines have been aimed at promoting active ageing while creating the necessary conditions for decision makers and other actors work together, triggering new governance mechanisms, capable of implementing local policies of active ageing. In the present context of the Covid-19 pandemic, the challenges become even more pertinent as elderly people tend to be self-isolated.

Focusing on the Portuguese context, this paper addresses the following questions: (i) How are local governments and other actors conceptualizing active ageing? (ii) What have been their priorities? (iii) Which governance mechanisms have been used to implement such policies? A mixed methods sequential explanatory design combining a survey conducted at national level and interviews with key actors in NUTS III Aveiro Region (Portugal) was employed, so as to identify and understand the underpinning governance mechanisms.

Findings confirm the 'passive organization type' in which European politico-territorial studies tend to place Portugal. Gaps were found in the way policies are formulated, implemented and evaluated, as well as a lack of coordination between decision levels. The results of this study can have important impacts on how local governments and other stakeholders will prepare themselves in the post pandemic period to design and implement policies addressing active ageing.

KEYWORDS

Active ageing, Local policies, Governance.

AUTHOR(S) NOTES

Alexandre Fernandes is a PhD student in Public Policies at the University of Aveiro. He has a degree in Gerontology from the School of Health of the University of Aveiro and a MSc in Administration and Public Management. His main research areas of interest are ageing policies, health and governance.

Teresa Forte is a researcher at the Department of Social, Political and Territorial Sciences (DCSPT) of the University of Aveiro (UA), Portugal. She holds a European PhD in the area of Social Psychology and Communication from the Faculty of Medicine and Psychology of "La Sapienza" University of Rome, Italy.

Sara Diogo is an invited Assistant Professor at the Department of Social, Political and Territorial Sciences (DCSPT) of the University of Aveiro (UA), Portugal, and a post-doc researcher of the Governance, Competitiveness and Public Policies Research Unit (GOVCOPP). She holds a joint PhD in Higher Education Policies with the University of Jyväskylä, in Finland, and the University of Aveiro.

Fernando Alves is an Assoc. Professor with Habilitation at the Department of Civil Engineering of the Faculty of Engineering – University of Porto, and Senior Researcher at the Research Center of Territory, Transports and Environment – CITTA (FEUP/FCTUC). He holds a PhD in Urban and Regional Planning. His current research interests are inclusive and bioclimatic urban design, ageing friendly cities, healthy cities and zero carbon cities.

Gonçalo Santinha is an Assistant Professor and researcher at the Department of Social, Political and Territorial Sciences (DCSPT) of the University of Aveiro (UA), Portugal, and a member of the Governance, Competitiveness and Public Policies Research Unit (GOVCOPP). He holds a PhD in Social Sciences and his main research areas of interest are territorial governance, health geography and public policies.

Segurança ciclável e vida humana

Zuleide O. Feitosa¹, José Carlos Mota²

¹ Departamento de Processos Psicológicos Básicos-PPB, Universidade de Brasília, Brasil • zld.feitosa@gmail.com,

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro, Portugal • jcmota@ua.pt

RESUMO

No contexto da mobilidade, a bicicleta é parte do ambiente urbano compartilhado. Nessa perspectiva, a segurança viária é tema de forte interesse da comunidade científica por se tratar tanto dos fatores humanos (o comportamento), quanto do planejamento urbano que influencia o modo como as pessoas se deslocam (Yang et al. 2019). Dessa maneira, a mobilidade das grandes cidades tem sido um constante desafio para os planejadores, decisores e pesquisadores (Useche et al., 2018; Lanying Sun et al., 2019). Embora a bicicleta faça parte do espaço urbano compartilhado, os meios de deslocamentos ainda estão predominantemente focados na mobilidade motorizada (Feitosa et al., 2014). O que tem produzido de um lado, alguns resultados negativos, por exemplo, o aumento expressivo da acidentalidade e do número de óbitos (Brasil, 2020), o que evidencia falha na segurança viária e forte impacto à vida em sociedade (Steg & Vleck, 2009). Por outro, existe também a necessidade de diversificação dos meios de transporte em função das necessidades humanas, por exemplo, no estado atual da crise sanitária mundial se observa que a bicicleta tem sido um meio alternativo de transporte utilizado com maior frequência. Nesta perspectiva, o crescimento do uso da bicicleta é apreciado como um fenômeno positivo para a mobilidade. Entretanto, em várias cidades identificam-se que o planejamento, a distribuição e uso do solo ainda não possibilitam a segurança viária adequada para preservação da vida, inclusive da vida do ciclista, que por vezes não desempenha comportamentos seguros ao compartilhar uma via (Souza, 2012). Desse modo, o comportamento do ciclista como usuário do espaço urbano compartilhado é alvo da referida investigação. Por isso, objetiva-se investigar o Comportamento dos Usuários da Bicicleta e a Segurança Ciclável. De modo mais específico, procura-se levantar os indicadores da percepção de riscos e identificar os comportamentos de erro, violação e comportamentos positivos do ciclista ao utilizar no espaço urbano. O delineamento metodológico, do referido estudo, consiste em duas etapas: validação semântica e estatística do Cycling Behavior Questionnaire-CBQ. O procedimento de validação semântica inclui: a) traduzir o CBQ do inglês para o português por meio de três experts nas línguas inglês e português; b) aplicar o CBQ, após ser traduzido, a uma amostra reduzida para testar sua validade estatística (Hair et al., 2010). O procedimento de realização do pré-teste consistiu em analisar as respostas da amostra (N=84 ciclistas). Os resultados do pré-teste evidenciaram que a escala apresenta resultados de confiabilidade estatística significantes: alfa de cronbach=0,934; Alfa de Cronbach com base em itens padronizados 0,948; KMO=0,838; Qui-quadrado=2331,879; df=406; sig=0,000. Portanto, os resultados da Análise Fatorial Exploratória (AFE) corroboram que os fatores de comportamento de risco (Erro, Violação e Comportamento Positivo) se confirmaram no Brasil de modo análogo como o foram nos países da Europa. Desse modo, conclui-se que a Escala CBQ pode ser aplicada a uma amostra ampla, visto que revelou boa confiabilidade para os indicadores de comportamento de risco do ciclista. Nossa expectativa futura será aplicar a escala novamente, no Brasil, a fim de se obter resultados que venham explicar os comportamentos de risco do ciclista ao utilizar a rede viária urbana. Por fim, espera-se que a partir da realização de um estudo amplo, os resultados futuros possam viabilizar maneiras de se pensar a regulação do espaço físico bem como medidas interventivas de políticas públicas de mobilidade mais favoráveis à vida dos ciclistas.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança Ciclável, Vida Humana; Mobilidade Urbana.

REFERÊNCIAS

- Brasil (2020). Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação <http://www.seduh.df.gov.br/plano-diretor-de-ordenamento-territorial/3>
- Feitosa, O. Z., Mota, D. R., Gomez, J. P. E., Arruda, F. S., & Brasil, A. C. M. (2014). Consciência verde e qualidade de vida urbana: percepção acerca da utilização intensificada do transporte individual Comportamento verde. In *Anais do XXVIII Encontro Anual da ANPET* (45-49). Curitiba: ANPET.
- Hair, J.F., Black, W.C., Babin, B.J., & Anderson, R.E. (2010). *Multivariate Data Analysis: A global Perspective*. Pearson Education Inc., 2010.
- Lanying Sun., Xing Zhou., & Zhohui Sun. (2019). Improving cycling behavior of dockless bikesharing users based credit-based supervision policies in China. *Frontiers in Psychology*, volume (10), 2189 doi: 10.3389/fpsyg.2019.02189
- Sousa, P. B. D. (2012). *Análise de Fatores que Influem no Uso da bicicleta para Fins de Planejamento Cicloviário*. (Tese de Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- Steg, L., & Vleck, C. (2009). Encouraging pro-environmental behaviour: An integrative review and research. *Journal of Environmental Psychology*, volume (29), 309-317. doi:10.1016/j.jenvp.2008.10.004

- Useche, S. A., Montoro, L., Tomas, J. M., & Cendales, B. (2018). Validation of the Cycling Behavior Questionnaire: A tool for measuring cyclists' road behaviors. *Transportation Research part F*, volume 58, 1021-1030. doi.org/10.1016/j.trf.2018.08.003
- Yang, Y., Wu, X., Zhou, P., Gou, Z., & Lu, Y. (2019). Towards a cycling-friendly city: An updated review of the associations between built environment and cycling behaviors (2007–2017). *Journal of Transport & Health*, volume (14), 100613. doi:10.1016/j.jth.2019.100613

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Zuleide O. Feitosa. Professora substituta da Universidade de Brasília-PPB, UnB. Doutora em TRANSPORTES - UnB (2017) parceria com a University of Michigan, US (2016-2017). Mestre em Psicologia, UnB (2010). Especialização em Gestão da Cultura, Clima e Bem-estar Organizacional, UnB (2005). Psicóloga, U. Federal do Maranhão- UFMA (2001). Atualmente, dinamiza parceria em pesquisa sobre a bicicleta com as Universidades: UA, Portugal, UnB, Brasil, UV, Espanha.

José Carlos Mota. Docente no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, UA. Mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, U. de Porto (1998). Desde 2008 tem estado envolvido em vários projectos de investigação ligados com o tema da mobilidade ciclável, do planeamento colaborativo e o envolvimento cívico e da regeneração de centros urbanos. É actualmente um dos dinamizadores da parceria da UA com a ABIMOTA.

Comunicação pública sobre a COVID-19 na região sudeste do Brasil

Rayssa Bravo de Oliveira Vollmer¹, Marcela de Abreu Moniz², Anna Keylla da Silva dos Santos³, Cleber Nascimento do Carmo⁴, Rayara Mozer Dias⁵, Thiago Quinellato Louro⁶, Yonara Cristiane Ribeiro⁷

¹ Enfermeira, Universidade Federal Fluminense • rayssa_vollmer@hotmail.com

² Departamento de Enfermagem de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense • marceladeabreumoniz@gmail.com

³ Programa de pós-graduação de especialização, Residência, Enfermagem em Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense • keylla.s_santos@hotmail.com

⁴ Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz • cleber.carmo@ensp.fiocruz.br

⁵ Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro • rayaramozer@gmail.com

⁶ Departamento de Enfermagem de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense • thiagolouro@hotmail.com

⁷ Departamento de Enfermagem de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense • yonaracristiane@id.uff.br

ABSTRACT

Em tempos de COVID-19, a comunicação em saúde é fundamental para suscitar o cuidado comunitário visando o controle desta pandemia. O objetivo é descrever os tipos e as fontes de informações sobre COVID-19 recebidas pela população da região sudeste do Brasil. Estudo transversal realizado em julho e agosto de 2020 através da aplicação de formulário online. Amostra de 2.477 participantes com idade entre 18 a 80 anos, sendo a maioria do sexo feminino (70,2%). Os resultados mostraram que 93,5% tinham recebido informações sobre medidas de prevenção e 66,9% sobre a causa da doença. 87,8% receberam informações da COVID-19 oriundas de mídias tradicionais, 31,6% gostariam de receber dos serviços territoriais de saúde e 45,6% por meio do whatsapp. Informações importantes para controle da COVID-19 não alcançaram uma parcela da população da região do estudo.

KEYWORDS

Coronavírus, Comunicação em saúde, Saúde pública

AUTHOR(S) NOTES

Rayssa Bravo de Oliveira Vollmer Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense.

Marcela de Abreu Moniz. Doutora em Ciências em Saúde Pública e Meio Ambiente. Professora adjunta e pesquisadora do Departamento de Enfermagem do Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. Vice-líder do Grupo de Pesquisa CNPq Laboratório de Pesquisa e Experimentação de Tecnologias para o Ensino e Cuidado em Enfermagem (L@PETeCEnf).

Anna Keylla da Silva dos Santos. Enfermeira residente em Enfermagem em Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense. Voluntária na REMOB do Morhan – Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase.

Cleber Nascimento do Carmo. Estatístico, Pós-doutor e Doutor em Ciências em Saúde Pública e Meio Ambiente. Pesquisador do Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

Rayara Mozer Dias. Mestranda em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Enfermeira Especialista em Enfermagem em Saúde Coletiva.

Thiago Quinellato Louro. Pós-Doutor em Enfermagem. Doutor em Ciências. Professor Adjunto do Departamento de Enfermagem do Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Laboratório de Pesquisa e Experimentação de Tecnologias para o Ensino e Cuidado em Enfermagem (L@PETeCEnf).

Yonara Cristiane Ribeiro. Doutora em Ciências. Professora adjunta do Departamento de Enfermagem do Instituto de Humanidades e Saúde. Coordenadora do curso de graduação em Enfermagem, campus Rio das Ostras. Pesquisadora do L@PETeCEnf. Universidade Federal Fluminense.

Porque é que os cidadãos não participam mais?

Fernando Nogueira¹, Isabella Rusconi², Catarina Isidoro³, Desirée Seixas⁴, Gil Moreira⁵, AnaPedrosa⁶

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • f.nogueira@ua.pt

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • isabella.rusconi@ua.pt

³ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • catarina.isidoro@ua.pt

⁴ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • desiree@ua.pt

⁵ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • moreira.gil@ua.pt

⁶ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • ana.pedrosa04@gmail.com

RESUMO

O presente artigo resulta de investigação, em perspetiva comparada, sobre as atitudes e o pensamento de cidadãos participativos (CPs) e cidadãos pouco participativos (CPPs) relativamente à participação pública e ao seu envolvimento nesta. Procura acrescentar aos problemas escrutinados na literatura sobre participação (Bobbio, 2019; Bryson, Quick, Slotterback, & Crosby, 2013)2013; Wolf, Nogueira e Borges, 2020) uma visão crítica e contrastada de cidadãos integrados nos grupos acima identificados. As questões de investigação são: i) Porque é que os cidadãos não participam mais? ii) Como aumentar a participação dos cidadãos? Pretendeu-se aprofundar o conhecimento das dimensões que contribuem para o maior ou menor afastamento dos cidadãos relativamente aos processos participativos e perceber os aspetos que estes identificam como facilitadores de um envolvimento mais acomodado às suas expetativas, dificuldades e objeções, que possam contribuir para apetrechar a ‘caixa de ferramentas’ (Concilio, Rafferty, Puerari & Nogueira, 2017; Spada & Allegretti, 2016) a utilizar na promoção da participação pública e do envolvimento cívico. O processo de investigação combina análise intensiva, a partir de um número limitado de entrevistas e ‘focus groups’, e os resultados de um inquérito digital, respondido por cidadãos do município de Valongo. Este município tem estado envolvido num processo intencional de aumento da transparência política e do envolvimento dos cidadãos na vida pública, e em particular dos jovens, a partir do Orçamento Participativo Jovem, que vai na sua 7ª edição (Mateus, Jasmins, & Barbosa, 2020). A amostra demográfica da análise intensiva é, por isso, constituída maioritariamente por jovens, mas os dados do inquérito permitem uma visão mais transversal relativamente aos problemas em análise. Os resultados revelam que a desconfiança dos CPPs relativamente à participação não decorre de uma atitude de alienação face à política e à vida pública, mas antes de aversão ao eventual antagonismo e conflitualidade que associam ao debate público, ainda que reconheçam, em sintonia com os CPs, o potencial dos processos participativos para despertar a consciência cidadã e para promover a evolução conjunta das pessoas e uma interação mais equilibrada entre cidadãos e decisores políticos. CPPs e CPs concordam, também, quanto à necessidade de melhorar os mecanismos de aproximação às populações. Enfatizam a necessidade de ‘ir ao encontro das pessoas nos seus territórios’, sugerindo um processo de aproximação através das instituições e redes onde as pessoas estão integradas (escolas, emprego, associações, etc.). Esta procura de maior proximidade traduz-se, ainda, de acordo com a evidência reunida, na necessidade de processos participativos mais heterogéneos (e mais focalizados) em termos das geografias envolvidas, áreas temáticas e faixas etárias e de tornar mais claros os benefícios e consequências localizadas dos assuntos em discussão, uma vez que os inquiridos valorizam mais o que possa interferir com a escala da sua existência quotidiana, da sua vida e do território da sua freguesia.

PALAVRAS-CHAVE

Participação, Cidadãos Participativos, Cidadãos Pouco Participativos, Redes de Proximidade

REFERÊNCIAS

- Bobbio, L. (2019). Designing effective public participation. *Policy and Society*, 38(1), 41–57. <https://doi.org/10.1080/14494035.2018.1511193>
- Bryson, J. M., Quick, K. S., Slotterback, C. S., & Crosby, B. C. (2013). Designing Public Participation Processes. *Public Administration Review*, 73(1), 23–34. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2012.02678.x>
- Concilio, G., Rafferty, G., Puerari, E., & Nogueira, F. (2017). *Community Participation in Planning (Erasmus Project)*: Learning report. August, 0–82. https://www.researchgate.net/publication/319272778_Community_Participation_in_Planning_ERASMUS_PROJECT_Learning_report
- Mateus, A., Jasmins, C., & Barbosa, G. (2020). El Presupuesto Participativo Juvenil de Valongo. In Cabannes, Balsas e Molina (eds.). *Presupuestos Participativos: Aportes y Limites para Radicalizar La Democracia*. Tirant to Blanch, Valencia.
- Spada, P. e Allegretti, G. (2016). Integrating multiple channels of engagement in democratic innovations: Opportunities and challenges. *Handbook of Research on Citizen Engagement and Public Participation in the Era of New Media*, 687920, 20–37. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-1081-9.ch002>
- Wolf, J., Nogueira, F., & Borges, M. (2020). A Collaborative Methodology for Local Strategic Planning: Insights from Four Plans in Portugal. *Planning Practice and Research*, 00(00), 1–17. <https://doi.org/10.1080/02697459.2020.1755138>

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Fernando Nogueira. Professor auxiliar no Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território, investigador do GOVCOPP e do L3P. As suas áreas de investigação são: planeamento territorial, participação e tomada de decisão, estratégias e redes territoriais e governação e políticas públicas. Coordenador e colaborador em vários projetos de cooperação com autoridades regionais e locais em estudos de desenvolvimento e estratégias territoriais.

Isabella Rusconi. Mestranda em Planeamento Regional e Urbano na Universidade de Aveiro. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Mackenzie, São Paulo. Tem como área de investigação a participação cidadã no planeamento urbano e a institucionalização da participação em políticas públicas relacionadas com o planeamento e gestão territorial.

Catarina Isidoro. Mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro e licenciada em Geografia pela Universidade do Porto, investigadora do L3P. As suas áreas de investigação atuais são mobilidade sustentável e promoção da participação pública no planeamento.

Desiree Poço Seixas. Mestranda em Planeamento Regional e Urbano na Universidade de Aveiro. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Investigadora sobre os temas da mobilidade pedonal, planeamento territorial e em participação cidadã nos instrumentos de gestão territorial.

Gil Moreira. Arquiteto, Artista Visual, Mestrando em Criação Artística Contemporânea pela Universidade de Aveiro, e investigador do L3P. A sua área de investigação atual envolve produção e criação artística no âmbito de processos de participação pública na elaboração de instrumentos de gestão territorial.

Ana Pedrosa. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, e investigadora do L3P, Universidade de Aveiro. A sua área de investigação é o desenvolvimento socio-espacial na Era Digital e a instrumentalização de processos de design social para o território.

Participação no projecto urbano: partilha de um processo inclusivo e de proximidade

Vitório Leite¹, Fernanda Curi², Gonçalo Canto Moniz³

¹ Departamento de Arquitectura, Universidade de Coimbra • vitoriovasconcelos@gmail.com

² Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra • fernandacuri@gmail.com

³ Centro de Estudos Sociais, Departamento de Arquitectura, Universidade de Coimbra • gmoniz@ces.uc.pt

RESUMO

Vivemos um momento crítico e simbólico importante, marcado por um rastro de grandes incertezas, criado pela recente recessão económica da década anterior, pela previsão das anunciadas alterações climáticas e pela actual pandemia. Nas cidades, o tecido sócio-ecológico-tecnológico provoca no discurso das práticas urbanísticas e das ciências sociais uma procura por soluções cada vez mais precisas para os desafios que enfrentamos, pressionando os técnicos e responsáveis para encontrar metodologias de planeamento e de projecto que alcancem indicadores e resultados mais alinhados com as necessidades de quem vive e habita este tecido.

Tendo em conta este contexto, o projecto H2020 URBiNAT propõe-se co-criar com os cidadãos corredores saudáveis para a regeneração urbana, através da implementação, no espaço público, de soluções baseadas na natureza, conciliando a dimensão material com a imaterial.

Esta comunicação tenta enquadrar os métodos qualitativos – de atividades de proximidade no terreno - do processo de participação urbana levada a cabo durante a fase de “co-design”. Deste modo, pretende-se partilhar o engendramento do processo, que está a tentar criar um projecto urbano participado o mais transformador possível e apoiar as instituições e os seus técnicos a integrar os habitantes da área de intervenção no processo de decisão sobre o futuro do seu território. O resultado deste processo, descrito em diário etnográfico, onde se registaram as 15 acções participativas e os momentos mais relevantes, foi estabelecer a definição de uma metodologia flexível, que permitiu integrar um diálogo estreito entre todos os participantes e formular um conjunto de cerca 40 ideias propostas pelos habitantes, grande parte das quais irão fazer parte do plano urbano em desenvolvimento.

Através desta partilha, pretende-se reflectir sobre os métodos e ferramentas usados até ao momento, e a necessidade, cada vez mais evidente, de um estado liminar imersivo no processo de projecto, entre ouvir, questionar e trabalhar as ideias propostas pelos habitantes e os temas que lhes são mais urgentes debater.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitectura, cidade, projecto urbano, participação, soluções baseadas na natureza.

REFERÊNCIAS

Jones, P.; Petrescu, D.; Till, J. (2013), *Architecture and Participation*. Routledge, 2013.

Moniz, G.; Ferreira, I. (2019), "Healthy Corridors for Inclusive Urban Regeneration", *Rassegna di Architettura e Urbanistica*, 158, 51-59

Moniz, G. (2019), "O ensino do reuso de edifícios modernos e o projeto participado", *Revista Património*, 6, 114-121

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Vitório Leite é arquitecto, desde 2010, com mestrado integrado pela Faculdade de Arquitectura do Porto, onde desenvolveu a tese: "Arquitectura da Participação, o debate sobre o habitat participado entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, 1960-2010". É bolseiro de investigação do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, no projecto H2020 URBiNAT (2019-2020).

Fernanda Curi é arquiteta e museóloga. Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, associada ao projeto H2020 URBiNAT (2019-2020); e na Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Design da UFU, Uberlândia (2018-2019); Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2018), com estágio na EHESS, Paris (2017). Mestrado em Museologia pela Reinwardt Academie, Amsterdam (2009). Atuou como Pesquisadora no Arquivo da Fundação Bienal de São Paulo (2011-2018).

Gonçalo Canto Moniz é Investigador Principal do Centro de Estudos Sociais e Professor Associado do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra. Doutoramento em 2011 com a tese "O Ensino Moderno da Arquitectura" (FIMS, Afrontamento, 2019). Coordena o projeto europeu URBiNAT "Healthy corridor as drivers of social housing neighbourhoods for the co-creation of social, environmental and marketable NBS" (2018-23).

Reinventing participation in spatial planning – citizen involvement and experimentation in the Maia Land Use Plan»

José Carlos Mota¹, Catarina Isidoro², Janaina Teles³, Isabella Rusconi⁴, Gil Moreira⁵

¹ University of Aveiro • jcmota@ua.pt

² University of Aveiro • catarina.isidoro@ua.pt

³ University of Aveiro • janaina.teles@ua.pt

⁴ University of Aveiro • isabella.rusconi@ua.pt

⁵ University of Aveiro • moreira.gil@gmail.com

ABSTRACT

Planning and urban management in Portugal are the responsibility of public administration authorities. Although the legal framework that outlines the development of spatial plans considers citizen involvement there are no clear methodological orientations on how participation must be promoted. Therefore, when drafting municipal or local plans, while these may comply with the strict legal determinations when it comes to promoting participation, generally local administrations do not stimulate citizen involvement and active public participation (Bryson, 2004; Forester, 1999). Consequently, the planning process is weakened in terms of legitimacy, social learning, and the co-accountability of citizens (Flyvbjerg, 1998a, 1998b).

However, and despite the apparent gap between citizens and politics, the Portuguese context has shown that there is a growing availability for new forms of civic participation in defense of topics concerning citizens and their daily lives (Seixas & Mota, 2015). Several experiences have shown that citizens do not want just to be reactive and show that they disagree with certain decisions through public demonstrations, but they are also proactive in discussing city models, enhancing common projects, and implementing solutions to everyday problems (Lydon & Garcia, 2015; Manzini, 2019; Mota & Santinha, 2016; Teles, 2019). Thus, the main goal of this article is to explore how the third generation municipal master plans (PDM) in Portugal, guided by the Legal Regime of Territorial Management Instruments and by the Law of Public Policy on Soil, Land-use Planning and Urban Planning, can represent an opportunity to create new ways of planning and managing the territory, making efforts to overcome the previous normative rigidity in order to adapt to the strategic, dynamic, flexible, participatory, and intelligent nature of the contemporary planning (Albrechts, 2005; Healey, 1997; Mota, 2013).

For that we looked to the pioneer example of Maia municipality participatory process for the 2nd revision of the Municipal Master Plan, that was developed during twelve months and took place in five stages: (1) clarifying the expectations of decision makers, municipal technicians, local actors and the community; (2) constructing a shared diagnostic of the territory and mapping collective memories; (3) defining a set of proposals; (4) co-creating a set of experimental activities in order to test some of the proposals; (5) discussing the results and approving the Municipal Master Plan. During this process, 55 meetings were held, involving over 1,500 participants, generating more than 130 proposals. From this example, we discuss the potentials and limitations of the participatory approach applied and its impact on the revision of the Municipal Master Plan, through the analysis of the qualitative information gathered in the sessions. and the results of the questionnaires made to participants and structured interviews with key stakeholders.

Finally, this paper introduces recommendations that might contribute to understanding how more flexible, experimental, and democratic practices can inspire the construction of new participatory approaches in traditional planning.

REFERENCES

- Albrechts, L. (2005). Creativity in and for Planning. *DisP - The Planning Review*, 41(162), 14–25. <https://doi.org/10.1080/02513625.2005.10556929>
- Balducci, A., & In MÄNTYSALO, R. (2015). *Urban planning as a trading zone*. Berlin: Springer, 2015.
- Bryson, J. M. (2004). What to do when stakeholders matter: Stakeholder Identificatixon and analysis techniques. *Public Management Review*, 6(1), 21–53. <https://doi.org/10.1080/14719030410001675722>
- Flyvbjerg, B. (1998a). Empowering Civil Society: Habermas, Foucault and the Question of Conflict. *Cities for Citizens: Planning and the Rise of Civil Society in a Global Age*, March, 185–211.
- Flyvbjerg, B. (1998b). *Rationality and Power - Democracy in Practice I*. University of Chicago.
- Forester, J. (1999). *The Deliberative Practitioner: Encouraging Participatory Planning Processes*. The Mit Press.
- Healey, P. (1997). *Collaborative Planning. Shaping Places in Fragmented Societies*. London: MacMillan Press.
- Lydon, M., & Garcia, A. (2015). *Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change (Island Pre)*. Washington D.C, Island Pre.
- Manzini, E. (2019). *Politics of the Everyday* (1st ed.). Bloomsbury Visual Arts.
- Mota, J. C. B. (2013). *Planeamento do Território: Metodologias , Actores e Participação* [Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade de Aveiro]. <http://ria.ua.pt/handle/10773/13666>
- Mota, J. C. B., & Santinha, G. (2016). Aveiro: Civic Movements to Promote Smarter Decisions for the future of the City. In G. Concilio & F. Rizzo

(Eds.), *Human Smart Cities - Rethinking the Interplay between Design and Planning*.

Seixas, J., & Mota, J. C. (2015). Planning and governance in the Portuguese cities in times of European crisis. *City of Crisis*, 215–256. <https://doi.org/10.14361/9783839428429-012>

Teles, J. (2019). *Designing commoning: a design research about the challenges of building sustainable collaborations for urban transitions*. Phd Thesis. Universidade de Aveiro. Universidade de Aveiro.

Os movimentos cívicos como impulsionadores da democracia de proximidade

Lucinda Caetano¹, José Luís Crespo², Rodrigo Cury Paraizo³

¹ CIAUD – Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa • lucinda.caetano63@gmail.com

² CIAUD – Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa • jcrespo@fa.ulisboa.pt

³ PROURB – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro • rparaizo@fau.ufrj.br

RESUMO

O tema reporta-se à participação pública nos processos territoriais locais – procedimentos inerentes a instrumentos de gestão territorial (IGT) - através dos canais convencionais, definidos como os mecanismos que o sistema político-jurídico português prevê para a participação dos cidadãos, seja nos fóruns democráticos - reuniões do Executivo e do Legislativo -, seja nos momentos de consulta ou discussão pública previstos nos IGT's, tanto no âmbito de Planos Urbanísticos, quanto na Avaliação de Impacte Ambiental. Outra possibilidade de participação dos cidadãos é a denúncia aos tribunais, em especial nos territórios de média dimensão à escala portuguesa (municípios com população entre os 50 a 70 mil habitantes). O problema de investigação é o fraco engajamento/ capacitação da sociedade civil no âmbito territorial, identificados na revisão bibliográfica e através de sub-investigações específicas, considerando vários fatores, sendo o mais preponderante a especificidade técnica inerente aos processos territoriais. O objetivo é encontrar metodologias e agentes intermédios de governança capazes de fomentar a cidadania ativa. A metodologia baseada na investigação-ação, através da atuação direta em três movimentos cívicos, relativos a três contextos territoriais – Portimão, Loulé e Lagoa - incidiu nas três esferas de poder - sociedade, academia e poder político -, numa adaptação da metodologia de Escolano Benito para a sistematização da «cultura da Escola», que segundo o autor deveria entrecruzar três âmbitos de análise – a cultura empírica; a cultura académica; e a cultura política. A adaptação tem por base a análise dos movimentos sociais, especificamente em relação à produção e difusão de informação e conhecimento, relacionando-se às possibilidades de ação política. Os resultados situam-se em dois níveis: um relativo às conquistas auferidas pelos movimentos e outro referente à mobilização da sociedade civil. Da análise dos casos de estudo, com características diversas, verificou-se que a maior pressão política foi advinda do movimento que conseguiu vincular técnicos multidisciplinares à academia e à sociedade civil, ou seja, que conseguiu ser um agente intermédio de Governança mais atuante. Relativamente ao objetivo de fomentar a participação cívica organizada, tanto na modalidade reivindicativa, quanto propositiva, julga-se ter sido atingida, provavelmente devido à eficácia da metodologia da atuação nas três esferas e o recurso aos canais convencionais. Considera-se que estas ações contribuíram para fortalecer a cidadania ativa, na medida em que se percebe uma esperança renovada da sociedade civil em Portimão, no sentido de acreditar que poderá ter contribuído para preservar o seu território. Mesmo nas situações onde não se fez notar uma mobilização cidadã considerável, nem cobertura da comunicação social intensa, a estratégia acabou por ter resultados positivos, devido principalmente à componente científica (pareceres da Academia) e política (denúncia aos órgãos fiscalizadores). As conclusões remetem para o impulso dado por estas estruturas para a prática democrática, mas também para algumas lacunas que importam ser estudadas. O «teste à eficácia dos movimentos cívicos, na mudança societal e no reforço democrático» revelou que se presente algum empoderamento da sociedade civil, devido à atuação dos movimentos cívicos, em especial em Portimão. No entanto, fora do modelo bottom-up, apesar de sempre se ter procurado o diálogo com as instituições públicas, incluindo ações propositivas, não se detetaram resultados assinaláveis nessa vertente. A fragilidade da governação, por vezes pouco rigorosa no cumprimento dos princípios inerentes ao exercício do poder em democracia, entre eles, o princípio do bem público sobre os direitos privados foi de modo inequívoco trazido a lume e acredita-se que terá consequências políticas locais irreversíveis.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos cívicos, Participação Pública, Território, Sustentabilidade, Algarve.

REFERÊNCIAS

- Caetano, L. O., Crespo, J. L. and Paraizo, R. C. (2018). A Participação Pública em Portugal – Reflexões sobre o Direito à Cidade. Salvador (Bahia): *Anais do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios.*
- Coelho, S. L., (2008). Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo. Comunicação na conferência *O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza*, no âmbito do “Fórum Associativismo”, em Santa Maria da Feira, Maio de 2008.
- Escolano-Benito, A. (2000). Las culturas escolares del siglo XX. Encuentros y desencuentros. *Revista de Educación*, MEC, N.º Extra, 201-218.
- Ferreira, S., (2008). A questão social e as alternativas da sociedade civil no contexto das novas formas de governação. *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 44, núm. 1, janeiro-abril, 2008, 28-38. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Brasil.

- Gorczevski, C. and Martin, N. B., (2011). *A Necessária Revisão do Conceito de Cidadania: Movimentos Sociais e Novos Protagonistas na Esfera Pública Democrática*. Santa Cruz do Sul EDUNISC
- Goss, K. P. and Prudencio, K., (2004). O conceito de movimentos sociais revisitado. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* Vol. 2, N.º 1 (2), janeiro-julho, 75-91.
- Hoskyns, T., (2005). *City/ Democracy: retrieving citizenship*, In Jones, P. B.; Petrescu, D. and Till, J. (Eds), *Architecture & Participation*. Spon Press - Taylor & Francis Group. London and New York.
- Ibarra, P. and Letamendia, F., (2008). Los movimientos Sociales. In: BADIA, M. C., *Manual de Ciencia Política*. 3. ed., Tecnos, Madrid.
- Universidade Católica Portuguesa. (2015). Franco, R. C. (Coord.). *Diagnóstico das ong em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-1551-2.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

Lucinda Caetano é arquiteta, mestre em História e Crítica da Arte e membro do Colégio de Especialidades em Urbanismo da Ordem dos Arquitectos Portugueses. Investigadora colaboradora do CIAUD, FA da Universidade de Lisboa e revisora científica da revista kult-ur. Os principais temas de investigação focam a governança urbana, a participação pública, a Administração Pública e a gestão e ordenamento urbano.

José Luís Crespo é Professor Auxiliar na Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa (FA. ULisboa). Investigador do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD). Os principais temas de investigação focam a governança urbana, a participação pública no planeamento urbano e na arquitetura.

Rodrigo Cury Paraizo, Doutor em Urbanismo desde 2009, é professor do Departamento de Análise e Representação da Forma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e atual vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018-2020). Desde 2019 coordena o Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital do PROURB.

Perspetivas sobre a construção participativa de memórias coletivas: estudo empírico a partir de entrevistas a especialistas

Ana Velhinho¹, Pedro Almeida²

¹ *DigiMedia, Universidade de Aveiro* • ana.velhinho@ua.pt

² *DigiMedia, Universidade de Aveiro* • almeida@ua.pt

Eventos culturais, cívicos ou políticos como manifestações, concertos e até visitas a locais turísticos ou emblemáticos potenciam o registo de experiências, eminentemente individuais, nomeadamente através de registos fotográficos e vídeo, ou testemunhos textuais que são frequentemente alvo de partilha nas redes sociais. A reunião desses registos individuais numa plataforma participativa de recolha e visualização de experiências partilhadas, associadas a eventos e locais, poderá permitir amplificar essas experiências, dando-lhes uma nova perspetiva e tornando-as coletivas. Assim, no âmbito da investigação de doutoramento, focada no papel da participação e da imagem na construção de memórias coletivas, foi realizado um estudo empírico qualitativo para aferir a opinião de especialistas sobre a proposta de uma possível plataforma de mediação tecnológica nesse contexto. Pretende-se que a plataforma constitua um arquivo/álbum digital vivo, que preserve as singularidades de cada recurso submetido, mas que, adicionalmente, permita uma visão geral e coletiva dos contributos dos vários participantes, através da geração automática de visualizações que resultam da combinação de vários recursos digitais. Face à possibilidade de aplicação a vários cenários de uso, procurou-se, através de entrevistas a especialistas com perfis ecléticos – ligados à área da documentação e arquivo, museologia, património, história, etnografia, sociologia, projetos comunitários, programação cultural e eventos, curadoria, design, media participativos e plataformas digitais –, identificar contextos de aplicação mais relevantes, necessidades e oportunidades de diferenciação associadas a funcionalidades específicas, além de desafios conceptuais e técnicos, que auxiliem na consolidação da solução e desenvolvimento de um protótipo semi-funcional, a ser testado com potenciais utilizadores. Uma síntese preliminar desses resultados é apresentada neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de conteúdo; entrevistas; especialistas; estudo qualitativo; memória coletiva; plataforma participativa.

Barreiras do Orçamento Participativo: uma Perspetiva da Administração Pública Local

Lucas R. Maciel¹, Cláudia S. Costa², Anderson Catapan³

¹ Escola de Gestão e Economia (Dagee), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança • lucasprmaciel@gmail.com

² Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança • claudia@ipb.pt

³ Escola de Gestão e Economia (Dagee), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) • catapan@utfpr.edu.br

RESUMO

O orçamento participativo (OP) constitui uma das mais importantes inovações de governação e democracia participativa em todo o mundo. Porto Alegre, São Paulo, Palmela, Lisboa, Nova Iorque ou Paris são apenas alguns exemplos de cidades que utilizam este mecanismo e fomentam a participação dos cidadãos na discussão e tomada de decisão de políticas públicas locais. Estima-se, atualmente, a ocorrência de entre 11.690 e 11.825 experiências de OP em 71 países. A abordagem pioneira do orçamento participativo ocorreu na cidade de Porto Alegre no Brasil em 1989, seguida de repercussão nacional e internacional inspirada neste modelo, seja pelo desenvolvimento de um complexo instrumento de interlocução com os cidadãos, seja pela continuidade ao longo do tempo. Portugal também foi influenciado por esta dinâmica, a experiência pioneira ocorreu em Palmela, no distrito de Setúbal, no ano de 2002. Neste âmbito, Lisboa foi a primeira capital da Europa a implantar o orçamento participativo, no ano de 2009. E Portugal foi o primeiro país em todo o mundo, a implantar o mecanismo em nível nacional, em 2017. Todavia, o índice de participação dos cidadãos é baixo, considerando as numerosas vantagens do orçamento participativo. A partir da análise da literatura foi possível verificar barreiras estruturais que afetam o orçamento participativo, como por exemplo, o desequilíbrio entre a participação de homens e mulheres e a limitação financeira dos municípios. Além disso, autores identificaram outras barreiras, como por exemplo, o orçamento participativo é desconhecido para a público alvo; os cidadãos não têm tempo suficiente para participação; o processo de participação é muito complexo para os cidadãos; em termos monetários o valor (€) do orçamento participativo é considerado muito reduzido; o governo local só implanta as propostas que julga conveniente ao seu próprio interesse e; os cidadãos assumem que suas recomendações ao orçamento participativo não serão acatadas pelo município. Tendo por base os trabalhos de Zepic, Dapp e Krcmar (2017a, 2017b) é nosso objetivo explorar as barreiras de acesso (motivos externos) e as barreiras de uso (opinião pessoal) que se colocam ao OP, considerando a particular perspectiva da Administração Pública Local brasileira e portuguesa. A pesquisa considera entre os seus pressupostos que é expectável que não existem diferenças acentuadas entre os países relativas ao tipo e o nível de ocorrência das barreiras. A partir da identificação das barreiras do orçamento participativo na literatura será elaborado um inquérito por questionário on-line para avaliar a perceção Administração Local sobre os obstáculos a participação no orçamento participativo. O trabalho de investigação pretende contribuir teoricamente com a ampliação do espectro de análise ao se juntar ao número reduzido de pesquisas que abordam a temática das barreiras do orçamento participativo. Pretende ainda contribuir empiricamente a partir da perspectiva comparada dos municípios brasileiros e portugueses e ao indicar as barreiras que mais ocorrem intenciona ser um referencial de uso prático para as cidades que planejam implantar ou já utilizam o mecanismo, uma vez que o conhecimento sobre as principais dificuldades torna possível adotar medidas corretivas para aumentar as taxas de participação.

PALAVRAS-CHAVE

Democracia Participativa, Orçamento Participativo, Barreiras de Acesso, Barreiras de Uso, Governo Local.

REFERÊNCIAS

- Zepic, R., Dapp, M., & Krcmar, H. (2017a). Participatory budgeting without participants: Identifying barriers on accessibility and usage of German participatory budgeting. In E. N. & P. P. (Eds.), *Proceedings of the 7th International Conference for E-Democracy and Open Government*, CeDEM 2017 (pp. 26–35). Institute of Electrical and Electronics Engineers Inc. <https://doi.org/10.1109/CeDEM.2017.24>
- Zepic, R., Dapp, M., & Krcmar, H. (2017b). Reasons for low participation in German participatory budgeting: A public administration perspective. In D. R. J.C. & V. B. J. (Eds.), *17th European Conference on Digital Government*, ECDG 2017: Vol. Part F1294 (pp. 262–269). Academic Conferences Limited.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

Lucas R. Maciel. Profissional da área de gestão pública, servidor público do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado na Secretaria de Planejamento e Projetos Estruturantes do Estado do Paraná-Brasil. Atuou como Coordenador de Aquisições em Projetos de Desenvolvimento financiados por organismos internacionais e atualmente exerce a função de Assessor Técnico na Coordenação de Desenvolvimento Governamental.

Cláudia S. Costa. Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB). Doutorada em Ciências da Administração pela Universidade do Minho, com uma tese sobre Políticas Públicas do Turismo nos Municípios Portugueses. É membro efetivo do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo(CITUR).

Anderson Catapan. Professor Adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), vinculado ao Departamento de Gestão e Economia (DAGEE). Pós-Doutor em Gestão pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal), Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) com período de estágio sanduíche na Universidade do Porto (Portugal). É revisor de 32 periódicos e 4 congressos nacionais e internacionais.

Uso do QFD combinado ao método World Café para fortalecimento de comunidades

Jair Gustavo de Mello Torres¹, Pedro Luiz de Oliveira Costa Neto²

¹ Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Paulista (UNIP), São Paulo, Brasil • jair_gustavo@yahoo.com.br

² Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Paulista (UNIP), São Paulo, Brasil • pedroluiz@plocn.com

RESUMO

Os gestores da cidade precisam construir confiança com a comunidade e testar a colaboração e a participação dos cidadãos (Oliveira & Campolargo, 2015). É preciso criar processos que permitam que os cidadãos interessados tenham impacto em termos de sua participação, senão o poder público estará promovendo a forma de participação definida como “tokenismo” (Arnstein, 2019). A lei federal nº. 12.587/2012 instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) no Brasil, que estabelece o Plano de Mobilidade Urbana como o instrumento para efetivação dos princípios, diretrizes e objetivos dessa política. Sua elaboração é obrigatória para todos os municípios com mais de 20 mil habitantes. No Plano de Mobilidade Urbana de São José dos Campos, um município brasileiro com 729.737 habitantes, são estabelecidas ações para promover a participação da população em todo o processo de implementação para o fortalecimento da democracia participativa (Campos, 2020). Com objetivo de fortalecer a participação cidadã e o contínuo acompanhamento e controle das ações por parte da sociedade civil no Plano de Mobilidade Urbana, foi proposto o uso combinado do método World Café, como Voz do Cliente (VOC) do método QFD, para priorização das demandas de qualidade da mobilidade do município (Cheng & Melo Filho, 2010; Steier et al., 2015). A Prefeitura da cidade já utilizou o método World Café com sucesso para ouvir a população em várias ocasiões, mas não teve o mesmo sucesso com a implementação das demandas informadas pelos munícipes utilizando tal método (Campos, 2020). Realizou-se um estudo de caso das oficinas realizadas pela Prefeitura, que utilizou o método World Café como metodologia nas oficinas. Inicialmente foram analisadas as quatro oficinas realizadas no ano de 2014 para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. Em seguida, foram analisadas as oito oficinas realizadas no ano de 2019 para ouvir as necessidades da população sobre a mobilidade urbana no município. Na comparação dos itens da qualidade demandada pela população nas oficinas realizadas, constatou-se que não houve uma evolução no transporte público na visão dos usuários. Em 2014, os participantes das oficinas relataram que a “Superlotação nos ônibus nos horários de picos” e a “Pouca quantidade de horários em relação à demanda de passageiros nas linhas disponíveis” eram as maiores dificuldades da mobilidade município. Já em 2019, os participantes das oficinas relataram que a “Lotação nos ônibus” e a “Pouca quantidade de horários em relação à demanda de passageiros nas linhas disponíveis” continuavam sendo as maiores dificuldades de uso do transporte público do município. Observa-se que o uso combinado dos métodos World Café e QFD propicia o desenvolvimento das capacidades dos cidadãos e dos setores do poder público local, contribuindo para a gestão do conhecimento, estimulando a aprendizagem comunitária, com o consequente aumento do capital social da cidade. Esta conclusão reforça que o uso combinado dos métodos permite a solução de uma limitação do método World Café, que é a implementação dos resultados encontrados, pois possibilita monitorar o índice de satisfação dos cidadãos, resultando em um progresso na perspectiva de um modelo de maturidade.

PALAVRAS-CHAVE

Cidades Humanas e Inteligentes, QFD, World Café, Mobilidade, Comunidades.

REFERÊNCIAS

- Arnstein, S. R. (2019). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 85(1), 24-34.
- Campos, P. (2020). *Mobilidade Urbana*. Retrieved 1 September 2020, from <https://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/mobilidade-urbana/>
- Cheng, L., & Melo Filho, L. (2007). *QFD: desdobramento da função qualidade na gestão de desenvolvimento de produtos*. (1st ed.). São Paulo: Blucher.
- de Oliveira, Á., Campolargo, M., & Martins, M. (2015). Constructing human smart cities. In *Smart Cities, Green Technologies, and Intelligent Transport Systems* (pp. 32-49). Springer, Cham.
- Steier, F., Brown, J., & Mesquita da Silva, F. (2015). The World Café in action research settings. *The SAGE handbook of action research*, 3, 211-219.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Prof. Dr. Jair Gustavo de Mello Torres é professor da Universidade Paulista (UNIP) e do SENAC São Paulo. Doutor em Engenharia de Produção pela UNIP, pesquisando na área de Cidades Humanas e Inteligentes. Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). É membro do Conselho de Mobilidade Urbana do município de São José dos Campos-SP.

Prof. Dr. Pedro Luiz de Oliveira Costa Neto é professor titular da Universidade Paulista (UNIP), no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Doutor em Engenharia de Produção pela USP. É membro da Academia Brasileira da Qualidade. Foi Diretor de Processamento de Dados da Fundação SEADE, Diretor Presidente da ABEPRO, Diretor Presidente da Fundação Carlos Alberto Vanzolini.

Quando os Cidadãos controlam o Jogo do Planeamento

Micael Sousa¹

¹ Universidade de Coimbra, Departamento de Engenharia Civil, CITTA • micaelssousa@gmail.com

RESUMO

Na atualidade enfrentamos uma dualidade entre a vontade de alguns cidadãos se expressarem nos processos de planeamento territorial e a falta de processos que sejam cativantes para aproveitar essa mesma vontade (Healey, 1997). Os planeadores precisam de obter novas ferramentas, e até de assumir cada vez mais o papel de promotores e facilitadores de processos mais participativos e colaborativos, para conseguir incorporar múltiplas visões que permitam dar resposta às necessidades coletivas (Innes & Booher, 2018) perante os contextos de incerteza e complexidade crescentes (Healey, 2007). No entanto faltam ferramentas aos planeadores (Ampatzidou et al., 2015). O objetivo da presente comunicação consiste em apresentar casos de desenvolvimento de jogos que proporcionam arenas de treino e de exploração para a participação cívica em múltiplos processos de planeamento territorial. A abordagem através dos jogos, particularmente dos de Serious Games, tem demonstrado um potencial ainda por explorar (Innes & Booher, 1999; Tan, 2017), em que os processos de planeamento coletivo e colaborativo são transformados de modo a gerar mais participação e envolvimento. Se os jogos são atividades divertidas (Koster, 2013), os processos de planeamento inspirados nessas mesmas abordagens também podem ser. Ao usar jogos em que os jogadores têm liberdade de testar e experimentar soluções interativas complexas, passam a ser os cidadãos, stakeholders, ou outros participantes, a controlar os resultados, vendo os efeitos das suas decisões refletidos em modelos interativos. Mas desenvolver e implementar jogos para suportar processos de planeamento participativo e colaborativo é complexo, especialmente para técnicos e planeadores sem formação específica nesta área de design de jogos (Ampatzidou et al., 2015). Uma das possibilidades consiste em utilizar pequenos elementos de jogos, principalmente jogos analógicos, por serem mais fáceis de implementar e adaptar, também mais flexíveis em tempo real, promovendo diretamente processos de colaboração (Zagal et al., 2006). Os casos apresentados seguem a metodologia dos Serious Games, em que se estabelecem objetivos a atingir e depois se desenvolvem soluções jogáveis para esses fins (Winn, 2009), inspirados nos jogos de tabuleiro modernos (Sousa & Bernardo, 2019).

Serão expostos os testes e experiências realizados com jogos, seguindo a metodologia dos Serious Games com jogos de tabuleiro, para o planeamento urbano (Sousa, 2020a; Sousa, 2020b), tal como outras experiências de planeamento participativo e colaborativo desenvolvidas mais recentemente: numa sessão pública de planeamento de eixos modais para um sistema de transportes municipal; um processo de identificação de prioridades para um plano de segurança rodoviária intermunicipal; processo de geração de matrizes SWOT colaborativas para uma rede de saúde municipal.

Todos os processos revelaram forte envolvimento dos participantes e potencial para serem transpostos e adaptados a outras realidades, dada a flexibilidade dos jogos e dos métodos adotados, passíveis de serem ajustados em tempo real pelos facilitadores e próprios participantes, mantendo o foco nos objetivos sérios de cada processo. Todos os casos apresentaram resultados que permitem suportar o desenvolvimento de futuros planos, passíveis de ser mais detalhados e tecnicamente suportados em etapas seguintes. A opinião dos participantes foi de surpresa e contentamento pela conjugação dos elementos lúdicos com a capacidade de usar a sua participação para gerar resultados concretos.

PALAVRAS-CHAVE

Jogos, Serious Game, Participação, Colaboração, Planeamento

REFERÊNCIAS

- Ampatzidou, C., Bouw, M., Van de Klundert, F., De Lange, M. & De Waal, M. (2015). *The hackable city: a research manifesto and design toolkit*. Amsterdam: Amsterdam Creative Industries Publishing.
- Healey, P. (1997). *Collaborative planning: Shaping places in fragmented societies*. Macmillan International Higher Education.
- Healey, P. (2007). *Urban complexity and spatial strategies: Towards a relational planning for our times*. London and New York: Routledge.
- Innes, J. E., & Booher, D. E. (1999). Consensus building as role playing and bricolage: Toward a theory of collaborative planning. *Journal of the American Planning Association*, 66 (1): 9-26.
- Innes, J. E., & Booher, D. E. (2018). *Planning with complexity: An introduction to col-laborative rationality for public policy*. London and New York: Routledge.
- Koster, R. (2013). *Theory of fun for game design*. O'Reilly Media, Inc.
- Sousa, M. & Bernardo, E. (2019, November). Back in the Game. In: Zagalo N., Veloso A., Costa L., Mealha Ó. (eds) *Videogame Sciences and Arts*. VJ 2019. Communications in Computer and Information Science, vol 1164. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-37983-4_6.

- Sousa, M. (2020a, April). Modern Serious Board Games: modding games to teach and train civil engineering students. In *2020 IEEE Global Engineering Education Conference (EDUCON)* (pp. 197-201). IEEE, doi: 10.1109/EDUCON45650.2020.9125261.
- Sousa, M. (2020). *A Planning Game Over a Map: Playing Cards and Moving Bits to Collaboratively Plan a City*. *Front. Comput. Sci.* 2:37. doi: 10.3389/fcomp.2020.00037
- Tan, E. (2017). *Play the City: games informing the urban development*. Heijningen: Jap Sam Books.
- Winn, B. M. (2009). The design, play, and experience framework. In *Handbook of research on effective electronic gaming in education* (pp. 1010-1024). IGI Global. Zagal, J. P., Rick, J., & Hsi, I. (2006). Collaborative games: Lessons learned from board games. *Simulation & Gaming*, 37(1), 24-40.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Engenheiro Civil, mestre em Energia e Ambiente, licenciado em História e mestre em Estudos do Património. Doutorando em Planeamento do Território, a realizar trabalho sobre Serious Games analógicos aplicados aos processos de planeamento territorial. Desempenhou vários cargos de gestão e planeamento. Dedicar-se também à formação para aplicações de Serious Games, sendo autor do vbloghue: youtube.com/c/jogosnotabuleiro

Índice de Transparência para as Freguesias: Uma Proposta Exploratória

Inês D. Carvalheira¹, Cláudia S. Costa²

¹ Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança • ne_duarte27@hotmail.com

² Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança • claudia@ipb.pt

RESUMO

As instituições governamentais estão cada vez mais atentas à criação de mecanismos que permitam melhorar a comunicação com os cidadãos, a legitimidade na tomada de decisões e a promoção de uma maior transparência do processo político (Gonçalves, 2013). No contexto português, em particular, um desses mecanismos é, sem dúvida, o Índice de Transparência Municipal (ITM), criado pela Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC), com o objetivo de combater a corrupção, amplificar a transparência entre as organizações e garantir a boa governança local (Cruz, Tavares, Marques, Jorge, & Sousa, 2016). Através do ITM é possível auferir o nível de transparência dos municípios portugueses, analisando a informação presente nos websites oficiais das câmaras municipais. Se atendermos à divisão da administração local portuguesa, as freguesias são a menor divisão administrativa portuguesa, porém a mais próxima dos cidadãos, tornando-se de todo pertinente promover mecanismos que atentem uma maior proximidade e envolvimento dos cidadãos (Rocha, Silva, Lamas, Castro, & Silva, 2005). Desta forma, parece-nos oportuno, e constitui o principal objetivo deste trabalho, a apresentação de uma proposta de Índice de Transparência para as Freguesias (ITF). Para tal, consideraremos a metodologia adotada por Cruz et al. (2016), atendendo a algumas particularidades. Primeiramente, serão analisados os indicadores presentes no ITM, selecionando os que de igual modo têm aplicabilidade às freguesias. Em segundo lugar, serão analisados os diplomas legais subjacentes às freguesias, na tentativa de identificar outros indicadores que não estando previstos no ITM fazem sentido na inclusão no ITF. E, por fim, reunir com um grupo de individualidades académicas e institucionais para, tal como apontado por Cruz et al. (2016) opinarem de forma assertiva sobre aspetos da governação local, dando credibilidade à proposta de ITF. À semelhança do ITM, o ITF terá critérios que permitam avaliar a transparência das freguesias portuguesas, através da análise da informação governamental local presente nos seus websites oficiais, tendo em consideração o conceito de transparência apresentado por Andrade e Batalha (2017), sendo esta o “ato de providenciar informação relevante, fidedigna, atempada, inteligível e de fácil acesso sobre formato, desempenho e gestão do bem público” (Andrade & Batalha, 2017, p. 7). Este trabalho de investigação, ainda que em desenvolvimento, pretende contribuir teoricamente para a literatura da governação local e da transparência, explorando esta temática ao nível (inexplorado) das freguesias. E pretende contribuir empiricamente para o reforço do já importante papel das freguesias junto dos cidadãos, promovendo assim uma melhor comunicação, legitimidade e transparência.

PALAVRAS-CHAVE

Índice de Transparência, Divulgação de Informação, Governo Local, Governo Eletrónico.

REFERÊNCIAS

- Andrade, C., & Batalha, J. P. (2017). *Índice de transparência municipal: Apresentação e indicadores*. Transferência e Integridade, Associação Cívica.
- Cruz, N., Tavares, A., Marques, R., Jorge, S., & Sousa, L. (2016). Measuring local government transparency. *Public Management Review*, 18(6), 866-893.
- Gonçalves, A. R. (2013). *O contributo das redes sociais virtuais para a transparência nos municípios portugueses: O caso do facebook*. (Dissertação de mestrado). Braga: Universidade do Minho.
- Rocha, Á., Silva, C., Lamas, M., Castro, R., & Silva, S. (2005). Governo electrónico nas juntas de freguesia: situação na região do minho. *Actas da 6ª conferência da associação portuguesa de sistemas de informação*. Bragança, Portugal.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

Inês D. Carvalheira. Mestranda em Administração Autárquica, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB). Licenciada em Solicitadoria, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB).

Cláudia S. Costa. Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB). Doutorada em Ciências da Administração pela Universidade do Minho, com uma tese sobre Políticas Públicas do Turismo nos Municípios Portugueses. É membro efetivo do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CITUR)

Gestão compartilhada na prática – inspirações a partir de casos de cooperação entre Administração Pública Local e cidadãos

Laura Sobral¹, Paolo Colosso²

¹ DINÂMIA'CET, ISCTE-IUL • laura@laurasobral.com

² Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFSC • paolocosso@gmail.com

RESUMO

Esta apresentação busca mostrar que é possível participação direta da sociedade civil na cidade, na resolução de conflitos e na gestão de bens públicos, o que amplia experiências coletivas de pertencimento, multiplica a criação de vínculos e cuidado e, distribui poderes e atribuições usualmente centralizados na máquina pública, resultando na ampliação democrática do ponto de vista da gestão, do acesso a bens e serviços e na efetivação de direitos formalmente previstos. Para tanto, analisamos três casos: Movimento Sem Teto do Centro, Programa Mejoramiento Barrial y Comunitario e Ordenanza de Cooperación Público-Social del Ayuntamiento.

A metodologia, de caráter exploratório e qualitativo, inclui reconstituição bibliográfica a respeito de movimento sociais urbanos, entrevistas semi-estruturadas com lideranças e coordenações ligadas a cada uma das iniciativas, análise de publicações e acompanhamento do cotidiano dos mesmos.

Os marcos teóricos fundamentais são Henri Lefebvre, no que diz respeito à exigência de participação da sociedade na efetivação do direito à cidade. Além deste, autores que têm avançado em temas ligados ao papel de redes sociotécnicas nas tomadas de decisões coletivas, como Bruno Latour, Joan Subirats e Christian Iaione.

O Movimento Sem Teto do Centro atua na cidade de São Paulo, constituído por pessoas de baixa renda, muitos imigrantes de outras regiões e países. A demanda do cumprimento do direito à moradia e à cidade se traduz na exigência da 'locação social' do edifício, sob a denominação de 'parceria público-popular'.

O caso mexicano, Programa Mejoramiento Barrial y Comunitario, parte do poder público como esforço de garantir continuidade das relações com a sociedade civil. Promove a participação cidadã e impulsiona o exercício do direito à cidade, além de melhorar oportunidades de desenvolvimento social e cultural nas zonas mais degradadas da cidade. Organizações civis, em conjunto, desenvolvem o desenho, execução e avaliação de projetos comunitários para o melhoramento do entorno urbano, promovendo uma nova forma de fazer a cidade 'de baixo para cima', a partir de uma perspectiva imediata, autogestionada, local e própria. Os projetos abarcam desde iluminação, infraestrutura de lazer, até utilização de águas pluviais. A Ordenanza de Cooperación Público-Social del Ayuntamiento de Madrid, é um instrumento legal que busca organizar e trazer mais transparência e acesso às possibilidades de cooperações entre administração pública e iniciativas sociais. Funciona em parceria com outras ferramentas que fazem parte de um denso ecossistema de cooperação da cidade. A 'Ordenanza' foi criada a partir de um compilado de instrumentos preexistentes que regravam a cooperação entre a municipalidade e a sociedade civil. Abarca desde cessão de espaços públicos a grupos da sociedade civil, a prestação de serviços de manutenção pela comunidade, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE

Governança compartilhada, sociedade civil, protagonismo popular, democracia direta, poder local

REFERÊNCIAS

- Ayuntamiento de Madrid. *Cooperación Público-Social*. Retrieved from <https://diario.madrid.es/coopera/>
- Colosso, P (2019) *Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo.
- Escola da Cidade (2020). *Utopias e Distopias Urbanas em Tempo de Pandemia. Seminario de Cultura e Realidade Contemporânea – modo live*. Retrieved from: <https://www.youtube.com/watch?v=31sXhys8qe8>
- Federici, S (2019) *O ponto zero da revolução*. São Paulo: ed. Elefante
- Iaione, C. (2016). The Co-City: Sharing, Collaborating, Cooperating, Commoning in the City. *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 75, No. 2
- Horvat, V (2019) *REAL DEMOCRACY in your town – Public-civic partnerships in action*. Retrieved from <http://ipe.hr>
- Latour, B ; Weibel, P (2005). *Making things public: atmospheres of democracy*. Karlsruhe : ZKM/Center for Art and Media in Karlsruhe.
- Lefebvre, H (2008). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro
- Saraiva, T. (2020, October 6) *Parcerias Público-Comum*. Público. Retrieved from https://www.publico.pt/2020/10/06/opiniao/opiniao/parcerias-publicocomum-1934016?fbclid=IwAR3gV_L33qT_cOn_Tbcy3ShHFEHpVJ5rGqIMDvd8eh5RhCM-7eglsKnNmLI
- Sobral, L. (2019). *Doing it Together – cooperation tools for the city co-governance*. Berlin: ZKU Press

Subirats, J; Dente, B. (2014) *Decisiones Públicas*. Barcelona: Ariel

Torre Galindo, F; Hidalgo, R (coord) (2019). *El Mejoramiento Barrial, Revisión a la Experiencia de la Ciudad de México*. Universidad Autonoma Metropolitana: Ciudad de Mexico

Transparencia Mexicana. Programa: *Mejoramiento Barrial Y Comunitario*. Retrieved from <https://www.programassociales.org.mx/programa/28/mejoramiento-barrial-y-comunitario?v=28>

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Laura Sobral é graduada e mestre em arquitetura e urbanismo pela FAU-USP, estudante de doutoramento pelo ISCTE-IUL e TU Wien, e investigadora do DINÂMIA'CET (ISCTE-IUL). Laura faz parte da diretoria do Instituto A Cidade Precisa de Você e é autora do livro *Doing it Together – cooperation tools for the city co-governance* (ZKU Press, 2019).

Paolo Colosso é professor de teoria urbana na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde coordena o Programa de Pós-Graduação. Arquiteto e urbanista, tem graduação em Filosofia pela Unicamp, mestrado e doutorado em Filosofia pela USP.

Coordination, capacity and accountability on local governance networks: impacts of Higher Education institutions

Raúl Carneiro¹, Patrícia Silva²

¹ Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro • raul.cabeleira@ua.pt

² Department of Social, Political and Territorial Sciences, University of Aveiro • patriciasilva@ua.pt

ABSTRACT

This research aims at assessing the influence of higher education institutions (HEIs) on local governance networks in which Portuguese municipalities take part. Three fundamental aspects of local governance will be analysed: capacity, coordination and accountability. The aim of this approach is to relate the existence of higher education institutions with the presence and inclusion of networks in local governance, within a framework of interactions between different actors. Furthermore, the study focuses on the coordination dimension of local governance, analysing the cohesion of relationships involving municipalities and HEIs on one hand, and between those and semi-public and/or private partners on the other. As such, it seeks to contribute for a deeper understanding of the effects of higher education institutions on the work of local governance networks, and their impacts on the development of Portuguese municipalities, their capacity, leadership and results of their actions.

KEYWORDS

Local governance networks, higher education institutions, coordination, capacity, accountability.

REFERENCES

- Alves, J., Carvalho, L., Carvalho, R., Correia, F., Cunha, J., Farinha, L., Fernandes, J., Ferreira, M. et al. (2015). The impact of polytechnic institutes on the local economy. *Tertiary Education and Management*, 21(2), 81-98. DOI:10.1080/13583883.2014.999110
- Amaral, A., & Magalhães, A. (2005). *Implementation of higher education policies: A Portuguese example. Reform and change in higher education*, 117-134. Springer.
- Arbo, P., & Benneworth, P. (2007). Understanding the regional contribution of higher education institutions. *OECD Education Working Papers*. DOI:10.1787/19939019.
- Boucher, G., Conway, C. & Van Der Meer, E. (2003). Tiers of Engagement by Universities in their Region's Development, *Regional Studies*, 37(9), 887-897. DOI:10.1080/0034340032000143896 .
- Bouckaert, G., Peters, B. G., & Verhoest, K. (2010). Coordination: What Is It and Why Should We Have It? In *The Coordination of Public Sector Organizations*, 13-33. Palgrave Macmillan, London. DOI:10.1057/9780230275256_2 .
- Bovens, M. (2007). Analysing and Assessing Accountability: A Conceptual Framework. *European Law Journal*, 13(4), 447-468. DOI:10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x .
- Bovens, M. (2010). Two Concepts of Accountability: Accountability as a Virtue and as a Mechanism, *West European Politics*, 33(5), 946-967. DOI:10.1080/01402382.2010.486119 .
- Castells, M. (2010). Globalisation, networking, urbanisation: Reflections on the spatial dynamics of the information age. *Urban Studies*, 47(13), 2737-2745. DOI:10.1177/0042098010377365 .
- Feiock, R. C. (2007). Rational choice and regional governance. *Journal of Urban Affairs*, 29(1), 47-63. DOI:10.1111/j.1467-9906.2007.00322.x .
- Goldstein, H. A., & Glaser, K. (2012). Research universities as actors in the governance of local and regional development. *The Journal of Technology Transfer*, 37(2), 158-174. DOI:10.1007/s10961-010-9193-4 .
- Gunasekara, C. (2006). The generative and developmental roles of universities in regional innovation systems. *Science and Public Policy*, 33(2), 137-150. DOI:10.3152/147154306781779118 .
- Harding, A., Burtscher, C., Laske, S., & Scott, A. (2007). *Bright Satanic Mills: Universities, Regional Development and the Knowledge Economy*. Ashgate Publishing, Ltd.
- Harrison, J. & Turok, I. (2017). Universities, knowledge and regional development. *Regional Studies*, 51(7), 977-981. DOI:10.1080/00343404.2017.1328189 .
- Huggins, R., Johnston, A., & Steffenson, R. (2008). Universities, knowledge networks and regional policy, *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 1(2), 321-340. DOI:10.1093/cjres/rsn013.
- Klijn, E. H., & Koppenjan, J. (2015). *Governance networks in the public sector*. Routledge.
- Lester, R. K., & Sotarauta, M. (2007). *Universities, innovation, and the competitiveness of local economies: An overview. Innovation, universities, and the competitiveness of regions*. Retrieved from https://people.uta.fi/~atmaso/verkkokirjasto/lester&sotarauta_lis_tekes.pdf.
- Mota, L. F., & Bittencourt, B. (2018). *Governança Pública em Rede: contributos para a sua compreensão e análise (em Portugal e no Brasil)*, Tempo Social. DOI:10.11606/0103-2070.ts.2019.147567 .
- Neave, G., and A. Amaral (2011). *Higher Education in Portugal 1974-2009: A Nation, a Generation*. Dordrecht: Springer Science & Business Media.
- Nelles, J. (2013). Cooperation and capacity? Exploring the sources and limits of city-region governance partnerships. *International Journal of Urban and Regional Research*, 37(4), 1349-1367. DOI:10.1111/j.1468-2427.2012.01112.x .

- Newman, J. (2004). Constructing accountability: Network governance and managerial agency. *Public Policy and Administration*, 19(4), 17–33. DOI:10.1177/095207670401900402.
- Piattoni, S. (2009). Multi-level governance: a historical and conceptual analysis. *European integration*, 31(2), 163-180. DOI:10.1080/07036330802642755.
- Pinheiro, R., Benneworth, P., & Jones, G.A. (2012). *Universities and Regional Development: A Critical Assessment of Tensions and Contradictions*. Milton Park: Routledge.
- Silva, C. N. (2017). Political and administrative decentralization in Portugal: Four decades of democratic local government. In *Local government and urban governance in Europe*, 9-32. Springer, Cham. DOI:10.1007/978-3-319-43979-2_2.
- Silva, P., & Puey, E. P. (2018). Striving for Local Governance Capacity in Portugal and Spain. *Inter-Municipal Cooperation in Europe*, 79–104. DOI:10.1007/978-3-319-62819-6_5.
- Silva, P., Teles, F., & Pires, A. R. (2016). Paving the (Hard) way for regional partnerships: Evidence from Portugal. *Regional & Federal Studies*, 26(4), 449-474. DOI: 10.1080/13597566.2016.1219720.
- Silva, R., & Ferreira-Lopes, A. (2014). A regional development index for Portugal. *Social indicators research*, 118(3), 1055-1085. DOI:10.1007/s11205-013-0455-z.
- Smith, H. L. (2007). Universities, Innovation, and Territorial Development: A Review of the Evidence. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 25(1), 98–114. DOI:10.1068/c0561.
- Sørensen, E., & Torfing, J. (Eds.). (2016). *Theories of democratic network governance*. Springer.
- Sotarauta, M. (2016). Place leadership, governance and power. *Administration*, 64(3-4), 45-58. DOI:10.1515/admin-2016-0024.
- Taylor, J.S., Ferreira, J., Machado, M.L., & Santiago, R. (Eds.) (2008). *The Non-University Higher Education in Europe*. Springer: Higher Education Dynamics Series.
- Teles, F. (2012). Beyond Paternalism Towards Social Capital: Local Governance Reform in Portugal, *International Journal of Public Administration*, 35(13), 864-872. DOI:10.1080/01900692.2012.684194.
- Torfing, J. (2012). Governance Networks. *Oxford Handbook for Governance*, 99-112. Oxford University Press. DOI:10.1093/9780199560530.013.0007.
- Torgal, L. R. (2011). *University, society and politics. In Higher Education in Portugal 1974-2009: A Nation, a Generation*, 67-87. Dordrecht: Springer Science & Business Media.
- Trippel, M., Sinozic, T. & Smith, H. L. (2015). The Role of Universities in Regional Development: Conceptual Models and Policy Institutions in the UK, Sweden and Austria, *European Planning Studies*, 23(9), 1722-1740, DOI: 10.1080/09654313.2015.1052782
- Urbano, D., & Guerrero, M. (2013). Entrepreneurial universities: Socio-economic impacts of academic entrepreneurship in a European region. *Economic Development Quarterly*, 27(1), 40–55.
- Uyarra, E. (2010). Conceptualizing the regional roles of universities, implications and contradictions. *European Planning Studies*, 18(8), 1227-1246. DOI: 10.1080/09654311003791275.

AUTHOR(S) NOTES

Raúl Carneiro is a Research Fellow at the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro (DCSPT-UA), currently attending the Doctoral Program in Political Science at the same institution. His main research interests are local governance, governance networks and regional development and innovation policies.

Patrícia Silva is an Assistant Professor at the Department of Social Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro, and is a member of the Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policy (GOVCOPP), where she has developed research work on political parties, the politicization of recruitment of appointed elites, public administration, and local governance.

As políticas educativas resultantes da atuação dos Governos face à pandemia por COVID-19: análise crítica do caso português

Gabriela Morena Chaves¹, Anabela Santiago²

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro • gabriela.chaves@ua.pt

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro • anabela.santiago@ua.pt

RESUMO

Em 2020 a propagação do vírus SARS-CoV-2, impôs aos governos a necessidade de adoção de medidas de combate à pandemia e à crise por ela gerada. Os sistemas de educação foram impactados de maneira inédita. Perante este cenário, os governos nacionais tiveram de tomar medidas setoriais, nomeadamente na educação, medidas essas que pretendemos analisar para o caso português. Pretende-se, para tal, recorrer a uma metodologia qualitativa baseada: (i) numa análise de conteúdo dos documentos de referência produzidos pelo Ministério da Educação, entre os meses de março à agosto; e (ii) num estudo comparativo da ação do Governo português e outras experiências destacadas por organismos internacionais. Espera-se que este esforço analítico contribua para a compreensão da proposta portuguesa e sua consolidação como referência internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, Pandemia, COVID-19, Portugal.

REFERÊNCIAS

Unicef. (2020). *Guidance on COVID-19 Prevention and Control in Schools*. <https://www.unicef.org/reports/key-messages-and-actions-coronavirus-disease-covid19-prevention-and-control-schools>

United Nations. (2020). *Policy Brief: The Impact of COVID-19 on children*. https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/policy_brief_on_covid_impact_on_children_16_april_2020.pdf

World Bank. (2020). *The COVID-19 Pandemic: Shocks to Education and Responses*.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Gabriela Morena de Mello Chaves. Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro e Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo. Atua na área das Ciências Sociais com ênfase em Ciências Políticas e Administração Pública. Atualmente desenvolve projeto de investigação sobre implantação territorializada de políticas sociais em grandes cidades. Ciência ID E914-81D8-D951.

Anabela Rodrigues Santiago. Atua na(s) área(s) de Ciências Políticas e Administração Pública. Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro e Mestre em Estudos Chineses. Atualmente a desenvolver projeto de investigação acerca do impacto da comunicação social na formulação de políticas de saúde na China. Desenvolve trabalhos nas áreas de cultura organizacional e relações internacionais. Ciência ID FD19-EB02-7A2D

Fostering territorial cohesion through education policies: a systematic literature review

Ana Grifo¹, João Lourenço Marques²

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro; Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Universidade de Aveiro • ana.grifo@ua.pt

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro; Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Universidade de Aveiro • jjmarques@ua.pt

ABSTRACT

Despite some conceptual fuzziness (Faludi, 2005), territorial cohesion has been ever-present within the European discourse and strategy. The pursuit of cohesion requires a polycentric and cross-sectoral approach, where Education can play a central role. We have conducted a Systematic Literature Review, from August to September 2020, asking “How can Education foster territorial cohesion?”. We analysed 24 final results, after a thorough screening, and found that most policies are carried at the local or school governance level, Higher Education takes the centre stage, and the main concern driving these policies is inclusion. This review is a first step towards a better understanding of the contribution of Education to territorial cohesion, while simultaneously acknowledging and uncovering some challenges regarding, particularly, different scales of implementation.

KEYWORDS

Education Policy, Territorial cohesion, Systematic Literature Review

REFERENCES

Faludi, A. (2005). Territorial cohesion: An unidentified political objective - Introduction to the special issue. *Town Planning Review*, 76(1). <https://doi.org/10.3828/tpr.76.1.1>

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Ana Grifo is a PhD student in the field of Public Policies at the University of Aveiro, where she is also a research fellow within the research group on Planning and Innovation (GETIN_UA). Her research interests include education policies, multilevel governance, and territorial cohesion.

João Lourenço Marques is assistant professor at the Department of Social, Political and Territorial Sciences of the University of Aveiro, lecturing courses in the areas of Urban and Regional Planning (quantitative methods and techniques to support decision making). He coordinates the Research Group of Systems for Decision Support – GOVCOPP; he also conducts and coordinates several research projects in the Research Group on Planning and Innovation (GETIN_UA).

A construção de um Observatório da Coesão Territorial na região Centro: diário de bordo

Pedro Chamusca¹, João Marques², Sara Moreno Pires³, Filipe Teles⁴

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • pedrochamusca@ua.pt

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • jjmarques@ua.pt

³ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • sarapires@ua.pt

⁴ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro • filipe.teles@ua.pt

RESUMO

A coesão é, normalmente, definida como um meio ou elemento essencial para o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentado dos territórios. Inclui princípios associados à acessibilidade, equidade e à aproximação/cooperação entre territórios e sociedades. O conceito de território é igualmente complexo, reportando-se ao conjunto de interações/organizações humanas de natureza social e espacial. Atualmente, no contexto das políticas públicas é comum falar-se de território social, numa construção mais alargada, que se confunde com a ideia de espaço geográfico. Esta conceção varia em função dos agentes envolvidos e dos objetivos de política, mas pressupõe sempre um conjunto variado de interações e relações de poder.

Partindo desta base conceptual, o debate em torno da coesão territorial tem sido amplo, por vezes vago, e tem incorporado inúmeras contribuições, ainda que nem sempre consensuais. No âmbito da região Centro, a construção de um Observatório para a Coesão Territorial (OCT) foi identificada pela CCDR-C como especialmente importante para a compreensão das dinâmicas regionais e para a definição de a estratégia que possa responder a esse desafio. O OCT proposto definia como objetivos i) a recolha, tratamento e o fornecimento de informação útil, oportuna e confiável relativa às políticas públicas para a coesão territorial; ii) o apoio aos processos de tomada de decisão e à qualificação da atividade de planeamento estratégico e das políticas públicas territorializadas, tendo em vista uma maior eficácia dos processos governativos; iii) a monitorização, avaliação e disseminação de conhecimento sobre inovação, desenvolvimento regional e coesão territorial; iv) o aumento do interesse pela informação relevante para a definição de políticas públicas, bem como a promoção do debate informado e qualificado sobre orientações de política para a coesão territorial; v) o apoio à monitorização da eficácia do investimento público, quer a nível nacional quer em matéria do cumprimento das orientações de política nacional e europeia.

Para a construção do OCT foram definidos quatro princípios de gestão e operacionalização, designadamente:

1. A promoção de uma abordagem funcional ao desenvolvimento integrado dos territórios e das sociedades;
2. O desenvolvimento de políticas públicas de base territorial (preferencialmente não setoriais), que promovam a cooperação e coordenação horizontal e vertical;
3. A promoção do desenvolvimento de base territorial e a melhoria da qualidade de vida de todos os que vivem ou utilizam esses territórios;
4. O desenvolvimento de instrumentos que melhor qualifiquem os processos de tomada de decisão.

No entanto, o processo revelou-se complexo, com problemas de articulação estratégica e escalar, de identificação de prioridades e de definição de subdimensões e indicadores. Neste texto pretendemos descrever o processo, identificando especificidades, problemas e oportunidades no contexto da região centro, bem como apresentar um protótipo de modelo de OCT, ancorado na recolha, tratamento e disponibilização de informação de apoio à tomada de decisão.

PALAVRAS-CHAVE

Coesão territorial, Região centro, Observatório, Sistemas de Informação Geográfica.

INFORMAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Este resumo foi elaborado no âmbito do Programa Integrado de IC&DT “CeNTER – Redes e Comunidades para a Inovação Territorial”, (CENTRO-01-0145-FEDER-000002), financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO2020), no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

- Avdikos, V. & Chardas, A. (2016) European Union Cohesion Policy Post 2014: More (Place-Based and Conditional) Growth – Less Redistribution and Cohesion, *Territory, Politics, Governance*, 4:1, 97-117, DOI: 10.1080/21622671.2014.992460
- CE (2010) EUROPE 2020: A Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth, Luxembourg Office for Official Publications of the European Communities.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Pedro Chamusca. Investigador no programa CENTER, Universidade de Aveiro. Doutor em Geografia pela FLUP; qualificado profissionalmente em Sistemas de Informação Geográfica (SIG); e formador acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. É membro da Direção da Associação Portuguesa de Geógrafos (APG).

João Marques. Professor auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, da Universidade de Aveiro, lecionando nas áreas de Planeamento Regional Urbano e Políticas Públicas (nos domínios dos métodos e técnicas de apoio à tomada de decisão). É doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro. Conclui pela mesma universidade o Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento Regional.

Sara Moreno Pires. É doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente (Universidade de Aveiro (UA)), Mestre em Desenvolvimento e Planeamento (University College London, Reino Unido) e Licenciada em Economia (Universidade de Coimbra). É Investigadora do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) da UA.

Filipe Teles. Docente na Universidade de Aveiro. Desempenha, atualmente, a função de Pró-reitor para o desenvolvimento regional e políticas de cidade. Doutorado em Ciências Políticas e membro da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), onde tem desenvolvido trabalho de investigação em governação e administração local e regional, reformas territoriais, liderança política e inovação.



RESUMOS | ABSTRACTS

PÓSTERES | POSTERS

Cosmos: uma construção humboldtiana de uma metafamília de modelos de ecossistemas de inovação

Silvio Bitencourt da Silva¹

¹ Mestrado Profissional em Direito da Empresas e dos Negócios, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, RS – Brasil • sbitencourt@unisinos.br

RESUMO

Neste trabalho, com teor de ensaio teórico, problematizamos conteúdos relacionados aos ecossistemas de negócios e, mais particularmente, aos ecossistemas de inovação que se constitui em um campo de estudos aberto à incorporação de propostas inovadoras de investigação com possibilidades de articulação com outros paradigmas científicos. Alguns autores contribuíram para o desenvolvimento inicial da pesquisa neste campo, explorando ecossistemas de negócios (Moore, 1993), depois os ecossistemas de inovação (Adner, 2006), os ecossistemas empreendedores (Prahalad, 2005) e os ecossistemas de conhecimento (van der Borgh et al., 2012). Mais recentemente, muitos autores têm procurado criar quadros teóricos que reflitam a complexa interconexão entre modelos, teorias e conceitos emergentes sobre ecossistemas de inovação (Scaringella & Radziwon, 2018; Faber, Riemhofer, Rehm & Bondel, 2019; Phillips & Ritala, 2019; Thomas & Autio, 2020; Khademi, 2020; Jütting, 2020; Sant, de Souza Bermejo, Moreira & de Souza, 2020). Suscitam diversos desafios teóricos e empíricos a serem considerados por acadêmicos e gestores. Um deles, tende a valorizar situações de pesquisa relacionadas à interação entre ecossistemas de inovação e conduz ao objetivo central deste trabalho que é o de definir categorias para pesquisa sobre como ocorre a interação entre ecossistemas de inovação. Nessa direção, seguindo um método indutivo em que consideramos um número suficiente de casos particulares para concluir uma verdade geral, adotamos uma perspectiva sociológica, representada pela ecologia das organizações que destaca a questão da seleção natural (Hannan & Freeman, 1977). Nesta perspectiva, utilizamos cinco unidades de análise (membros de uma organização, subunidades, organizações individuais, populações de organizações e comunidades/populações de organizações) que permitiram o desenho de uma metafamília de modelos de ecossistemas de inovação. Os principais resultados e contributos sugerem que os ecossistemas de inovação podem ser interpretados por meio de uma visão holística que se aproxima da construção humboldtiana (Von Humboldt, 2010) que aplica a antiga visão filosófica grega da ordem dos cosmos (κόσμος, representado por kósmos, "ordem", "organização", "beleza", "harmonia") que designa o universo em seu conjunto, toda a estrutura universal em sua totalidade, desde o microcosmo ao macrocosmo. As descobertas de Alexander von Humboldt se tornaram insignificantes ou foram superadas, contudo sua visão holística da natureza ainda ajuda a entender o mundo (Sachs, 2007; Helferich, 2011; Wulf, 2015). Notadamente, se percebe uma linha direta que liga Humboldt à geografia, mais especificamente a Geografia Física que aborda as características da Terra, sua dinâmica e elementos naturais, tais como o clima, relevo, geologia, topografia, vegetação, hidrografia, entre outros e que podem ser adotados como referência para estudos sobre ecossistemas. Cada parte da Terra representa um conjunto complexo de fatores que podem ser associados e reduzidos mediante leis ou princípios gerais. Os casos particulares caracterizam as regiões, cada uma delas disposta segundo diferentes características, sendo cada uma dessas partes correlata à totalidade. As conclusões do trabalho sugerem que a interação entre ecossistemas de inovação poderia ser interpretada pelas cinco unidades de análise oriundas da ecologia das organizações, acrescidas da terra e regiões, duas outras categorias obtidas da noção de Cosmos na visão humboldtiana designando os ecossistemas em seu conjunto.

PALAVRAS-CHAVE

Cosmos, Ecossistemas, Inovação, Regiões, Terra.

REFERÊNCIAS

- Adner, R. (2006). Match your innovation strategy to your innovation ecosystem. *Harvard business review*, 84(4), 98.
- Faber, A., Riemhofer, M., Rehm, S., & Bondel, G. (2019). *A Systematic Mapping Study on Business Ecosystem Types*. AMCIS.
- Hannan, M. T., & Freeman, J. (1977). The population ecology of organizations. *American journal of sociology*, 82(5), 929-964.
- Helferich, G. (2011). *Humboldt's cosmos: Alexander von Humboldt and the Latin American journey that changed the way we see the world*. Tantor eBooks.
- Jütting, M. (2020). Exploring Mission-Oriented Innovation Ecosystems for Sustainability: Towards a Literature-Based Typology. *Sustainability*, 12(16), 6677.
- Khademi, B. (2020). Ecosystem Value Creation and Capture: A Systematic Review of Literature and Potential Research Opportunities. *Technology Innovation Management Review*, 10(1).
- Moore, J. F. (1993). Predators and prey: a new ecology of competition. *Harvard business review*, 71(3), 75-86.
- Phillips, M. A., & Ritala, P. (2019). *A complex adaptive systems agenda for ecosystem research methodology*. *Technological Forecasting and Social Change*, 148, 119739.

- Prahalad, C. K., & Prahalad, C. K. (2005). *The Fortune at the Bottom of the Pyramid*. Wharton School Pub.
- Sachs, A. (2007). *The Humboldt current: A European explorer and his American disciples*. Oxford University Press, USA.
- Sant, T. D., de Souza Bermejo, P. H., Moreira, M. F., & de Souza, W. V. B. (2020). *The structure of an innovation ecosystem: foundations for future research*. *Management Decision*. Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print.
- Scaringella, L., & Radziwon, A. (2018). Innovation, entrepreneurial, knowledge, and business ecosystems: Old wine in new bottles?. *Technological Forecasting and Social Change*, 136, 59-87.
- Thomas, L. D., & Autio, E. (2020). Innovation Ecosystems in Management: An Organizing Typology. In *Oxford Research Encyclopedia of Business and Management*.
- Von Humboldt, A. (2010). *Cosmos: Sketch of a Physical Description of the Universe* (Cambridge Library Collection - Physical Sciences) (E. Sabine, Ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Wulf, A. (2015). *The Invention of Nature: Alexander von Humboldt's New World*. Vintage.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Silvio Bitencourt da Silva possui Doutorado em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Rio do Sinos - UNISINOS. Exerce a função de professor do Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios e a de Gerente de P, D & I na Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação da UNISINOS. Sua pesquisa trata de estratégias interorganizacionais e gestão da inovação (tecnológica e social), com ênfase na adoção de estratégias de inovação aberta pelas empresas, e políticas públicas para inovação.

As várias faces de um sistema de inovação no Centro de Portugal

Alexandre Sampaio Rosa¹, Bernadete de Lourdes Bittencourt²

¹ Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • alex.sampa@ua.pt

² Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro • bernadete@ua.pt

RESUMO

Ao se tratar de sistemas regionais de inovação, é importante ter em conta que, para se alcançar um nível de abrangência que permita entender a escala na qual estes sistemas podem ser considerados funcionais, ou ainda para serem estudados ou 'projetados', devemos ir além de meramente enfatizar a aprendizagem localizada e os benefícios intangíveis. Há muito destaque no cenário institucional local sem um maior detalhamento do que são as instituições ou como elas interagem em diferentes sistemas, em diferentes escalas ou em diferentes níveis de inter-relação (Doloreux & Parto, 2005). Apesar de diversos trabalhos acadêmicos afirmarem que os motores fundamentais destes sistemas são o aprendizado interativo e as relações Inter organizacionais, poucos são os estudos relativos às estruturas de rede que sustentam seus fluxos de conhecimento, não obstante a teoria de redes se mostrar bastante precisa para sua representação e análise (Stuck et al., 2016). O estudo em referência tem por objetivo atrair a atenção para o potencial da abordagem metodológica aqui utilizada visando a geração de representações, sejam estas estruturais ou dinâmicas, dos variados aspectos de um sistema regional de inovação. Através da análise de rede social foi possível transformar dados coletados de fontes digitais de acesso público em imagens e métricas passíveis de interpretação e ricas em informação de apoio à decisão. Nosso objeto de estudo é o sistema de inovação formado ao longo dos últimos nove anos em Idanha-a-Nova (Portugal), resultado da implantação de políticas públicas que visam combater o êxodo populacional e o enfraquecimento da economia local. A partir das informações obtidas de sites institucionais, bases de dados de negócios, de contratos públicos e centros de pesquisa, foram geradas representações da rede de inovação que abrangem desde as características individuais de seus atores até seus padrões de interação e colaboração. Tais representações, em conjunto com as métricas e conceitos trazidos pela teoria das redes complexas, que serão explicadas no decorrer deste estudo, nos permitiram destacar os atores de maior relevância na rede, a força de colaboração científica dentre as instituições de I&D, a influência conquistada por atores locais, o potencial de crescimento do sistema de inovação, riscos inerentes à sua estrutura e até mesmo o padrão de utilização dos fundos europeus em projetos. A metodologia se mostrou suficientemente robusta no concernente a sua capacidade de avaliação da atividade do sistema regional de inovação em referência, além de ressaltar características da rede que podem atuar como indicadores relevantes para sua monitorização continuada.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Redes Sociais; Inovação; Sistemas Regionais de Inovação

REFERÊNCIAS

- Doloreux, D., & Parto, S. (2005). Regional innovation systems: Current discourse and unresolved issues. *Technology in Society*. doi:10.1016/j.techsoc.2005.01.002
- Stuck, J., Broekel, T., & Revilla Diez, J. (2016). Network Structures in Regional Innovation Systems. *European Planning Studies*, 24(3), 423–442. doi:10.1080/09654313.2015.1074984

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Alexandre Sampaio Rosa é Mestrando em Ciência Política na Universidade de Aveiro.

Bernadete de Lourdes Bittencourt é Professora Auxiliar na Universidade de Aveiro e investigadora da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP).

Comida no Pé: Lazer e reflexão no Assentamento Rural Ipanema em Iperó, SP, Brasil

Isabella Roveri¹, Cassiana Gabrielli²

¹ Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) • isa.bella.intercambio@gmail.com

² Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) • cassiana.gabrielli@ufscar.br

RESUMO

O presente artigo apresenta a análise de uma ação desenvolvida junto a comunidade do assentamento Ipanema, com o intuito de se discutir potenciais atrativos turísticos em Iperó, SP. Este município, que dista cerca de 120 km de São Paulo - a cidade mais populosa do Brasil, preserva um clima interiorano e um baixo nível de desenvolvimento turístico.

Buscando harmonizar a inserção do município nas rotas turísticas da região, com a manutenção da qualidade de vida e práticas responsáveis e sustentáveis de interação turística, articulou-se uma parceria inicial entre uma universidade pública da região, a prefeitura municipal e membros de uma cooperativa de produtores rurais assentados por ações de reforma agrária.

Assim, através de um projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos, foram realizadas algumas ações para auxiliar a implementação de atividades turísticas, por meio do turismo de base comunitária, em algumas propriedades do assentamento Ipanema. Esse trabalho enfatiza uma delas, o evento "Comida no Pé", um momento gastronômico em que visitantes e receptores interagem ativamente, compartilhando saberes e colocando em prática conceitos de turismo de experiência (Panosso Neto, 2010) e turismo responsável (Mathew, 2017). Realizado em dezembro de 2018, o evento foi idealizado como uma ação teste, com público potencial de vinte e três pessoas, sendo que, dessas, dezanove responderam os opinários aplicados.

O objetivo de centrar as discussões apenas nessa ação, se deve ao fato dela ser diferenciada em sua concepção, visando trazer à prática os conceitos teóricos acima citados, buscando promover experiências turísticas que proporcionem mais do que lazer ou entretenimento desinteressados, ações que promovam reflexões em prol de uma cidadania empoderada para todos/as envolvidos/as. Por isso, a importância de discutir a aderência da proposta junto ao público e comunidade, trazendo a práxis, discutida por Paulo Freire no contexto pedagógico, para ações de turismo responsável.

No presente estudo foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica, para o recorte teórico que subsidiou as ações. Num processo qualitativo, foram empregadas técnicas de observação participante, ao longo de toda a ação; aplicação de questionários, com posterior análise de conteúdo; e também grupo focal, para avaliação da experiência da comunidade.

Assim, foi possível identificar que, a experiência foi positiva para os/as envolvidos/as. A interação em pequenos grupos, se mostrou eficiente para construção de diálogos críticos, assim como a prática compartilhada foi percebida como relevante para o processo de sensibilização dos visitantes. Porém, o trajeto foi percebido como ponto crítico por parte desses. Dentre a comunidade local, foram identificados alguns aspectos a melhorar, especialmente a distribuição das atividades.

Desse modo, o evento mostrou-se potencial para ser trabalhada como produto turístico. Pôde-se perceber que a busca por uma integração harmônica entre visitantes e visitados/as, balizada por princípios responsáveis e sustentáveis, que valoriza as identidades culturais dos/as envolvidos/as aliada a reflexões sobre a qualidade da alimentação contemporânea, pode ser uma alternativa interessante para promover atividades turísticas nessa área de baixa densidade populacional que se beneficia da proximidade com grandes centros emissores, além de propor novas formas de articular turismo com cidadania e responsabilidade.

PALAVRAS-CHAVE

Alimentação; turismo comunitário; experiência; turismo responsável.

REFERÊNCIAS

- Freire, P. (2004) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Mathew, P.V.; Sreejesh, S. (2017) Impact of responsible tourism on destination sustainability and quality of life of community in tourism destinations. In: *Journal of Hospitality and Tourism Management* 31 (2017) p. 83-89.
- Panosso Netto, A. E Gaeta, C. (2010) (orgs). *Turismo de Experiência*. – São Paulo: SENAC.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

Isabella Roveri, bacharel em turismo pela Universidade Federal de São Carlos (Campus Sorocaba).

Cassiana Gabrielli, doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA), mestre em Turismo e Cultura (UESC/UFBA), bacharel em Turismo (UFPR). Atualmente é professora adjunta do curso de Bacharelado em Turismo na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde também participa do grupo de pesquisa i-context: inovação, cocriação, experiência e território.

Indicadores para cidades sustentáveis - o caso de Viseu

Mariana Madeira¹

¹ Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro (UA) • marianamadeira@ua.pt

RESUMO

A concretização de cidades sustentáveis e inteligentes constitui uma prioridade nas políticas públicas locais. Para a avaliação do nível de (in)sustentabilidade urbana, os indicadores têm sido utilizados como ferramentas de carácter técnico, governativo e participativo. O presente trabalho visa propor um sistema de indicadores para o município de Viseu. Embora Viseu esteja focado num padrão elevado de sustentabilidade e na melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, a monitorização através de indicadores ainda é insuficiente para responder aos desafios complexos do planeamento e gestão urbana sustentável. Tem-se verificado uma clara visão política por parte do município em manter uma estrutura sólida de informações que tem auxiliado os processos de decisão local através do desenvolvimento de programas/planos setoriais (como são exemplo, o Plano de Desenvolvimento Social, a Revisão do Plano Diretor Municipal, Estratégia Municipal para Alterações Climáticas, Plano de Ação de Energia Sustentável, etc.) contudo a utilização de um sistema integrado de indicadores é inexistente pelo que determinadas divisões dispõem/utilizam alguns dados, e de uma forma não-rotineira. Partindo de uma abordagem normativa, os métodos usados incluem a revisão de indicadores utilizados por alguns municípios portugueses, da norma internacional ISSO 37120-Desenvolvimento sustentável de comunidades: Indicadores para os serviços urbanos e a qualidade de vida- e de documentos e estatísticas municipais. Os critérios de relevância, disponibilidade de dados, capacidade de síntese, facilidade de comunicação da informação e participação, entre outros, foram assegurados no processo de seleção dos indicadores. Estes foram categorizados segundo as principais características das cidades sustentáveis, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), nomeadamente: Espaços Públicos, Urbanização Inclusiva e Sustentável, Habitação, Mobilidade, Catástrofes Naturais, Impactos Ambientais e Património Cultural e Natural.

A proposta de indicadores não depende de recursos financeiros apenas de recursos técnicos e humanos, porém os maiores desafios dizem respeito à sua manutenção e atualização. A recolha de dados bem como a construção dos indicadores reforçam a complexidade deste trabalho pelo que pressupõem a acessibilidade, partilha e transparência das divisões/entidades/serviços (internos e externos) responsáveis pelos dados e informações. Após a implementação desta proposta, é expectável que haja uma partilha de conhecimento traduzido numa maior coordenação horizontal de tarefas assim como uma redução de custos de informação e ganhos de eficiência no funcionamento municipal e no planeamento da cidade nos seus diversos domínios. Espera-se, igualmente, que os indicadores sejam reconhecidos como processos de aprendizagem dentro e fora da esfera governativa em direção à concretização do desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE

Monitorização, Sustentabilidade urbana, Indicadores

NOTAS SOBRE O AUTOR

Mariana Madeira. Frequenta o curso de Planeamento Regional e Urbano, mestre em Administração e Gestão Pública (seção especializada de Governo Local) e licenciada em Economia pela Universidade de Aveiro. Tem trabalhado em organismos públicos locais no âmbito da economia e sustentabilidade urbana.

Saúde, saneamento ambiental e território: práticas de ensino e pesquisa participativa com graduandos de Enfermagem

Lourdes Maria N. Almeida¹, Sarah G. Naslausky², Ariadne G. C. Magalhães³, Ingrid S. Souza⁴, Isabelle V. S. Souza⁵, Sthéfany S. D. Silveira⁶, Marcela A. Moniz⁷

¹ Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras • lourdesmaria@id.uff.br

² Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras • saarahgarcia@hotmail.com

³ Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras • ariadnegomes@id.uff.br

⁴ Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras • ingridsilvasouza2105@gmail.com

⁵ Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras • isvieira@id.uff.br

⁶ Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras • sthefanysuzana@id.uff.br

⁷ Departamento de Enfermagem, Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras • marceladeabreumoniz@gmail.com

RESUMO

As condições inadequadas de saneamento ambiental é um problema que impacta à saúde pública brasileira. Frente a esta problemática relacionada à saúde ambiental e à formação profissional em saúde, o objetivo do estudo foi: analisar a percepção de profissionais de saúde e estudantes de enfermagem sobre os impactos à saúde decorrentes da situação inadequada de saneamento nos territórios. Estudo qualitativo, participante, que empregou grupos focais com 23 profissionais de duas unidades de saúde da família e 12 graduandos do curso de enfermagem da Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil. Os dados foram submetidos à análise temática de conteúdo. Os resultados mostraram percepções reducionistas dos participantes sobre os determinantes socioambientais (drenagem de águas pluviais, acesso à água tratada e potável e aos serviços de coleta de tratamento de resíduos domésticos e de esgoto sanitários) e sua relação com os riscos à saúde. Inovações constantes no processo formativo dos profissionais da saúde que gerem espaços para aprendizagem são necessárias para elevação da qualidade dos serviços de saneamento ofertados à população.

PALAVRAS-CHAVE

Meio ambiente e saúde pública, Estudantes de enfermagem, Saneamento.

NOTAS SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Lourdes Maria Nunes Almeida: Estudante de graduação em Enfermagem na Universidade Federal Fluminense, Bolsista pelo Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação do Brasil.

Sarah Garcia Naslausky: Estudante de graduação em Enfermagem na Universidade Federal Fluminense, Bolsista pelo Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação do Brasil.

Ariadne Gomes da Costa Magalhães: Estudante de graduação em Enfermagem na Universidade Federal Fluminense, Bolsista pelo Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação do Brasil.

Ingrid da Silva Souza: Estudante de graduação em Enfermagem na Universidade Federal Fluminense, Bolsista pelo Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação do Brasil.

Isabelle Vieira Silva de Souza: Estudante de graduação em Enfermagem na Universidade Federal Fluminense, Bolsista pelo Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação do Brasil.

Sthéfany Suzana Dantas da Silveira: Estudante de graduação em Enfermagem na Universidade Federal Fluminense, Bolsista pelo Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação do Brasil.

Marcela de Abreu Moniz: Doutora em Ciências em Saúde Pública e Meio Ambiente. Professora adjunta e pesquisadora do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. Tutora do Grupo Enfermagem da UFF vinculado ao Programa de Educação Tutorial, Ministério da Educação, Governo Federal, Brasil



Promotor:



Cofinanciado por:



CENTRO-01-0145-FEDER-000002